

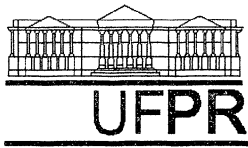
EDSON FRANCISCO STEIN

**A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES, DIANTE DAS
NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, DECORRENTES
DA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA.**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre. Programa de Pós-Graduação em Educação. Mestrado em Educação – Linha de Pesquisa Educação e Trabalho – do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Acácia Zeneida Kuenzer

**CURITIBA
2000**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PARECER

Defesa de Dissertação de **EDSON FRANCISCO STEIN** para obtenção do Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO.

Os abaixo-assinados, DR^a ACACIA ZENEIDA KUENZER; DR^a LIGIA REGINA KLEIN E DR. CARLOS MAGNO ESTEVES VASCONCELLOS argüiram, nesta data, o candidato acima citado, o qual apresentou a seguinte Dissertação: **“A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES, DIANTE DAS NOVAS DEMANDAS DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO, CAUSADAS PELA REESTRUTURAÇÃO CAPITALISTA”**.

Procedida a argüição, segundo o Protocolo, aprovado pelo Colegiado, a Banca é de Parecer que o candidato está apto ao Título de MESTRE EM EDUCAÇÃO, tendo merecido as apreciações abaixo:

Professores

Apreciação


DR^a ACACIA ZENEIDA KUENZER (Presidente)

aprovado (20 créditos)


DR^a LIGIA REGINA KLEIN (Membro Titular)


aprovado (20 créditos)


DR. CARLOS MAGNO E. VASCONCELLOS (Membro Titular)

aprovado (20 créditos)



Curitiba, 14 de abril de 2000


Prof^a Dr^a Maria Auxiliadora M. dos Santos Schmidt
Coordenadora do Programa de
Pós-Graduação em Educação

Aos trabalhadores.

Para Lourdes, esposa e companheira, pelo incentivo e inestimável apoio intelectual e afetivo. Para os meus filhos, André (in memoriam), Elisa e Gustavo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Acácia, pelo carinho e compreensão e, sobretudo, por ter fraternalmente dividido seus saberes com os quais reafirmei minha convicção na busca e construção de uma sociedade fraterna e igualitária.

A Prof^a. Lígia e ao Prof. Carlos, pelas inestimáveis contribuições que enriqueceram este trabalho.

A compreensão de esposa e companheira Maria de Lourdes, dos meus filhos Elisa e Gustavo e da minha mãe, por entenderem a minha ausência nos finais de semana em que estive estudando.

Aos trabalhadores entrevistados que, com paciência, me atenderam, dividindo suas alegrias e angústias na esperança de uma vida melhor.

Aos trabalhadores da Universidade Federal do Paraná que, apesar da falta de reconhecimento ao seu trabalho e dedicação à instituição por parte do governo, sempre atenderam a todos com solicitude e carinho.

Aos companheiros da Ultrafértil que, ao me conduzirem à direção do sindicato, permitiram que eu aprendesse junto e, com eles, na luta e na resistência sem trégua aos patrões, que a união e o companheirismo podem derrotar os que nos espoliam.

SUMÁRIO

LISTA QUADROS	viii
RESUMO	ix
INTRODUÇÃO	1
1 O HOMEM SOCIAL, A CATEGORIA TRABALHO E A PEDAGOGIA MARXISTA	6
1.1 O HOMEM SOCIAL.....	7
1.2 A CATEGORIA TRABALHO E SUA DIMENSÃO NA TEORIA ECONÔMICA	13
1.3 A ATUALIDADE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE MARX E GRAMSCI.....	23
2 AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO	29
2.1 OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA OS TRABALHADORES E SEUS SINDICATOS.....	29
2.2 OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL	34
3 OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E SUAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NO BRASIL	42
3.1 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO.....	42
3.2 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO	48
4 A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS	51
4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	52
4.2 REFERENCIAIS DOS SINDICATOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL.....	55
4.3 PORQUE OS SINDICATOS OFERECEM OS CURSOS	67

4.4	PARA QUEM SÃO DESTINADOS OS CURSOS.....	72
4.5	TEMPO DE DURAÇÃO DOS CURSOS.....	72
4.6	A METODOLOGIA DE ENSINO.....	74
4.7	A PROPOSTA PEDAGÓGICA	77
4.8	AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO	78
4.9	QUEM SÃO OS MONITORES DOS CURSOS	80
4.10	AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS	81
4.11	ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEAR OS CURSOS	82
4.12	A AVALIAÇÃO QUE OS SINDICATOS FAZEM SOBRE OS RESULTADOS DOS CURSOS.....	84
4.13	QUANTOS TRABALHADORES JÁ FREQUENTARAM OS CURSOS.....	86
4.14	QUEM SÃO OS ALUNOS E PORQUE FIZERAM OS CURSOS	88
4.15	DO QUE FOI ENSINADO O QUE FOI MAIS IMPORTANTE PARA OS TRABALHADORES	90
4.16	QUAL É A CAUSA DO DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES	92
5	CONCLUSÃO - A ILUSÃO DA QUALIFICAÇÃO, UMA FALÁCIA ASSUMIDA PELOS SINDICATOS.....	94
5.1	DESEMPREGO, MUITAS PROPOSTAS NENHUMA SOLUÇÃO SOB O CAPITALISMO.....	94
5.2	A QUALIFICAÇÃO/REQUALIFICAÇÃO NÃO RESOLVE O PROBLEMA DO DESEMPREGO	99
5.3	O QUE A PESQUISA MOSTROU	101
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	107

ANEXO I - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - PRESIDENTES E SECRETÁRIOS DE FORMAÇÃO DOS SINDICATOS E, PROFESSORES/MONITORES DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO.....	112
ANEXO II - ROTEIRO DE ENTREVISTAS - EGRESSOS DOS CURSOS.....	121

LISTA DE QUADROS

1	CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS	54
2	SIGLAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	54
3	PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS	88

RESUMO

Esta pesquisa tem como foco de investigação a ação educativa realizada em sindicatos de trabalhadores, um de Curitiba e outro de Ponta Grossa, diante das novas demandas de qualificação e requalificação profissional, decorrentes da reestruturação capitalista. Analisou-se de que forma os sindicatos de trabalhadores estão respondendo à demanda por trabalhadores multifuncionais, obrigados a executar múltiplas tarefas como forma de garantir uma produtividade que gere uma taxa de lucro capaz de remunerar o capital na atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista, denominada de acumulação flexível. Apresentou-se o resultado de entrevistas com os responsáveis pelas políticas de educação e qualificação dos sindicatos, com os monitores dos cursos e com os trabalhadores que freqüentaram os cursos. Os trabalhadores, na sua grande maioria, buscam os cursos como forma de ter acesso a escolarização de 1º grau, relegando a questão da qualificação a segundo plano. Além disso, os resultados mostraram que as políticas de qualificação implementadas pelos sindicatos pesquisados reproduzem a qualificação taylorista/fordista no que há de mais frágil. As novas demandas exigem trabalhadores que tenham habilidades cognitivas, o que exige escolarização básica. Os sindicatos fazem a qualificação na lógica da reprodução capitalista, incorporando o discurso da burguesia de que os trabalhadores estão desempregados porque não estão qualificados. Com seus cursos de qualificação, os sindicatos assumem uma tarefa que é do capital, criando uma ilusão e falsa expectativa para os trabalhadores de que, fazendo os cursos conseguirão empregos. As altas taxas de desemprego geral nos países desenvolvidos que, já alcançaram a universalização do ensino, até o equivalente ao segundo grau no Brasil, e em muitos desses países 60% a população já é atendida pelo ensino de terceiro grau demonstra que estar ou não desempregado não depende de escolarização. Esses dados confirmam que, sob o capital, não há solução para o desemprego; indicam que os sindicatos devem retomar seu papel histórico de organizar os trabalhadores, como forma de exigir do capital sempre e continuamente maiores salários e empregos para todos, e assim desnudar os fundamentos desse modelo de sociedade que, pela sua lógica excludente, impede os trabalhadores do acesso aos benefícios e resultados de seu trabalho.

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta pesquisa é analisar o papel que os sindicatos pesquisados têm desempenhado diante das novas demandas de qualificação e requalificação dos trabalhadores, decorrentes da reestruturação dos processos de produção, na atual etapa de desenvolvimento capitalista.

As novas demandas do mundo do trabalho exigem trabalhadores com maior flexibilidade para execução de múltiplas tarefas, tendo como objetivo a intensificação do trabalho e o aumento da produtividade dos que continuam empregados. Segundo Marx¹, a taxa de lucros é determinada pela força produtiva empregada na produção de uma mercadoria qualquer. A quantidade de mercadorias produzidas em determinado tempo, ou mediante uma determinada quantidade de trabalho empregado, depende da força produtiva (produtividade) do trabalho empregado e não da extensão ou duração do trabalho. A taxa de lucro depende da produtividade que a força produtiva empregada é capaz de gerar. A força produtiva do trabalhador multifuncional gera uma produtividade maior ao facilitar a incorporação de novas tecnologias no processo de produção, garantindo uma taxa de lucro igual com um número cada vez menor de trabalhadores, o que causa desemprego.

O problema do desemprego é estrutural no modo de produção capitalista e sob o modo de produção capitalista não existem soluções. Ao contrário, só tende a se agravar, não tanto pela incorporação crescente de tecnologia ao processo de produção, mas principalmente pela concentração da riqueza. Não se trata aqui de negar o desenvolvimento, mas denunciar o caráter concentrador e excludente do processo de acumulação desse modelo de sociedade.

Então, diferentemente do que tem sido afirmado, não será uma maior qualificação ou um maior nível de escolaridade da força de trabalho que dará conta de garantir emprego a todos. Um maior e melhor nível de educação, no entanto, é importante, porque contribuirá para facilitar o entendimento dos

¹ MARX, Karl. **Salário, preço e lucro**. São Paulo: Victor Civita, 1982. p. 174

fundamentos dessa sociedade permitindo a organização dos trabalhadores para superá-la.

Diante deste quadro, os sindicatos de trabalhadores passaram a assumir posições que não estavam tradicionalmente incluídas na sua pauta de lutas; entre estas destaca-se a questão da educação e qualificação dos trabalhadores.

Como a educação se insere no âmbito das lutas pela hegemonia, a pesquisa buscou verificar se os sindicatos, ao assumirem a tarefa de educar e qualificar os trabalhadores, organizaram seus conteúdos e métodos pedagógicos na perspectiva de construir a hegemonia do projeto que interessa aos trabalhadores; ou se o projeto pedagógico proposto reforça a pedagogia burguesa de dominação das elites sobre os trabalhadores.

A escola nasce para formar os dirigentes, na perspectiva dos interesses das elites dirigentes. A escola é destinada às elites em detrimento dos trabalhadores que vêem perpetuada a sua exclusão da organização e do controle social do Estado e dos processos de produção. A educação burguesa para o trabalho fundamenta-se em uma forma de educação que disciplina o trabalhador para ser explorado:

"... não se esgota no desenvolvimento de habilidades técnicas que tomem o operário capaz de desempenhar sua tarefa no trabalho dividido. Muito mais ampla, ela objetiva a constituição do trabalhador enquanto operário, o que significa sua habituação ao modo capitalista de produção"².

Interessa ao capital evitar mudanças na medida em que trabalhadores mais qualificados têm uma produtividade maior, o que amplia a expropriação do trabalho realizado e não pago, aumentando os lucros dos capitalistas.

No processo de produção fordista/taylorista, os sindicatos tinham, em se tratando de educação, uma relação diferente daquela que estão adotando sob as diretrizes do neoliberalismo com a finalidade de dar respostas à precarização do trabalho e ao desemprego, causados pela reestruturação

² KUENZER, Acácia Z. **As relações de produção e a Educação do Trabalhador: da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo.** PUC - SP, 1984. Tese de Doutorado. pg. 63

produtiva. Para atender às demandas de qualificação do processo de produção fordista/taylorista, a formação perseguia o objetivo de qualificar os trabalhadores para uma determinada função, no processo de divisão técnica do trabalho, quando os sindicatos negociavam e incluíam nas convenções coletivas os parâmetros que regulavam de maneira coletiva as condições das relações de trabalho. Sob a lógica da acumulação flexível, exige-se dos trabalhadores qualificação que lhes dê habilidades para exercer múltiplas tarefas quando são submetidos a um processo de intensificação do trabalho. Têm eles que estar permanentemente se reciclando como forma de permanecerem empregados, já que, nessa nova forma de relação de trabalho, as condições de vínculo são negociadas individualmente. Isto tem provocado uma situação de intensificação da concorrência entre os trabalhadores, levando-os a atitudes cada vez mais individualistas, o que enfraquece a sua capacidade de negociação enquanto indivíduos e enquanto organização.

Considerando esta realidade, a pesquisa busca verificar qual a pedagogia utilizada e o espaço de autonomia possível na implementação das políticas de educação pelos sindicatos pesquisados.

Educar e qualificar/requalificar os trabalhadores na perspectiva de adestrá-los para o capital, certamente não é papel dos sindicatos de trabalhadores. Considerando que a educação se insere no âmbito da hegemonia, os sindicatos, ao chamarem para si a tarefa de educar e qualificar/requalificar os trabalhadores, devem orientar sua ação educativa na perspectiva de construir e sustentar o projeto que serve aos trabalhadores e não à elite burguesa.

A quem servem e que objetivos buscam as políticas educacionais implementadas pelos sindicatos de trabalhadores?

Para responder a essa indagação propôs-se como objetivo geral da pesquisa:

- identificar e compreender como os sindicatos pesquisados estão respondendo às novas demandas de educação/qualificação dos trabalhadores, decorrentes da reestruturação capitalista.

Como objetivos específicos:

- verificar a concepção e práticas pedagógicas adotadas pelos sindicatos pesquisados;
- verificar se a ação educativa dos sindicatos é contínua;
- identificar a origem dos recursos utilizados pelos sindicatos para financiar a implementação dos cursos de educação/qualificação para os trabalhadores.

Inicialmente analisaram-se os documentos produzidos pelas Centrais Sindicais a que estão ligados os sindicatos pesquisados e que orientam as suas práticas, concepções e políticas de educação/qualificação.

Em seguida, foram realizadas entrevistas gravadas e entrevistas escritas com roteiro estruturado, com os responsáveis pelas políticas de educação dos sindicatos, com os monitores/professores dos cursos oferecidos pelos sindicatos de trabalhadores e com egressos dos cursos.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos;

No primeiro capítulo é apresentada a dimensão de ser social do homem e a sua dependência da sociedade. O homem depende da sociedade, porque é essa sociedade que supre suas necessidades e lhe proporciona as condições necessárias para a sua sobrevivência. No modo de produção capitalista, ao perder o controle dos meios de produção, o homem é submetido de forma diferente daquela a que estava sujeito na servidão e na escravidão. Na sociedade capitalista, a condição de submissão é determinada pela relação de trabalho, quando o homem é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário, como forma de garantir a sua sobrevivência. Nessa condição a forma social do homem aparece fragmentada, alienada do resultado do seu trabalho e privada do acesso aos bens produzidos coletivamente, porque estes são apropriados de maneira privada pelos proprietários dos meios de

produção. Em seguida é feita uma breve análise da categoria trabalho e sua dimensão na teoria econômica, a partir das interpretações e significado, valor e importância do trabalho na organização social, do ponto de vista dos principais autores clássicos: Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx. Este capítulo finaliza analisando as propostas pedagógicas de Marx e Gramsci, por serem sempre atuais na motivação da busca e construção de uma sociedade igualitária e fraterna. Quando estabelecida esta nova sociedade, na qual o homem irá usufruir coletivamente os resultados produzidos pela sua capacidade de se desenvolver permanentemente na busca da satisfação de suas necessidades, a educação será um dos instrumentos que possibilitarão a formação do homem em sua totalidade.

No segundo capítulo, buscou-se compreender os impactos das transformações no mundo do trabalho sobre os sindicatos de trabalhadores no Brasil, verificando de que forma eles percebem tais mudanças e como vêm suas conseqüências para os trabalhadores. Analisa-se também como os sindicatos estão reagindo a essa nova etapa do desenvolvimento capitalista, principalmente diante das reformas educacionais que estão sendo implementadas, a partir das novas demandas e exigências de qualificação requeridas dos trabalhadores.

No terceiro capítulo, apresenta-se um breve relato histórico das políticas de formação implementadas pelos sindicatos de trabalhadores no Brasil, os determinantes históricos dessa formação e a incorporação na ação educativa dos sindicatos de trabalhadores, dos cursos de qualificação de mão-de-obra sob influência das novas demandas de qualificação decorrentes da reestruturação capitalista na sua atual fase.

No quarto capítulo, descrevem-se os procedimentos metodológicos da pesquisa documental e empírica, além da caracterização dos dois sindicatos pesquisados. Em seguida apresentam-se os resultados e a análise da pesquisa documental e empírica.

Finalmente, no quinto capítulo, são apresentadas as conclusões do trabalho.

CAPÍTULO I

O HOMEM SOCIAL, A CATEGORIA TRABALHO E A PEDAGOGIA MARXISTA.

Neste capítulo são apresentadas: a dimensão do ser social do homem e a sua dependência da sociedade; uma breve análise da categoria trabalho em Adam Smith, David Ricardo e Karl Marx: as propostas pedagógicas de Marx e Gramsci.

Este resgate teórico tem por objetivo subsidiar o leitor, facilitando o entendimento da importância da educação na construção de um projeto hegemônico de interesse dos trabalhadores, para a compreensão adequada do papel que cumprem os sindicatos pesquisados na tarefa de emancipar os trabalhadores.

O homem depende da sociedade, porque é essa sociedade que lhe proporciona as condições necessárias para a sua sobrevivência. No modo de produção capitalista, ao perder o controle dos meios de produção, o homem é submetido de forma diferente daquela a que estava sujeito na servidão e na escravidão. Na sociedade capitalista a condição de submissão é determinada pela relação de trabalho, quando o homem é obrigado a vender sua força de trabalho em troca de salário, como forma de garantir a sua sobrevivência.

Compreender a categoria trabalho e sua dimensão na teoria econômica é de fundamental importância para podermos entender que papel cumpre o trabalho na construção dos modelos de Estado e de organização social que os projetos em disputa apresentam. A partir das interpretações e significados, valor e importância do trabalho na organização social, do ponto de vista dos principais autores clássicos, pode-se perceber a importância estratégica do trabalho. Enquanto Adam Smith e David Ricardo analisam o trabalho do ponto de vista da economia política, evidenciando a ideologia da propriedade privada, da concorrência e do enriquecimento sem limites, Karl Marx faz uma análise

crítica da economia política, salientando o caráter de expropriação da riqueza produzida pelos trabalhadores e transformada em capital.

As propostas pedagógicas de Marx e Gramsci são analisadas por serem sempre atuais na motivação da busca e construção de uma sociedade igualitária e fraterna. Quando estabelecida esta nova sociedade, a educação será um dos instrumentos que possibilitarão a formação do homem em sua totalidade. O homem poderá então ir usufruir coletivamente os resultados produzidos pela sua capacidade de se desenvolver permanentemente na busca da satisfação de suas necessidades.

1.1 O HOMEM SOCIAL³

O homem é um ser social e solidário. Com o controle dos meios de produção atua sobre a natureza para produzir bens que atendam às suas necessidades imediatas de consumo. No modo de produção capitalista, esse homem perde o controle dos meios de produção e a força de trabalho, torna-se uma mercadoria como outra qualquer entre aquelas consideradas insumos necessários ao processo de produção. Enquanto mercadoria, tais insumos precisam conter algumas qualidades e especificações determinadas pelo processo produtivo. Com a força de trabalho não é diferente, necessita de uma determinada qualificação definida historicamente para atender às especificidades impostas pelas mudanças ocorridas nos processos de produção. A qualificação da força de trabalho para atender às novas demandas requeridas pelo processo produtivo têm gerado novos paradigmas no que se refere à organização da educação nas sociedades capitalistas.

No modo de produção capitalista, o trabalho organizado está sob controle do detentor dos meios de produção, com o objetivo de produzir

³ Texto elaborado a partir de anotações de aulas das professoras: Dra. Acácia Zeneida Kuenzer, Dra. Lígia Klein e Dra. Maria Dativa Salles Gonçalves, além de leituras complementares, conforme as fontes citadas.

mercadorias com valor de uso, mas também com valor de troca, não para satisfazer necessidades imediatas de consumo, mas para que essas mercadorias, no momento da comercialização, gerem lucros que serão apropriados pelo capitalista. O trabalho sob o controle do homem tem uma finalidade e, sob o controle do capital, outra.

O homem, ao agir sobre os recursos disponíveis na natureza, transforma-os através de seu trabalho, a fim de obter aquilo de que necessita para a sua sobrevivência e seu conforto, na medida em que evolui e se desenvolve. Essa ação do homem, através do trabalho, produz mercadorias com valor de uso, sem a geração de excedente, e para satisfazer suas necessidades de consumo imediato.

O trabalho, originalmente, é fator de integração, enquanto ação para suprir as necessidades de consumo imediatas do homem. Ao abater uma caça ou colher frutos para saciar a fome, o homem é solidário e se sociabiliza. Entender como o homem se torna um ser social e se humaniza é importante porque é a partir desse entendimento que se torna possível compreender que o trabalho é uma ação autônoma do homem. Diferente do que acontecia na servidão e na escravidão, no modo de produção capitalista, ao ser separado dos seus instrumentos de trabalho que passam a ser propriedade do capitalista, o homem é submetido ao ter seu trabalho subordinado aos interesses do dono do capital.

Para Marx o homem não é produto do meio, mas o agente que transforma e modifica o meio, como afirma na Tese III sobre Feuerbach:

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produtos de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. Leva, pois, forçosamente, à divisão da sociedade em duas partes, uma das quais se sobrepõe à sociedade (como por exemplo em Robert Owen). A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.⁴

⁴ Escrito por Marx durante a primavera de 1845. Redigido e publicado pela primeira vez em 1888, por Engels, como apêndice da edição em folheto à parte de seu Ludwig Feuerbach.

O homem é um ser social porque é a sociedade que produz e lhe proporciona condições de vida, portanto o homem depende dos outros homens.

É um ser histórico, porque a sua vida é determinada pela sociedade e, por isso, o homem é um ser social e depende da sociedade. Ao mudar sua forma de viver, diariamente, é um ser não definido, não determinado e não acabado que, por ação dos homens (sociedade) e sua própria, está sendo trabalhado todos os dias, resultado de suas ações e práticas transformadoras.

O homem só resolve seus problemas dentro da sociedade, ou então, estará contra a sociedade, que é a síntese das múltiplas relações entre os homens. Age por necessidade; como essas necessidades são supridas pela sociedade, isto faz com que o homem se humanize nas suas relações cotidianas com os outros homens. A ação dos homens, ao modificar as circunstâncias, impõe a solução de suas demandas dentro da sociedade, e ao mesmo tempo induz o homem a ser um ser social. Contraditoriamente, essa mesma sociedade que produz e viabiliza suas condições de vida, quando organizada sob o capital, exclui e desumaniza o próprio homem, uma vez que os meios de produção deixam de ser propriedade coletiva para ser propriedade privada de poucos; estabelecendo-se relações de exploração do trabalho pelo capital.

O modo de organização da sociedade se altera continuamente. Na medida em que a forma de produção muda, a forma de organização social também muda e, por consequência mudam também as formas de pensar. Na organização social, um fator passa a ser fundamental nas relações entre os homens: o trabalho. É a partir de 1700 que tal palavra é incorporada ao cotidiano da sociedade, embora o trabalho exista desde que o homem começou a atuar sobre a natureza e sobre os outros homens para sobreviver.

A ação transformadora do homem cria e desenvolve instrumentos e equipamentos capazes de suprir e superar as limitações a que está sujeito. O homem não consegue voar, mas criou o avião.

O trabalho realizado pelo homem foi e é organizado de formas diferentes em cada etapa de desenvolvimento das forças produtivas, retratando sua capacidade transformadora e a permanente mudança na sua forma de viver e produzir.

Para a sociedade capitalista, o trabalho é a atividade que produz mercadorias com valor de troca e valor de uso. Para o capital, o trabalho deve produzir riqueza, que deve ser e é apropriada pelo dono do capital. Para Marx o trabalho deve produzir para atender às necessidades do homem enquanto coletivo e enquanto indivíduo.

Na sociedade capitalista, o homem é total, mas com um menor grau de apropriação, já que o desenvolvimento capitalista o impede de realizar plenamente as possibilidades dadas por essa sociedade. O processo de produção capitalista produz o homem fragmentado pela fragmentação do processo de trabalho.

O pensamento burguês se constrói a partir de uma compreensão naturalizada do conhecimento, através da qual a verdade está inscrita na natureza e o homem não a pode mudar. O homem se apropria "objetivamente" do conhecimento que está inscrito na natureza, a partir da sua consciência. Desta forma, o saber fica fragmentado e o conhecimento passa a ser um ponto de vista parcial sobre a realidade.

Para Marx, o saber é produzido a partir do poder criador e transformador do homem, nas relações sociais, numa concepção histórica.

A educação na sociedade capitalista está organizada de maneira a não revelar as contradições do modo de produção capitalista. A burguesia não pode revelar nem para ela mesma as contradições, porque, em revelando, ela mesma pode não aceitar e não defender as contradições e defeitos do modo capitalista de produção. O caráter dogmático da escola é hegemônico e existe tanto na escola destinada à burguesia, como na do proletariado. É uma escola que só revela a síntese e esconde o método e o fundamento. Não dá oportunidade de questionamento, é dogmática, "isto é verdade e pronto". Basta que se saiba a síntese.

A organização da educação, sua estrutura e concepção são resultado dessa dualidade, desse processo de exclusão. Um exemplo de como a educação é organizada a partir da concepção de uma sociedade de classes é o *Relatório e Projeto de Decreto sobre a organização da instrução pública*, apresentado à Assembléia Nacional da França, em nome do Comitê de Instrução Pública, pelo Deputado Senhor Condorcet, nos dias 20 e 21 de Abril de 1792. O Deputado Condorcet inicia a apresentação do projeto dizendo que a instrução (educação) pública deve:

... oferecer a todos os indivíduos da espécie humana os meios de prover suas necessidades, de assegurar seu bem-estar, de conhecer e exercer seus direitos, de entender e executar seus deveres; assegurar a cada um a oportunidade de se aperfeiçoar ... que é preciso dar a todos, igualmente, a instrução que é possível ser estendida a todos, mas não recusar a uma parcela dos cidadãos a instrução mais elevada que é impossível fazer aquinhoar á massa ativa dos indivíduos... Nós distinguimos cinco graus de instrução, escolas primárias, onde se ensinará o que é necessário para o indivíduo se conduzir por si só..., escolas secundárias, destinadas as crianças cujas famílias podem dispensa-las por mais tempo do trabalho e consagrar à sua educação maior número de anos..., institutos de 3º grau, a educação geral, é absolutamente completa nesse grau..., preenchendo aquilo que e necessário para estar em condições de ocupar funções ... que exigem o máximo de luzes, ... e dará àqueles que o aproveitarão uma superioridade real, que a distribuição das funções da sociedade torna inevitável. ..., Liceus de 4º grau, onde todas as ciências são ensinadas em toda a sua plenitude. É nele que formarão os sábios... e os professores..., o 5º grau será feita na Sociedade Nacional de Ciências e Artes... que se ocupará do aperfeiçoamento das ciências e das artes, para acolher encorajar e difundir as descobertas úteis...⁵.

Como se pode perceber, o projeto de Educação de Condorcet tinha uma grande influência daquilo que era necessário para atender às demandas de qualificação de mão-de-obra daquela época, já que propõe a organização da educação, no sentido de atender às demandas do mundo do trabalho.

A educação do trabalhador, condicionando sua formação para atender a demandas específicas de determinadas funções ou ofícios, mostra claramente

⁵ In **CONDORCET**, par Ferdinand Buisson. **Reformateurs Sociaux. Collection de Textes**. Paris. Librairie Félix Alcan , 1929. Capítulo III, Condorcet Membre de L' Assemblée Legeislative (1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574. Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti, Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

de que forma a educação para o trabalho influenciou a mudança nos rumos da educação.

Quando Condorcet propõe estruturar e organizar a educação detalhando e estabelecendo como e para que cada nível de instrução é destinado, é evidente que pretende com isso uma educação voltada para a formação da mão-de-obra, de acordo com as necessidades do mercado. Vai além, estrutura o sistema de educação de tal forma que, por si só, já é discriminatório. Cita claramente a necessidade de uma educação com níveis de acesso bem definidos, determinando para que e para quem deve ser ofertado, definindo formas de acesso de acordo com as necessidades e demandas do mercado de trabalho.

Os rumos da educação têm sido determinados pelas demandas de qualificação impostas pelo modo de produção capitalista em cada uma de suas fases.

O que ocorre atualmente no Brasil é um exemplo disso e pode ser percebido ao se analisar o novo modelo de educação que está sendo implementado, a partir de diretrizes ditadas pelos organismos internacionais que pretendem conformar as bases do modelo neoliberal, às quais a educação/formação está sendo subordinada de maneira totalizante, bem como à lógica do mercado, dentro do modo de produção capitalista. A imposição dos organismos internacionais, de uma escola dual que por si já é excludente, agora exclui duplamente ao determinar que nos países em desenvolvimento a formação fique limitada à qualificação para a execução das tarefas necessárias à operação de plantas industriais que incorporam as tecnologias de projetos e pesquisas desenvolvidas nos países desenvolvidos.

1.2 A CATEGORIA TRABALHO E SUA DIMENSÃO NA TEORIA ECONÔMICA

Foi na transição da sociedade feudal para a economia capitalista que pela primeira vez a sociedade incorporou ao seu cotidiano a palavra trabalho. Para o materialismo histórico, o trabalho é a categoria central e fundamental de análise do desenvolvimento do homem enquanto organizado em sociedade.

A hegemonia do capital na sociedade capitalista, como determinante da organização social, não tira a centralidade da categoria trabalho como instrumento de mediação das relações sociais. Perceber como os economistas e os teóricos viam o trabalho facilita a compreensão das dimensões que o trabalho teve na determinação das relações sociais a cada período.

Foram os fisiocratas⁶ que primeiro registraram a importância do trabalho na geração de riqueza, e que esta era gerada na produção, enquanto para os mercantilistas a riqueza era obtida na circulação de mercadorias. Aqueles consideravam que só a produção agrícola gerava excedente, que era medido pelo excedente físico produzido. Para eles a manufatura não produzia excedente.

Adam Smith⁷ reagiu contra a concepção metalista (a riqueza tinha origem no acúmulo de ouro e prata) dos mercantilistas e a visão exageradamente agrária dos fisiocratas, ao mostrar que a riqueza não se origina no comércio, mas do trabalho, que gera valor. Para ele o trabalho é a origem do valor e responsável por toda a riqueza de uma nação. Coloca o trabalho no centro da discussão, no centro da análise econômica.

Subordina o valor ao trabalho, mas não conseguiu definir de onde vem o lucro. Sua teoria sobre o valor fica restrita à circulação. Para ele, o produto anual de cada nação depende da destreza dos trabalhadores e do trabalho produtivo desses trabalhadores.

⁶ HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas**. São Paulo: Editora Atlas, 1995. pg. 89. Fisiocratas: foi a primeira escola econômica, e seus primeiros teóricos foram os franceses, liderados por François Quesnay.

⁷ SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Victor Civita, v. I, 1983. Economista inglês do século XVIII.

Trabalho produtivo, para Smith, é o trabalho capaz de gerar um excedente, ou seja, um valor maior de capital do que aquele aplicado no início do ciclo de produção. Trabalho improdutivo é o trabalho que não gera excedente. Exemplo: trabalho doméstico. Entende ainda que o trabalhador não custa nada ao seu patrão, já que seu salário é repostado na forma de um valor maior para o objeto, depois que seu trabalho foi incorporado a este. Para Smith a riqueza é obtida na produção, e se dá pela combinação do capital aplicado nesse processo aliado ao trabalho, diferenciando de quem é o capital e o lucro, e de quem é o salário. Para Smith a sociedade é organizada em classes, identificando como fundamentais: a dos donos do capital e a dos que para eles trabalham, que é a dos trabalhadores que recebem salários.

David Ricardo ⁸ desenvolve sua teoria do valor baseada no trabalho, apresentando um prolongamento mais sistemático da teoria de Smith. Ricardo entende por *trabalho* todo trabalho acumulado, isto é, a soma de todos os trabalhos necessários à produção que é a geradora da riqueza; associando o trabalho ao capital. Reconhece que não é possível ao operário adquirir, com o seu salário, o produto de seu trabalho, mas não desenvolve as consequências sociais do seu raciocínio. Considera o trabalho como causa do valor, não havendo valor sem trabalho. Defende que é a quantidade de trabalho necessário para a produção que determina o valor da mercadoria e a quantidade da outra mercadoria pela qual pode ser trocada. Para ele é relativo o valor de uma mercadoria em relação à outra e que esse valor não depende de maior ou menor remuneração paga. Entende que a remuneração do trabalho deve ser o mínimo suficiente para a subsistência do trabalhador. Como essa remuneração era paga em trigo e cereais necessários a subsistência do trabalhador, defende que a maior ou menor quantidade de cereais entregues ao trabalhador na forma de salários, em troca de seu trabalho, não afeta o valor da mercadoria produzida por esse trabalho. Isto porque o valor relativo entre as mercadorias permanece constante, em razão de uma alteração diretamente proporcional entre esses valores relativos.

⁸ RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982. Economista inglês, contemporâneo de Adam Smith.

Para Marx, o trabalho é uma ação própria do homem, da natureza do homem. O resultado dessa ação é a transformação dos materiais disponíveis na natureza em algo útil para si. Ele pressupõe esse trabalho numa forma que pertence só ao homem, porque a sua ação é intuída, previamente planejada. "Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele aproveita, como jogo de suas própria forças físicas e espirituais"⁹. Nesse processo de trabalho, o homem efetua uma transformação no objeto de trabalho, que foi planejada desde o início. Esse processo de trabalho termina no produto a que deu origem. No produto acabado, o trabalho se uniu a seu objetivo e tem um valor de uso e é destinado a satisfazer às necessidades humanas para as quais foi produzido.

No processo de produção capitalista, o trabalho é a força produtiva que, combinada com os outros meios de produção, gera produtos com valor de uso, só que esse valor de uso é apropriado privadamente pelo capitalista, já que ele passou a ser o proprietário do resultado do trabalho incorporado a esses produtos no ato de compra da força de trabalho do trabalhador. Mas interessa ao capitalista que o produto resultante da combinação do trabalho e dos meios de produção, que colocou em movimento, tenha valor de uso e valor de troca, para que ele possa vender na forma de uma mercadoria. E, no ato de venda, interessa ao capitalista que ele consiga vender tal mercadoria por um valor que seja maior do que o capital que adiantou para comprar os meios de produção e a força de trabalho utilizados na produção dessa mercadoria. "Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia"¹⁰.

No modo de produção capitalista, o trabalho agrega valor ao produzir a mercadoria.

⁹ MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1983. t. I, v. 1, p. 150.

¹⁰ MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Victor Civita, 1983. v. I. p. 155.

Para Marx, é o trabalho acumulado que gera capital. E é esse trabalho acumulado que permite ao capitalista comandar trabalho, ou seja, comprar trabalho para poder explorá-lo e se apropriar do seu resultado.

Para Smith o trabalho é a medida real do valor de troca das mercadorias, para a troca por outros bens. É a quantidade de trabalho que foi empregado para a produção dessa mercadoria que determina o seu valor de troca. A quantidade de trabalho que essa mercadoria é capaz de comprar ou comandar é que determina o seu valor. Sendo assim, o preço real de cada mercadoria é a quantidade de trabalho que contém e a pena sofrida para consegui-la.

O que oscila para Smith não é o preço do trabalho, mas o das mercadorias. Entende que a maior ou menor facilidade de produzir essa mercadoria é que altera a relação de trocas, mas o preço do trabalho permanece constante. O que se pode comprar com a troca por bens, ou com dinheiro, é obtido pelo trabalho, da mesma forma que poderíamos obtê-los com o nosso trabalho. Então o valor real de cada coisa, segundo Smith, é o trabalho e o incômodo de que nos poupamos e podemos impor a outros.

Como o valor do salário é definido no contexto do modo de produção capitalista, com limite determinado pela taxa de lucro, o trabalho aparece de forma abstrata sob o capitalismo, porque o salário pago não é a medida real da quantidade de trabalho incorporado à mercadoria. O trabalho deixa de ser parâmetro de troca, e passa a ser comprado pelo seu valor nominal. Atualmente a quantificação do trabalho e do tempo necessário para produzir cada mercadoria torna-se mais difícil pela complexificação do processo de produção. Sabemos que essa mercadoria é produzida pelo trabalho, mas não conseguimos quantificar adequadamente esse trabalho. É essa abstração, essa não-mensuração do trabalho que leva o trabalhador a perceber apenas a mercadoria, mas não identificar nela o seu trabalho. A mercadoria sendo produzida para o mercado e não para o atendimento das necessidades imediatas impede que, na relação de troca, o trabalhador consiga ter parâmetros de comparação entre o trabalho que seria necessário para produzir aquele produto e o trabalho que estaria disposto a trocar por tal produto.

Torna-se cada vez mais difícil a quantificação do trabalho incorporado às mercadorias no processo de produção capitalista. Com a diminuição cada vez mais acentuada do tempo de trabalho necessário para produzir cada mercadoria, o trabalho "visível" é cada vez menos aparente devido aos aumentos continuados da produtividade do trabalho, o que não impede de ter-se a certeza de que a expropriação do trabalho continua acontecendo.

A divisão social do trabalho existe desde a sociedade primitiva. Sob o capital há a divisão capitalista do trabalho, que facilitou o processo de produção e aumentou a expropriação.

Sob o capital, a cooperação é a forma de trabalho em que muitos trabalhadores, de maneira planejada, trabalham lado a lado ajudando-se mutuamente, aumentando significativamente o produto final desse esforço conjunto. O resultado é maior pela rapidez com que as tarefas são executadas. Exemplificando: dez pedreiros removem uma pilha de tijolos muito mais rapidamente, se formarem uma fila lado a lado e um for passando o tijolo ao outro até o novo local da fila do que se cada um pegar um tijolo e levar de uma pilha a outra. A cooperação diminui o custo do trabalho porque, isoladamente o tempo de trabalho dispensado para realizar determinada tarefa é maior do que o tempo de trabalho utilizado para fazer a mesma tarefa de maneira cooperada. O fato de o homem ser, por natureza, um animal social, facilita a organização e comando pelo capitalista do trabalho cooperado.

Na manufatura, os trabalhadores de ofício são reunidos em um mesmo local, comandados por um capitalista, e postos a trabalhar com o objetivo comum de produzir mercadorias que são o resultado da soma do trabalho e das habilidades de cada um postas lado a lado. Marx dá o exemplo da produção da carruagem. Os artífices individualmente produziam todas as partes de uma carruagem, executando todas as tarefas necessárias para tal construção, desde rodas, bancos, selas, etc. Na manufatura, são reunidos em um mesmo local e de acordo com a maior habilidade de cada um na execução de determinada tarefa, passa a exercê-la e só a ela. O mais habilidoso em pintura passa a fazer só pintura, o em serralharia passa a trabalhar só com as ferragens, etc. Isto faz com que, diferente de quando trabalhavam

autonomamente, passem a trabalhar continuamente na mesma tarefa, produzindo mais rapidamente um número maior de carruagens, sem perda de tempo com a necessidade de trocar de ferramentas.

Isto fez com que perdessem a destreza e a habilidade que tinham nas outras tarefas necessárias para produzir uma carruagem inteira. A divisão e parcialização das tarefas transformam a produção de carruagens num processo composto por diversas operações, específicas e individuais de cada um dos trabalhadores especializados, que agora, parciais, são reunidos para produzir.

Se na manufatura a habilidade e a destreza dos trabalhadores é que definiam o ritmo da produção, na indústria o desenvolvimento de novas ferramentas e máquinas utilizadas no processo de produção transforma o trabalhador em apêndice do processo de produção. São as máquinas que determinam o ritmo de trabalho, impondo ao trabalhador o aumento continuado da produção.

Para Adam Smith a divisão do trabalho contribuiu para uma maior habilidade e destreza dos trabalhadores na execução de suas tarefas. Isso aumentou a produtividade do trabalho, porque o dono do capital podia ter um controle maior da produção ao reunir os trabalhadores num mesmo local. Ao executar repetidas vezes a mesma tarefa, o trabalhador desenvolvia maior habilidade no manejo de seu instrumento de trabalho.

A observação continuada de sua tarefa permite ao trabalhador a criação de instrumentos e máquinas que diminuam a penosidade e reduzam o tempo de trabalho, e o uso permanente da mesma ferramenta possibilita que esse mesmo trabalhador, pela destreza adquirida, aumente a produção. A economia do tempo perdido na mudança de uma ferramenta para outra também é significativa. A especialização das ocupações e funções é cada vez maior na medida em que se desenvolve o processo de produção.

Para David Ricardo, além da divisão do trabalho e do conseqüente aumento de produtividade, o que vai diferenciar e favorecer os países nas relações de troca é a incorporação de tecnologia nos processos de produção. Para ele a necessidades de lavrar novas terras, cada vez mais distantes, como

forma de atender à demanda por alimentos, devido ao crescimento da população, os encarece. Isso provocaria o aumento do preço do trabalho, já que o trabalho era pago em cereais e o aumento do custo de produção dos cereais aumentaria os salários, provocando a redução da taxa de lucros. Defendia que as nações tinham que se concentrar na produção das mercadorias em que conseguiam uma produtividade maior do que a dos outros países. Produzir o que comparativamente necessitava de mais trabalho do que no outro país era prejuízo certo e atraso no desenvolvimento. Para ele o país que tivesse o controle de novas tecnologias, para incorporar nos processos de produção, teria um ganho muito grande no comércio exterior. Produziria com menos trabalho a mesma mercadoria produzida no outro país o que, no processo de trocas, garantiria vantagens ao país.

O exemplo a seguir caracteriza bem a divisão do trabalho que serve de base para as argumentações de Ricardo.

Se considerarmos um estágio da sociedade no qual grandes progressos já foram realizados, e no qual florescem as artes e o comércio, observaremos que o valor das mercadorias também varia segundo este princípio: ao estimar o valor de troca das meias, por exemplo, descobriremos que o seu valor, comparado ao de outras coisas, depende da quantidade total de trabalho necessária para fabricá-las e lançá-las no mercado. Primeiro, há o trabalho necessário para cultivar a terra na qual cresce o algodão; segundo, o trabalho de levar o algodão ao lugar onde as meias são fabricadas — no que se inclui o trabalho de construção do barco no qual se faz o transporte e que é incluído no frete dos bens; terceiro o trabalho do fiandeiro e do tecelão; quarto, uma parte do trabalho do engenheiro, do fiandeiro e do carpinteiro que construíram os prédios e a maquinaria usada na produção; quinto, o trabalho do varejista e de muitos outros que não vem ao caso mencionar. A soma de todas essas várias espécies de trabalho determina a quantidade de outras coisas pelas quais as meias serão trocadas, enquanto a mesma consideração das várias quantidades de trabalho utilizado nesses outros bens determinará igualmente a porção deles que se dará em troca das meias.

... A redução na utilização de trabalho sempre reduz o valor relativo de uma mercadoria, seja tal redução realizada no trabalho necessário para produzir a própria mercadoria, seja no trabalho necessário para a formação do capital que contribui para a sua produção. Em ambos os casos, o preço das meias diminuiria, fosse por que se empregasse um número menor de homens no alvejamento, na fição ou na tecelagem, na qualidade de operários diretamente necessários à sua produção; ou, como marinheiros, engenheiros e ferreiros, na qualidade de trabalhadores ligados mais indiretamente ao fabrico daquele produto¹¹.

Para Ricardo é a quantidade de trabalho que determina o valor de troca

das mercadorias. Sustenta sua argumentação com o exemplo da produção de meias. Segundo ele o país que tem condições mais favoráveis na produção de determinada mercadoria terá vantagens nas relações de troca porque, ao produzir uma dada mercadoria com uma menor quantidade de trabalho, será favorecido na troca por outra mercadoria que, em outro país, necessitou de mais trabalho para ser produzida.

Para Marx, a divisão do trabalho aumentou a produtividade como resultado da intensificação do trabalho, que pode ser aumentada ainda mais pela adequação das ferramentas de trabalho, como ocorria na manufatura. Com a utilização de máquinas no processo de produção, o trabalhador passa a ser um apêndice, já que o ritmo do processo de produção não é mais dado pelo homem e sim pela máquina. O capitalista utiliza a máquina como meio de baratear o produto, no limite em que o custo de sua própria produção custe menos trabalho do que aquele que a máquina irá substituir; caso contrário, não haveria vantagem para ele. Isto quer dizer que, ao comprar a máquina, o capitalista paga o valor da força de trabalho aplicada e não o trabalho aplicado na produção da máquina.

A máquina, no entendimento de Marx, possibilita ao capital a utilização de forças de trabalho suplementares, na medida em que a força motriz do processo de produção não é mais a força física do homem. As forças de trabalho suplementares, agregadas ao processo de produção, são as mulheres e as crianças que facilitam a apropriação capitalista já que essa força de trabalho é mais flexível e mais barata.

O valor do trabalho é determinado pelo custo mínimo necessário à manutenção e sobrevivência do trabalhador individual e de sua família. Esse custo, transformado em mercadorias produzidas pelo trabalhador, representa uma pequena parte da jornada de trabalho. O que é produzido além desse mínimo necessário para repor ao capitalista o custo com a mão-de-obra é o lucro.

A utilização do trabalho de mulheres e crianças desvaloriza o valor do trabalho do homem, porque o custo do trabalho do homem diminui,

¹¹ RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Op. cit., p. 50

proporcionalmente, na medida em que, ao utilizar o trabalho de mulheres e crianças, o capitalista tem a sua disposição um conjunto de forças de trabalho maior pelo mesmo custo do trabalho do homem que passa a ser dividido entre os membros de toda a família. Esse conjunto de forças de trabalho é capaz de produzir uma quantidade de mercadorias maior, mas o valor do trabalho continua sendo determinado pelo custo mínimo necessário para a manutenção do trabalhador e sua família, ou seja, o custo continua sendo igual ao trabalho do homem, mas o capitalista tem a sua disposição uma quantidade de força de trabalho maior ao utilizar o trabalho de mulheres e crianças pelo mesmo custo. A intensificação do trabalho se dá assim pela diminuição do custo da força de trabalho individual.

A máquina aumenta significativamente a produtividade do trabalho e diminui o tempo necessário para a produção de determinada mercadoria. Ao prolongar a jornada para além do tempo necessário, a máquina permite ao capitalista uma apropriação ainda maior do tempo de trabalho.

Os impactos da tecnologia se apresentam de maneira peculiar e diferenciada em cada um dos economistas estudados. Revela que cada um, a seu modo, percebe que a qualificação do trabalhador aliada ao aperfeiçoamento dos instrumentos/equipamentos de produção é capaz de trazer vantagens para quem detém o controle sobre o processo e a propriedade dos meios de produção.

Smith defende que a riqueza das nações depende de trabalhadores habilidosos e cada vez mais produtivos, sem se dar conta do que ocorrerá com o aumento continuado da produtividade do trabalho no que se refere aos impactos dessa produtividade para as condições de vida e de trabalho para os trabalhadores.

Para Ricardo isso não é suficiente, ele julga necessária a incorporação de novas tecnologias, como forma de obter vantagens no processo de troca com outras nações. Ao mesmo tempo, reconhece que esses avanços tecnológicos vão diminuir o número de trabalhadores empregados, não sabendo explicar o que acontecerá com eles.

Marx percebe e denuncia que, sob o modo de produção capitalista, os avanços serão utilizados para intensificar a exploração do trabalho, e que esse processo excluirá cada vez mais o homem da apropriação do resultado de seu trabalho, condenando-o à submissão e à miséria. Apresenta como alternativa a retomada pelo trabalhador do controle da propriedade dos meios de produção, num processo revolucionário, quando esses avanços se destinarem à produção de bens para satisfazer as necessidades imediatas e coletivas dos homens.

O trabalho hoje tem sido afetado cada vez mais pela incorporação dos avanços tecnológicos aos processos de produção, intensificando a exploração do trabalho e do trabalhador e reduzindo a limites nunca pensados o tempo necessário de cada jornada. A intensificação da exploração do trabalho se dá exigindo dos trabalhadores a execução de múltiplas tarefas, ampliando de maneira continuada e progressiva a produtividade do seu trabalho. A redução do tempo necessário para produzir as mercadorias pela incorporação de novas tecnologias ao processo de produção também aumenta a produtividade.

Essa pressão a que se vê submetido o trabalhador pelo aumento permanente de produtividade leva-o a atitudes egoístas e individualistas; assim, para se manter no emprego, ele deixa de participar de movimentos reivindicatórios e lutas de resistência coletiva à exploração de que é vítima. E eles não conseguem perceber que é justamente essa atitude individual que facilita a intensificação do trabalho, gera maior produtividade e expulsa o trabalhador do seu emprego.

A redução do tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias tem levado alguns estudiosos a afirmar que o trabalho perdeu a *centralidade* enquanto categoria de análise do processo de produção capitalista. O que não é verdadeiro porque, por menor que seja o tempo de trabalho necessário e por mais sofisticado que seja o processo de produção, sempre será preciso recorrer ao trabalho para pôr em movimento tal processo.

1.3 A ATUALIDADE DAS PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE MARX E GRAMSCI

As propostas pedagógicas de Marx e Gramsci são alternativas concretas para se pensar um modelo de educação possível, como forma de alertar os que se submetem e aceitam esse modelo que aí está como inexorável.

Para Manacorda,

"O trabalho "subsume" os indivíduos sob uma determinada classe social, predestina-os, desse modo, de "indivíduos" a "membros de uma classe": Uma condição que apenas poderá ser eliminada através da superação da propriedade privada..."¹²

A formação do homem se dá pela ação positiva de sua atividade, através da manifestação de si, não como indivíduo abstrato ou singular, mas enquanto indivíduo social e concreto, em toda sua essência.

A educação do homem tem que ser no sentido de formá-lo enquanto todo, real e concreto. Sua formação tem que levar em consideração o desenvolvimento real da sociedade em que vive, na qual está contida sua práxis diária.

Não é possível a formação do homem total nas sociedades divididas em classes, em que cada classe tem sua moral particular, seu modo particular de comportamento, com normas de condutas diferenciadas para cada classe. A sociedade de classes impede ao homem um desenvolvimento completo e total nos seus saberes e de toda a sua capacidade produtiva; impede-o, também, de conseguir satisfazer por completo suas necessidades.

O homem total só será possível quando ele puder se desenvolver na sua totalidade, quando puder se apropriar da totalidade dos conhecimentos e das forças produtivas, de forma coletiva. Com a posse coletiva dessas forças produtivas, coletivamente viabilizará o desenvolvimento dos indivíduos, em sua totalidade, para que possam ser completos, totais.

Tendo como princípio "que não basta responder com uma teoria pedagógica e um sistema de educação que reintegrem de imediato essas

¹² MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991, p. 45.

várias esferas (classes) divididas entre si; mas que, de qualquer maneira, pressupõem uma práxis educativa que, ligando-se ao desenvolvimento real da sociedade, realize a não separação dos homens em esferas alheias, estranhas umas às outras e contrastantes..."¹³.

Para Marx, organizar a escola que interessa aos trabalhadores não é tarefa pós-revolucionária, deve-se evitar todo o adiamento pessimista e omissivo de intervenção nesse setor. Marx reconhece que sob esse modo de produção não é possível organizar uma educação capaz de produzir o homem total, isso só é possível sob o comunismo. Para ele devem ser exploradas as contradições que permitam avanços, por pequenos que sejam, com críticas permanentes à educação fragmentada e parcializada da escola burguesa, porque não se pode confiar demais nas possibilidades revolucionárias de um sistema escolar frente à sociedade da qual é produto e parte. Alerta para o fato de que "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é seu ser social que determina a sua consciência"¹⁴. São os homens vivos e não isolados nas suas ações concretas e reais do cotidiano, que modificam pela sua ação transformadora o seu entorno. São essas transformações reais, constantes e visíveis, e produto da ação do homem que determinam a sua consciência. Segundo Marx "considera-se a consciência unicamente como *sua* consciência"¹⁵, deste homem enquanto indivíduo vivo e determinado historicamente.

A educação é um instrumento de fortalecimento do poder da classe dominante na sociedade capitalista, porque reproduz e divulga a ideologia que interessa a essa classe como forma de manter o seu domínio. A educação na sociedade burguesa é utilizada como instrumento de adaptação e permanência das relações de poder existentes, garante aos que pertencem à classe dominante as vantagens e privilégios e adapta os trabalhadores e seus filhos às condições de exploração que reproduzem e favorecem a acumulação. (MARX e ENGELS, 1962) Para Marx, a superação desse modelo de educação de sociedade classista só será possível sob o comunismo. Ele só será

¹³ MANACORDA, Mário Alighiero. Op. Cit., p.75.

¹⁴ MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**, Lisboa: Editorial Presença, s/d, p.26.

¹⁵ id., *ibid.*, p. 26

superado com a modificação no modo de produção e de organização social, e não com críticas intelectualistas e abstratas. As condições concretas para que isto aconteça dependem da crítica permanente do capitalismo, denunciando seus fundamentos e seu caráter excludente, através de uma ação real e prática no dia-a-dia, daqueles que querem construir uma nova sociedade.

O limite da ação sob o capital são as transformações no âmbito da escola, ensinando e compreendendo os mecanismos da sociedade capitalista, avolumando o processo de crítica permanente do modelo. Ao perceber o limite de alcance de ação sob o capital, Marx denuncia que não será o reformismo pedagógico que parece revolucionário e, muitas vezes substitui as correntes reacionárias da pedagogia burguesa, mas que não é diferente em seus fundamentos, que dará conta de mudar essa realidade. Serve apenas para satisfazer ilusoriamente as necessidades de crítica à realidade da educação burguesa, e o faz em nome do desenvolvimento humano. Não será esse reformismo, que se adapta e/ou modifica parcialmente a educação burguesa, que será capaz de construir a escola para os trabalhadores. (SUCHODOLSKI,1976) O verdadeiro educador é aquele que ajuda os indivíduos a entender e perceber os limites da sociedade de classes. Que os liberta da sua "velha consciência", ajudando-os a superar os dogmas e as ideologias da classe dominante. O educador não será capaz de, sozinho, educar o homem para o processo revolucionário, mas certamente tem papel decisivo de impedir a reprodução da ideologia dominante, que submete a maioria ao processo de exploração e dominação (MARX, s/d).

Gramsci parte do mesmo entendimento de Marx de que a educação tem papel fundamental para que o trabalhador entenda a sua condição de explorado e porque é explorado e como se libertará dessa dominação. No entender de Gramsci, as escolas devem ser classistas, proletárias, do Partido do Trabalho. Defende também uma escola, uma formação e uma cultura que tenham um caráter amplo, que não se limitem ao indivíduo, mas sirvam para toda a coletividade. Gramsci não aceita a cultura abstrata, enciclopédica e burguesa que confunde a mente dos trabalhadores. Entende que a formação para o proletariado deve ter uma concepção de cultura organizativa, no sentido

de ajudar a disciplinar o eu interior; quando cada um toma posse da sua própria personalidade, conquistando uma consciência superior, quando então consegue compreender a si e o seu valor histórico; qual é sua tarefa na vida e aprende a exercer seus direitos e deveres. Mas esta cultura não será suficiente se não estiver acompanhada de uma reflexão inteligente, sobre o porquê de se encontrar nessa condição de explorado, e qual a melhor forma de o proletariado sair da condição de servidão e dar conta de organizar a revolução para conseguir implementar a reorganização e reconstrução social. Só de posse dessa formação e cultura desinteressada, mas classista e proletária, pode-se fazer a crítica ao modo de produção e à cultura capitalista. Assim estará sendo formada uma consciência unitária do proletariado, porque crítica é cultura e não evolução espontânea.

Gramsci defende a Escola do Trabalho num contexto socialista, de forma desinteressada, ampla, de longo alcance, enquanto os capitalistas e o estado burguês pensam a escola do trabalho de forma interesseira, como instrumento de reprodução de sua cultura abstrata e de seu modo de produção excludente, que condena os trabalhadores à eterna condição de servidão e de exclusão. Gramsci critica o projeto do governo italiano que, em 1916, propôs uma nova forma de organização da escola para atender às demandas da guerra. Esse novo modelo uniria a escola e a oficina de produção de munição e, para incentivá-la, o governo acenava com algumas *facilidades*, que eram: "isenção de impostos, facilitação nos exames e redução de programas escolares. Os professores, para não parecerem antipáticos, deverão abaixar a cabeça. ...A costumeira retórica está construindo a malha de prejuízos e de oportunismos na qual será sufocada a escola e com ela uma certa quantidade de jovens".¹⁶ Triste coincidência com a atual proposta do governo brasileiro, que flexibiliza e desregulamenta a legislação para a constituição de novas escolas, oferecendo-lhes uma série de facilidades e isenções, ao mesmo tempo em que se exime de sua responsabilidade de garantir a educação

¹⁶ NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul, 1992. p. 16-17.

pública, universal e gratuita para todos. Para Gramsci, o governo italiano defendia a escola do emprego, sacrificando a escola do trabalho. A escola do trabalho, como já referido, é uma escola desinteressada, que ensina uma cultura ampla e coletiva. A proposta dos governos, italiano em 1916 e brasileiro hoje, impõe a escola burguesa, que é excludente e limitadora. A escola desinteressada, defendida por Gramsci, é aquela que permite ao homem adquirir conhecimento e critérios gerais para o desenvolvimento de seu caráter, uma escola que não condene os garotos a uma formação com início meio e fim já definidos e determinados como o faz a escola burguesa. Uma escola que seja acessível aos filhos do proletariado, em que estes tenham todas as condições e oportunidades de acesso a uma cultura que lhes dê condições de se realizar individualmente, quando poderão ser mais produtivos para si e para a coletividade. A escola e, especificamente, a escola profissional e/ou técnica, não pode ser uma máquina de reprodução de indivíduos mesquinhos, não por sua vontade, qualificados para um determinado ofício, sem cultura geral, sem alma e sem perspectivas, enquanto homens em sua individualidade e, muito menos enquanto o coletivo (NOSELLA, 1992).

A tarefa dos trabalhadores e de seus intelectuais orgânicos é, portanto, a de lutar pela viabilização de uma escola universal e pública, eliminando o caráter dual da escola burguesa que reproduz a sociedade de classes e a divisão social do trabalho, onde os trabalhadores recebem a educação profissional para exercer as atividades de produção, e as classes dominantes recebem educação humanista para exercer os cargos de dirigentes e intelectuais da sua classe.

Para alcançar e conquistar essa escola desinteressada e universal, é preciso ter claro que isso só será possível a partir da ação coletiva e organizada, já que é na esfera pública que ocorre concretamente a definição do tipo de Estado que será organizado e qual sua orientação em relação a definição do modelo de política educacional que será implementada. Para isso é preciso que se estabeleçam condições de disputa da hegemonia, como forma de garantir que as novas condições sociais alcançadas permitam de fato que a educação seja universal.

No Brasil, a adequação do sistema de ensino às exigências dos organismos multilaterais evidencia a subordinação do governo brasileiro a essas políticas excludentes do capital internacional. Não será a adequação às exigências impostas que elevará o Brasil à condição de país desenvolvido, pelo contrário, ficará condenado, sob a ótica capitalista, à eterna condição de país de economia dependente.

Essa situação evidencia que se perdeu, pelo menos por ora, a disputa do modelo de escola que interessa aos trabalhadores.

Diante dessa evidência, é necessário que se canalizem as energias, para que as ações em todos os fóruns e espaços em que se possa intervir, sejam no sentido de denunciar esse modelo que aí está, que é excludente. E certamente denunciar não basta, precisamos reunir forças suficientes para reverter essa ordem e esse modelo. Não de maneira retórica mas com práticas concretas e cotidianas, que demonstrem o acerto e a verdade histórica de uma escola universal, pública e gratuita.

Essas reformas e transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, que impactam diretamente na vida do trabalhador, nas condições de trabalho, na exigência por maior qualificação, na precarização das relações de trabalho, serão analisadas no próximo capítulo juntamente com os ajustes e reformas na educação que estão sendo implementadas no Brasil, como forma de adequar o sistema educacional às demandas e necessidades do processo produtivo.

CAPITULO II

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO

2.1 OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO PARA TRABALHADORES E SEUS SINDICATOS

A atual fase de desenvolvimento do modo de produção capitalista tem colocado diversos desafios aos trabalhadores e às suas representações de classe, os Sindicatos.

A "acumulação flexível",¹⁷ identificada por processos de produção cambiável, que podem ser adaptados rapidamente para produzir novos tipos de produtos e atender a demandas específicas, pode ser representada por fábricas construídas em módulos, que podem ser desmontadas e remontadas em outro local e até em outro país. Requerem trabalhadores polivalentes e/ou multifuncionais, exercendo várias atividades e funções, realizando, ao mesmo tempo, tarefas que antes exigiam o esforço de dois ou mais trabalhadores. Essa nova forma de produção é diferente do processo de produção fordista, que tinha uma linha de produção fixa, rígida e estruturada para um determinado produto, e não podia ser modificada. Seus trabalhadores tinham funções fixas, específicas e repetitivas. O atual estágio de produção, que está substituindo o processo de produção fordista, se sustenta em mudanças na organização do trabalho e em novas tecnologias que garantam a reprodução do capital, e taxa de lucro suficiente para remunerar o capital investido.

O desemprego crescente, que acirra cada vez mais a disputa por uma vaga, com exigências cada vez maiores de novas habilidades dos trabalhadores para que possam se inserir num processo de trabalho que a cada dia exige desse trabalhador maior flexibilidade na execução de múltiplas tarefas coloca em xeque a capacidade dos Sindicatos de apresentar

¹⁷ HARVEY, D. A condição pós-moderna. In ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho?* São Paulo SP. Editora Cortez. 3ª ed. 1995. p.16.

alternativas factíveis de enfrentamento e solução dos problemas que se apresentam.

O estágio atual do modo de produção capitalista, denominado acumulação flexível, ou reestruturação produtiva, e que seria mais corretamente chamado de desestruturação social, tem aprofundado o processo de exclusão a que estão condenados os trabalhadores sob o capital.

O processo de reestruturação tem aprofundado a segmentação do mercado de trabalho e a precarização das condições de trabalho para os trabalhadores do chamado núcleo duro das empresas, que são aqueles com maior tempo de serviço, que passaram dos quarenta anos de idade e com maior escolaridade; isto ocorre também para os trabalhadores que têm seus contratos de trabalho terceirizados e para os desempregados (POCHMANN, 1998).

No Brasil, os novos processos de gestão e organização do trabalho, pela incorporação de novas tecnologias ao processo produtivo, têm possibilitado um expressivo aumento no índice de produtividade e a redução de custos, em detrimento da elevação do nível de emprego.

O processo de globalização da economia, aliado ao processo de reestruturação produtiva, provocou o fechamento de um grande número de empresas, conseqüência da concentração de capitais, uma necessidade do capitalismo.

Com a queda da taxa de lucro, cresce o mínimo de capital que o capitalista precisa ter em mãos para o emprego produtivo do trabalho; mínimo necessário tanto para sua exploração em geral, quanto para que o tempo de trabalho empregado seja o tempo de trabalho necessário à produção das mercadorias, para que não ultrapasse a média do tempo de trabalho socialmente necessário à produção das mercadorias. E, simultaneamente cresce a concentração, pois, além de certos limites, um capital grande com pequena taxa de lucro acumula mais rapidamente do que um capital pequeno com taxa grande. Essa concentração crescente provoca, por sua vez, em certo nível, nova queda da taxa de lucros¹⁸.

Realimenta, desta forma, a concentração de capitais.

¹⁸MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Victor Civita, v III, Tomo 1, 1984. p.189

Muitas empresas brasileiras, como é o caso da Metal Leve, um dos símbolos e marcos do processo de industrialização no Brasil, ao ver suas taxas de lucro diminuírem, venderam-nas a grandes grupos multinacionais, por não suportar a concorrência de grandes empresas, cujo volume de capitais investidos permite um retorno mais rápido do que o conseguido por empresas com pequenos capitais.

Esse processo de fechamento de empresas, ou a sua incorporação por grandes grupos multinacionais, provoca uma acentuada desestruturação no mercado de trabalho no país, causando o desassalariamento da mão-de-obra, altas taxas de desemprego e a precarização das relações de trabalho.

Os trabalhadores não organizados, que prestam serviços a pequenas empresas, sem registro, em ocupações por conta própria (camelôs, biscateiros, etc.), vêm aumentando sua participação no universo de trabalhadores ocupados, e elevando a taxa de trabalhadores com relações de trabalho precarizadas. Já os trabalhadores organizados, que trabalham em grandes empresas, embora registrados e tenham um leque de proteções incluídas no contrato de trabalho, vêm continuamente restringida a sua participação no número dos trabalhadores ocupados (POCHMANN, 1998).

Essa forma de precarização dos empregos mostra a heterogeneidade das relações entre capital e trabalho e a convivência entre as formas mais modernas de relações de trabalho, representadas de um lado por empresas informatizadas que implantam processos de gestão tendo por base a necessidade de trabalhadores cada vez mais qualificados, para cumprir tarefas a serem executadas por grupos de trabalhadores semi-autônomos, as chamadas células de produção; na outra extremidade estão as formas tradicionais de trabalho, com relações de trabalho sem proteção, representadas por trabalho escravo, trabalho infantil e ocupações sem rendimento.

Essas contradições que permeiam a forma de organização da produção e as relações de trabalho também ocorrem com grande impacto nas entidades sindicais que representam os trabalhadores.

Segundo Antunes, sem entender e apreender a dimensão das transformações que estão ocorrendo no processo de trabalho e suas

conseqüências, os dirigentes e, por conseqüência, os sindicatos, ficam na defensiva. O impacto dessa nova forma de organizar a produção põe em desespero os trabalhadores diante da perspectiva do desemprego. A pressão do capital dificulta uma reação. Como não percebem a dimensão e o alcance desse processo, os sindicatos prendem-se a questões de sobrevivência do dia-a-dia, perdem a dimensão da luta de classes, restringindo as negociações à manutenção dos empregos e, na maioria das vezes, abrindo mão de várias conquistas alcançadas anteriormente, com a ilusão de que com tal posicionamento conseguem garantir o emprego dos seus representados. Abandonam seus projetos anticapitalistas e de transformação social, inserindo-se cada vez mais na lógica do capital, aceitando os limites da acomodação nos marcos da social democracia. A agenda passa a ser a defesa dos incluídos, ou seja, dos ainda empregados. Os patrões cada vez mais restringem as negociações em âmbito da empresa a segmentos mais restritos dentro dos ramos de produção, como é o caso do setor metalúrgico, no qual anteriormente as negociações e acordos abrangiam todos os trabalhadores do ramo, depois passaram a contemplar setores. Exemplo: auto-peças. Esse processo coloca os sindicatos em situação defensiva, numa situação que cada vez mais limita as possibilidades de reação dos trabalhadores (ANTUNES 1995).

O abandono das lutas pela transformação social e a aceitação das condições impostas pelo capital tornam-se o marco dentro do qual o movimento sindical passa a atuar. O corporativismo passa a ditar os limites em que a maioria das ações sindicais se desenvolve. A falta de perspectivas e a não-busca de alternativas dentro do marco da transformação social leva os sindicatos a agir dentro da institucionalidade, a participar de fóruns tripartites, nos quais, na maioria das vezes, são meros legitimadores da implementação de políticas que substituem a igualdade pela equidade, facilitando a exclusão de uma parcela cada vez maior da população.

Ao adotar esse tipo de postura os sindicatos e, por conseqüência, os trabalhadores ficam em uma posição defensiva, o que os impede de antever as conseqüências desse processo. Nesse quadro se consolida o objetivo neoliberal de tornar os sindicatos parceiros e atores funcionais da ordem capitalista. ... Acuadas pelo impacto desmobilizador da crise, pelo acirramento

do caráter seletivo e discriminatório das políticas de contratação e pelo avanço do discurso integrador do novo modelo da gestão empresarial, as organizações sindicais vêm redefinindo suas estratégias políticas e aceitando a participar de processos e fóruns colegiados de administração. ...O campo da negociação aparece, nesse contexto, como o recurso a ser privilegiado, aceitando-se compartilhar compromissos e deixando à margem, com isto, a busca do incentivo da mobilização social. ...as dificuldades na promoção do embate conduzem o sindicalismo ao paritarismo, como forma de manter-se na cena política e de intervir, mesmo que de maneira periférica, no debate a respeito dos rumos da regulação do trabalho e da formação profissional¹⁹.

O exemplo das câmaras setoriais reforça o abandono da concepção da luta de classes, do projeto socialista e anticapitalista, e a aceitação dos marcos da nova ordem econômica mundial, no qual moderno é aceitar o acordo e a conciliação, concepções que estão dentro de um projeto maior de "ideário e prática social democrata"²⁰ mesmo que isto signifique a exclusão de muitos, prática que abandona os trabalhadores à própria sorte(ANTUNES 1995).

Nesse cenário de economia globalizada, produção flexível, descrito no início do capítulo, os sindicatos não conseguem reagir, pelo contrário, inserem-se, adequam-se à nova ordem do capital. Além de não conseguir organizar alternativas de enfrentamento dentro de uma concepção de classe, os sindicatos sofrem os reflexos desse novo paradigma de produção que provoca a redução e/ou extinção de muitos postos de trabalho, a precarização das relações de trabalho pela terceirização e a contratação por tempo limitado. A diminuição do número de sindicalizados é conseqüência direta dessa nova situação. Isto provoca um enfraquecimento ainda maior dos sindicatos, diminuindo a sua representatividade e seu poder de mobilização, afetando fortemente, também, o volume de arrecadação, o ponto mais sensível dos sindicatos. Ao optar pela via institucional e pela representação dos trabalhadores com carteira assinada, os sindicatos deixam sem representação um enorme contingente de desempregados e excluídos.

¹⁹ FIDALGO, F. **A formação profissional negociada**: França e Brasil, anos 90. Mimeo Artigo apresentado na ANPED/99 com elementos conclusivos da Tese de Doutorado defendida em 11 de março de 1999 na PUC/SP sob orientação do Prof. Dr. Celso João Ferretti. PUC - SP, 1999. Tese de doutorado. Pg. 3

²⁰ ANTUNES, Ricardo. **Op. Cit.** p. 152

As políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores implementadas pelos sindicatos de trabalhadores, de alguma maneira estão minimizando o abandono a que foram condenados os desempregados. Minimizam no sentido de representá-los, e ilusoriamente incluí-los, na medida em que viabilizam o acesso desses trabalhadores a cursos de qualificação/requalificação. Mas isto ocorre de forma subordinada aos interesses do capital, reforçando a constatação, feita por Antunes, de que os sindicatos abandonaram as lutas anticapitalistas e de transformação social (ANTUNES, 1995).

Para facilitar a compreensão do porquê dessas políticas de qualificação e requalificação e de como estão subordinadas ao projeto capitalista, é preciso compreender, também, as reformas educacionais que estão sendo implementadas no Brasil.

2.2 OS AJUSTES NEOLIBERAIS NA EDUCAÇÃO NO BRASIL

No atual estágio de desenvolvimento capitalista, os organismos multilaterais têm seus papéis redefinidos, entre estes o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), etc. Com suas prerrogativas de agentes de intermediação de empréstimos, passam a impor, como contrapartida à liberação dos recursos, a implementação e adoção de reformas que atendam à nova fase de acumulação capitalista buscando facilitar-lhe os meios para perpetuar políticas de subordinação. Em outras palavras, são agentes de consolidação, em nível global, do processo de acumulação flexível.

Numa economia globalizada, com mudanças rápidas e contínuas em termos econômicos e tecnológicos, os países em desenvolvimento, não tendo poupança interna suficiente, vêm-se obrigados a captar recursos externos para financiar o seu desenvolvimento, e essa dependência os submete aos ditames dos países ricos, que detêm os recursos de que aqueles países necessitam.

Dentre as mudanças impostas pela atual fase de acumulação capitalista, uma das que mais têm trazido reflexos é a necessidade de os trabalhadores realizarem múltiplas funções, uma imposição do aumento da concorrência, que exige uma jornada de trabalho sem os chamados “poros”, como forma de ocupar integralmente o tempo em que o trabalhador fica à disposição da empresa, com o objetivo de aumentar a produtividade e o lucro, o que, por consequência, diminui o número de trabalhadores empregados.

As reformas educacionais têm sido implementadas no sentido de reestruturar o sistema de ensino, com o objetivo de preparar trabalhadores com o perfil que atenda às necessidades impostas pelo sistema produtivo.

No Brasil, as políticas educacionais e de qualificação profissional sofreram modificações importantes a partir dos anos 80. Nessas mudanças é possível notar uma grande semelhança entre o que se está adotando no Brasil e o que é sugerido pelos organismos multilaterais, que defendem uma educação diferenciada para os trabalhadores com níveis de atendimento bem definidos.

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim a longo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal²¹

Passaram-se a priorizar os investimentos na educação geral (básica fundamental e média), sendo este o limite da prioridade do governo, e o único compromisso: oferecer educação geral até a 8ª série para a massa de trabalhadores, aliada à educação profissional de uma maneira aligeirada para que a grande maioria da população se limite ao acesso a uma ocupação informal, já que com essa formação não terão competência para candidatar-se a um emprego formal. Isto é implementado num processo de repartição de responsabilidades entre União, Estados e Municípios, mas continua sob

²¹ KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: Categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. in: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999. p. 21.

controle do governo federal a definição das políticas de educação para o ensino fundamental (KUENZER, 1999).

"A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós-médio à pós-graduação"²².

Para esse grupo de trabalhadores são destinados os poucos e bons empregos, em detrimento da grande massa de excluídos que deve se limitar à ocupação de empregos precarizados e, mesmo estes, dificilmente são encontrados.

O Banco Mundial defende que os governos se ocupem da educação fundamental e, nos outros níveis, afunile cada vez mais o acesso, delegando o atendimento para o ensino privado.

Essa orientação do Banco Mundial está em consonância com a globalização econômica, que prega uma racionalização no uso de recursos, redução do financiamento pelo Estado das políticas sociais e concentração de esforços no sentido de organizar a educação de forma flexível para atender, a cada momento e, de acordo com suas necessidades, o sistema produtivo. Coincidência ou não, o processo de privatização, imposição também do Banco Mundial e do FMI, tem provocado um acelerado processo de desnacionalização das economias, não fugindo à regra o Brasil.

Essa nova fase da economia capitalista necessita do que passou a ser chamado de desenvolvimento sustentado, ou seja, garantias de lucratividade para os capitais multinacionais aplicados nos países em desenvolvimento, através de investimentos diretos, comprando empresas privadas e estatais, via processo de privatização, ou através de investimentos indiretos, na forma de empréstimos através do Banco Mundial e do FMI. Para se obter essa lucratividade são necessárias algumas condições, entre elas uma mão-de-obra qualificada, preferencialmente dentro do perfil e com a flexibilidade e multifuncionalidade que o mercado requer em tempos de acumulação flexível.

²² KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: p. 21

A educação passa a ser analisada pela lógica do custo/benefício, como querem os organismos multilaterais. Os governos são orientados a reduzir seus gastos com as escolas técnicas e com o ensino superior, porque tais investimentos ofereceriam pouco retorno, na medida em que o crescimento econômico desses países não consegue garantir emprego para tantos trabalhadores qualificados. Sobre as Escolas Técnicas, manifesta-se Cláudio de Moura Castro, Consultor do Banco Mundial:

“Em alguns estados menos industrializados, passaram mesmo a serem escolas cooptadas pelas elites locais... passaram a ser caminhos privilegiados para o vestibular... Ora, faz pouco sentido ensinar Máquinas e Motores a custos elevadíssimos a quem nada mais quer do que passar no vestibular de Direito”²³

O Banco Mundial, segundo Kuenzer, formula suas orientações para a educação no Brasil a partir de um raciocínio discriminatório, porém simples. Para o Banco

... ensino superior não é para todos, mas sim para dirigentes e técnicos de alto nível, para o que se exigem estudantes bem preparados pela educação primária e secundária, cujos egressos devem ser *rigorosamente selecionados*, premiando os que sejam realmente competentes”... Para o Banco “... e para boa parte de políticos, dirigentes e mesmo muitos intelectuais brasileiros, a “competência” é um atributo biológico ou até mesmo divino, que não tem nada a ver com as condições econômicas, sociais, culturais na determinação das formas de produção, sistematização e divulgação do conhecimento”²⁴.

Para o Banco Mundial “competência para o ensino superior não é um atributo universal”²⁵ e, no seu entendimento, o governo deve redefinir seu papel de financiador da educação pública. Melhor seria que esses recursos fossem utilizados para subsidiar escolas técnicas privadas, que qualificariam trabalhadores com o perfil definido pelos empregadores e dentro da demanda por eles definida.

²³ KUENZER, Acácia Z. O ensino médio e profissional: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez Editora, 1997. p. 59.

²⁴ KUENZER, Acácia Z. **Op. Cit.**, p. 68 e 69

²⁵ KUENZER, Acácia Z. **Op. Cit.**, p. 69

Os governos devem, segundo o Banco Mundial, subsidiar os empregadores que oferecem cursos de qualificação a seus trabalhadores, mesmo que a educação oferecida seja com o objetivo específico de treinar esses trabalhadores para exercer tarefas específicas para esse empregador. O subsídio viria através de bolsas de estudo, descontos nos impostos a pagar, etc.

O novo papel do governo em relação à educação deve ser no sentido de

... investir prioritariamente no ensino fundamental, cuja taxa de rentabilidade dos investimentos com relação à redução da pobreza é mais alta; em seguida investir no ensino médio e continuar investindo apenas o necessário no ensino superior, orientando-se para que o financiamento seja mais eqüitativo e eficaz em função dos custos, de modo que os níveis primário e secundário possam merecer mais atenção, como resultado da progressiva privatização do 3º grau

²⁶

As Escolas Técnicas como hoje são constituídas, segundo o Banco Mundial, não cumprem seu papel. Têm objetivos distintos daqueles de formar mão-de-obra para a produção, portanto, devem mudar para um modelo semelhante ao com o modelo adotado na Inglaterra, de escola técnica que oferece qualificação por módulos. O trabalhador não faz um curso regular, escolhe algumas qualificações que deseja receber e freqüenta as aulas. Cumprida a carga horária, recebe certificação da qualificação, que pode ser um módulo de carpinteiro, outro de mecânico de automóvel, etc.

Seguindo orientações do Banco Mundial, em alguns países, como o Egito, os governos adotam políticas contencionistas, “forçando” os jovens a matricularem-se em escolas técnicas, como forma de desviar suas aspirações de cursar uma faculdade, desobrigando assim o governo, de oferecer vagas em maior quantidade no ensino superior (BANCO MUNDIAL, 1992).

Para o Banco Mundial, a desregulamentação das condições necessárias para a constituição de escolas privadas de qualificação deve ser prioridade do governo, como forma de permitir a proliferação do maior número possível dessas escolas que, diferente da forma como o governo trabalha a questão, funcionarão dentro de critérios que levem em consideração o custo/benefício,

²⁶ KUENZER, Acácia Z. *Op. Cit.*, p. 69

bastando para isto que tenham a “liberdade” de fixar livremente suas taxas de matrícula e mensalidades. O governo teria a singela tarefa de evitar práticas abusivas por parte dessas escolas. "Ao ter seu foco na lógica do mercado, a educação profissionalizante não conseguirá conter a pressão para acesso ao 3º grau" ²⁷.

Considerando que a inserção dos países em desenvolvimento no processo de globalização se dá de uma forma subordinada, é necessário considerar que algumas das precondições impostas a esses países, pelos organismos multilaterais, têm por objetivo facilitar a acumulação capitalista e, por conseqüência, impor condições de comércio bilateral, que facilitem a realização de margens de lucro, já não possíveis nos países dos quais provêm tais capitais.

A realização dos lucros necessita de condições mais favoráveis e vantajosas em relação às existentes nos chamados países centrais, que expatriam seu capital para locais onde as condições lhes sejam mais propícias.

As taxas de desemprego crescentes em todos os países, mesmo que setoriais, demonstram que o desemprego e a exclusão são condições inerentes ao modo de produção capitalista. Mostram que, estar ou não empregado na sociedade capitalista não depende do grau de escolarização e da qualificação dos trabalhadores, como quer nos fazer acreditar o governo brasileiro. Não fosse isso verdadeiro, como se explicam as elevadas taxas de desemprego entre os jovens e a população de meia-idade na grande maioria dos países desenvolvidos, que já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau e, em muitos casos, mais de 60% já têm acesso ao ensino superior. Mesmo com esse nível de acesso à educação e à qualificação profissional, os trabalhadores dos países desenvolvidos enfrentam taxas de desemprego maiores do que muitos países em desenvolvimento.

Na sociedade capitalista, a diminuição dos postos de trabalho são uma conseqüência do modo de produção, já que os avanços tecnológicos e os ganhos de produtividade que, aumentam o tempo livre dos trabalhadores, são apropriados privadamente em detrimento do coletivo e, ao contrário de libertar,

²⁷ KUENZER, Acácia Z. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no

condenam os trabalhadores à miséria e acentuam a exploração e a exclusão. Os defensores da doutrina liberal dizem que é o mercado que regula tudo, portanto, se houver emprego para todos, não será o nível de qualificação ou de educação que determinará quem tem ou não emprego.

A forma capitalista de produção diante da impossibilidade de garantir emprego a todos, transfere para o indivíduo o ônus do seu desemprego, inculcando em seu subconsciente que está desempregado por falta de qualificação e cria a falsa expectativa de que se qualificando, se incluirá novamente no mercado de trabalho. Isto induz o trabalhador a atitudes individualistas e egoístas, inviabilizando sobremaneira a possibilidade dos trabalhadores reagirem coletivamente contrariamente a essa situação.

O falso discurso da empregabilidade passou a ser a palavra de ordem, sendo definida como a capacidade de se obter um emprego e manter-se nesse emprego atualizando-se e qualificando-se permanentemente como forma de acompanhar e adaptar-se às constantes mudanças no mundo do trabalho.

O trabalhador multifuncional impõe-se por exigência do modo capitalista de produção, que precisa cada vez mais aumentar a produtividade dos que ainda estão empregados para poder manter a apropriação da mais-valia, relativa e absoluta, em taxas suficientes para remunerar o capital.

Ao perceber que o emprego é a sua única forma de vida sob o capital, o trabalhador vai lutar desesperadamente pelo emprego, e para ele não importa que o vizinho morra, é o seu limite. Como estão iludidos pelo discurso da qualificação e da empregabilidade, os trabalhadores cobram dos seus sindicatos a implementação de cursos de qualificação e requalificação.

Os dirigentes sindicais, ao não perceberem o engodo contido no discurso da burguesia, assimilam as cobranças dos trabalhadores oferecendo cursos de qualificação e requalificação profissional.

Perdem assim dirigentes e trabalhadores a perspectiva da luta de classes, favorecendo e potencializando a luta intraclasse. Porque é isso que está ocorrendo.

Um breve resgate histórico indicará os pressupostos que determinaram, a cada período, as políticas educacionais dos sindicatos.

CAPITULO III

OS SINDICATOS DE TRABALHADORES E SUAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO NO BRASIL

3.1 POLÍTICAS DE FORMAÇÃO²⁸

Na história do movimento sindical brasileiro, as políticas de formação foram implementadas, visando a um melhor modo de organizar os trabalhadores, a partir do que os dirigentes sindicais entendiam por formação em cada período. Com a dinâmica e características peculiares do movimento de trabalhadores, as políticas de formação foram sendo modificadas e alteradas, influenciadas pelas tendências e grupos políticos que estavam na direção do movimento sindical, e que tiveram sua formação e militância inicial em grupos com as mais diversas orientações políticas, sendo mais atuantes os conservadores, os revolucionários, os religiosos e os reformistas. Os conservadores eram influenciados pela igreja católica; os revolucionários, por partidos políticos como o Partido Comunista (PC) e o Partido Comunista do Brasil (PcdoB); os religiosos, pelo clero progressista da igreja católica, que se organizavam sob siglas como JUC (Juventude Católica), JOC (Juventude Operária Católica), etc., e os reformistas, organizados e influenciados por entidades financiadas pelos patrões e por organismos internacionais, como o IADESIL (Instituto Americano para o Desenvolvimento de um Sindicato Livre), financiado pelo governo americano.

Com o golpe militar de 1964, a maioria dos sindicatos que promoviam formação política foi reprimida pelos militares, sofreram intervenção e seus dirigentes foram perseguidos politicamente, à exceção daqueles que estavam comprometidos ou se comprometeram em defender as políticas de interesse dos patrões e dos militares. A repressão ao movimento sindical de

²⁸ Elaborado com base no documento - **Curso de Formação de Dirigentes de Base** - Projeto Alicerce - da Central Única dos Trabalhadores - CUT. Florianópolis, SC.: Escola Sul, 1999 além de outras fontes conforme citações.

trabalhadores foi muito forte em todo o país, e as atividades de formação política eram e são consideradas pelos militares atos subversivos. Mesmo sob a ameaça de serem presos, muitos continuaram seus cursos de formação política, como foi o caso do grupo de oposição sindical do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, que, com uma proposta política revolucionária, passou a fazer cursos de formação na clandestinidade, normalmente em igrejas, sob a proteção de padres progressistas. Enquanto isso, outros sindicatos se submeteram e/ou foram submetidos pelos militares e, passaram a oferecer cursos supletivos de 1º e 2º graus, cursos regulares de 1º e 2º graus e cursos vocacionais pré-profissionalizantes, o que se intensifica no período do chamado “milagre brasileiro” dos anos 70, quando os sindicatos de trabalhadores e patronais, na sua grande maioria, tornam-se apêndices do Estado, colocando-se no papel deste e oferecendo educação regular para seus associados e dependentes. Com o crescimento do movimento de trabalhadores do ABC paulista no final dos anos 70, fica latente a necessidade de retomar os cursos de formação para formar politicamente militantes de base e também para formar e qualificar os novos dirigentes que surgem por conta do movimento operário no ABC. Era necessário, então, que os sindicatos desenvolvessem atividades de formação voltadas para os seus militantes, para organizar a luta dos trabalhadores. Mas a substituição do ensino supletivo e regular pelo ensino de formação política não acontecem de uma forma tranqüila; a grande maioria dos sindicatos de trabalhadores, em todo o país, estava presa a práticas assistencialistas, como oferecer serviços de educação regular e supletiva, de assistência médica e ambulatorial e, em alguns casos, hospitalar, de barbearia, de cabeleireiro, etc. Mudar esse perfil para muitos sindicatos significaria abrir mão de gordos subsídios que recebiam do governo via convênios para financiar seus cursos de educação regular e, em alguns casos de cursos profissionalizantes. Exemplo: curso de torneiro mecânico oferecido pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e custeio de serviços de assistência médico-hospitalar. Essa situação era agravada pelo fato de muitos sindicatos, em alguns casos devido à repressão e, em outros, por opção, terem abandonado a política de filiação de novos sócios, o que diminuiu

o volume de arrecadação. A sustentação financeira desses sindicatos estava sendo viabilizada através dos subsídios repassados por de convênios com o governo conforme relatado anteriormente. Com a pressão em assembleias, grupos de oposição e militantes de base, passam a defender a necessidade de mudança no perfil de atuação dos sindicatos, apresentam como proposta a intensificação das políticas de formação e o fim das práticas assistencialistas. A pressão surte efeito em alguns sindicatos e isto de fato aconteceu. Ao mesmo tempo em que acontecem esses cursos de formação via congressos, seminários, debates, palestras, etc., com o objetivo claro de organizar os trabalhadores e desatrelar os sindicatos da influência do Estado e dos patrões, dando-lhes autonomia política e ideológica, os reformistas se organizam para fazer o contraponto a essa nova proposta político-formativa, e oferecem cursos também de formação, inclusive com intercâmbio com outros países, como Estados Unidos, através da IADESIL, com o objetivo claro de cooptação dos trabalhadores na defesa da sociedade capitalista, enquanto os sindicatos progressistas, em seus cursos, defendiam concepções anticapitalistas e formavam seus militantes na defesa de uma sociedade socialista.

Diferente do que acontecia com os processos de formação antes de 64, que eram destinados quase que exclusivamente aos dirigentes sindicais, nessa nova fase, principalmente no final dos anos 70, e inicialmente no ABC paulista, os cursos de formação são organizados com o objetivo de formar também os trabalhadores da base, ou seja, aqueles que não estão na direção dos Sindicatos.

Essa nova proposta de formação política dos trabalhadores vem influenciada pela situação política existente no país, causada pelo golpe militar de 64. O modelo de desenvolvimento continuado pelos militares reforça o modelo de sociedade de classes, o que facilita o debate político e fortalece o discurso dos trabalhadores denunciando a exclusão e a concentração de renda.

O processo de repressão, perseguição e prisão de militantes e líderes dos trabalhadores deixou clara a necessidade de os trabalhadores se

organizarem, como forma de se defender do arbítrio e também para ver atendidas suas reivindicações.

Os programas de formação, autônomos em relação ao Estado e aos patrões, mas atrelados e subordinados aos projetos políticos ideológicos das facções e/ou grupos que estavam na direção dos sindicatos, buscam explicar para os trabalhadores os seus direitos e de que forma podem alcançá-los.

A chamada “abertura política”, adotada pelos militares a partir de 1978, na direção do que se chamou de processo lento e gradual de “abertura democrática”, fez com que os grupos políticos, tornassem mais explícitas suas posições e propostas político-ideológicas, provocando com isso disputas internas em vários sindicatos e o rompimento entre os chamados velhos e novos dirigentes, estes com propostas de rompimento com o modelo de sindicato tutelado pelo governo. Os novos dirigentes, considerados radicais, passam a influenciar de maneira decisiva o conteúdo dos cursos de formação política, dando-lhes um caráter ideológico e classista.

As novas políticas e projetos de formação dos sindicatos de trabalhadores privilegiam a formação político-ideológica de dirigentes e militantes, como forma de ampliar a capacidade de organização política, dos sindicatos. Esses projetos de formação, idealizados pelos sindicatos, num primeiro momento, raras vezes conseguiam transpor o âmbito da área de influência do próprio sindicato, devido a aspectos corporativos e à fragmentação dos trabalhadores em categorias diferenciadas, resultado do modelo de organização sindical imposto por Getúlio Vargas, com o claro objetivo de fragilizar a luta dos trabalhadores.

As práticas educativas possibilitaram aos sindicatos de trabalhadores, mesmo que de forma fragmentada, converterem-se em importantes sujeitos de organização coletiva, para a defesa de direitos dos trabalhadores e, por consequência, da coletividade.

A organização de movimentos reivindicatórios por categorias e/ou locais de trabalho constituíram-se em importantes ações para a construção da identidade coletiva. Quanto mais ampliada fosse a ação formativa dos

sindicatos, tanto maior era a participação dos trabalhadores de sua base representativa.

Denominadas de formação política, educação sindical, ou simplesmente de formação, essas práticas educativas programadas, na forma de seminários, cursos, plenárias de formação, tinham o objetivo de construir e alavancar projetos políticos e de organização dos trabalhadores. O desenvolvimento dessas práticas estavam obrigatoriamente atrelados a enfoques subordinados a esses projetos políticos.

O movimento operário brasileiro, em sua história mais recente, a partir do processo de renovação iniciado em 78/79, no ABC paulista, com as greves de metalúrgicos, adota uma postura de chamar para os sindicatos os processos de formação política dos trabalhadores. Esses projetos de formação foram organizados para atender às demandas organizacionais de diferentes categorias de trabalhadores e as diferentes concepções e/ou correntes político-ideológicas existentes dentro do movimento sindical.

As divergências entre as novas lideranças surgidas no ABC paulista e os antigos dirigentes se acentuam. Isso intensifica a implementação dos projetos de políticas de formação, como forma de divulgação e viabilização das propostas políticas defendidas em cada um desses segmentos. Os novos dirigentes propõem uma política de enfrentamento aos patrões, como forma de melhorar e garantir os direitos dos trabalhadores, enquanto os antigos dirigentes defendem a solução pela via da negociação e conciliação de interesses. As divergências se aprofundam e, como consequência, há o rompimento entre os dois grupos. Na divisão, os chamados novos dirigentes se organizam e criam a CUT, em 1983, enquanto os antigos se organizam na Conclat. As Centrais Sindicais são fatos novos no movimento sindical brasileiro, por se tratar de Centrais, com representação em nível nacional.

A CUT surge com uma proposta ideologicamente mais definida, no que se refere à organização dos trabalhadores. Adota posições de enfrentamento aos patrões, organizando os trabalhadores em seus locais de trabalho, e coordenando grandes greves. Defendia a autonomia dos sindicatos em relação ao Estado.

A partir de 1985, inicialmente na CUT, passam a fazer parte da estrutura organizativa das Centrais Sindicais, as diretorias de formação, que organizam e implementam projetos de formação; na CGT (ex Conclat) o mesmo ocorre a partir de 1986. A CGT se divide em 1989, dando origem à CGT e à Força Sindical, que também adotam políticas de formação para atender aos seus projetos políticos.

Segundo Antunes, a Força Sindical vem para ocupar o campo sindical de direita, que defende a preservação da ordem, a conformação com o modelo de sociedade sob o capital e a inserção subordinada do Brasil na economia globalizada, e dependente tecnologicamente. Tem como palavra de ordem um “sindicalismo de resultado”. Defende a conciliação de classes, fazendo acordos e alianças com os patrões, independentemente de que estes acordos e seus resultados signifiquem a fragilização dos trabalhadores. Critica o atrelamento ideológico de esquerda, do movimento sindical brasileiro, ao mesmo tempo em que se alia com a direita (ANTUNES 1995).

Toda Central têm sua política de formação, mas cada uma, conformando essa política às suas orientações político-ideológicas, que são diferentes.

Essas políticas de formação passam a dividir com a qualificação profissional as preocupações dos dirigentes sindicais, no âmbito do que pode ser chamado de ação educativa dos sindicatos de trabalhadores. Antes de entrar na análise do que é essa ação educativa dos sindicatos, faz-se necessário verificar como a representação dos trabalhadores brasileiros percebe e que leitura faz das transformações que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Para além dessas transformações, que não ocorrem por acaso, já que são implementadas por vontade e necessidade das acomodações e rearranjos do capitalismo, seus desdobramentos impactam de várias maneiras a vida daqueles que vivem do trabalho, principalmente nas condições de trabalho e nas políticas de educação adotadas para os trabalhadores.

3.2 AS POLÍTICAS DE QUALIFICAÇÃO

A partir de meados da década de 90, as Centrais Sindicais e os sindicatos filiados incorporam à sua política de formação, também políticas de qualificação e/ou requalificação de mão-de-obra, uns mais outros menos, influenciados pelo chamado processo de globalização da economia e pela implementação das políticas neoliberais no Brasil a partir do governo Collor. A influência toma corpo a partir do discurso da necessidade de qualificação dos trabalhadores, como forma de os produtos fabricados no Brasil ganharem competitividade no mercado externo. Para o país ganhar competitividade, segundo a política econômica adotada, seria necessário produzir com melhor qualidade e com uma produtividade maior, para o que seriam necessários trabalhadores mais qualificados e mais produtivos (DIEESE, 1999).

Com a abertura econômica, produtos estrangeiros, mais baratos, invadiram o mercado brasileiro, o que provocou o fechamento de muitas empresas brasileiras e, por consequência, o desemprego de seus trabalhadores.

Os sindicatos pressionaram o governo para adotar políticas de proteção ao emprego. O governo respondeu que não poderia fazer isso, porque o Brasil precisava se inserir no mercado globalizado e que a forma de manter o emprego seriam trabalhadores melhor qualificados e mais produtivos. Para alcançar esse grau de qualificação para os trabalhadores brasileiros, o governo propôs através do "Ministério do Trabalho e coordenado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional - SEFOR, o Programa Nacional de Qualificação e Requalificação de Trabalhadores"²⁹, "financiado com recursos do Fundo de Amparo aos Trabalhadores – FAT, cujas receitas têm origem nas contribuições do PIS (Programa de Integração Social), do PASEP (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público), parte da Contribuição Sindical, imposto compulsório descontado de um dia de salário de todos os

²⁹ KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional: as políticas do Estado neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1997. p. 53

trabalhadores, verbas do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e verbas de impostos cobrados sobre operações financeiras" ³⁰.

O FAT é administrado por um conselho tripartite, composto por governo, empresários e trabalhadores.³¹ O programa de qualificação é implementado a partir de convênios com o governo, via Ministério do Trabalho, e consiste em cursos oferecidos por entidades governamentais, instituições de ensino, em nível federal, estadual e municipal, entidades de classe de trabalhadores e de empresários, com o objetivo de qualificar os trabalhadores para que sejam, mais qualificados e mais produtivos.

Muitos sindicatos de trabalhadores e/ou suas Centrais Sindicais, apresentam projetos de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores, que são aprovados nos Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais do Trabalho, dependendo do âmbito de representação da entidade. Com seus projetos aprovados, esses sindicatos passam a ter acesso a recursos financeiros, que possibilitam a oferta de cursos de qualificação e/ou requalificação profissional dos trabalhadores (BORGES, 2000).

Mas esse programa de qualificação e/ou requalificação de mão-de-obra não acontece, como inicialmente se poderia imaginar, para atender somente à demanda por trabalhadores mais qualificados. Essa proposta atende, e está inserida num projeto maior de conformação e adequação dos países, à atual etapa do modo de produção capitalista, denominada acumulação flexível, que, via Banco Mundial, FMI e BID impõe reformas que facilitem o avanço das chamadas políticas de mercado. Entre as reformas impostas para o Brasil, a da educação é uma das mais agressivas, e tem por objetivo desobrigar o Estado da sua responsabilidade pela educação, transferindo às instituições de ensino privadas, na lógica da economia de mercado, a oferta da educação. Segundo Borges, de forma enviesada e através de projetos de conformação da educação e da formação profissional às demandas da produção, o governo, via fóruns tripartites, busca e aparentemente consegue cooptar os sindicatos como parceiros na execução desses projetos. A participação dos sindicatos

³⁰BORGES, Altamiro. FAT: formação ou atrelamento ao estado? **Debate Sindical**, São Paulo, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000. p. 28

³¹ BORGES, Altamiro. **Op. cit.**, p.28

de trabalhadores nos conselhos tripartites dá legitimidade perante os trabalhadores e sociedade na aprovação e, em alguns casos, também na execução das políticas de qualificação e requalificação profissional. (BORGES,2000)

CAPÍTULO IV

A AÇÃO EDUCATIVA DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES

Neste capítulo, o objetivo é desenvolver e discutir os resultados da pesquisa documental e empírica realizada. A pesquisa documental foi realizada em documentos, textos, boletins, periódicos, revistas, resoluções de congressos, plenárias e seminários produzidos pelas centrais sindicais CUT e Força Sindical e pelas confederações respectivas a que estão filiados os sindicatos pesquisados, um filiado à Força Sindical e o outro à CUT.

A pesquisa documental mostrou as propostas e projetos defendidos, por cada um dos dois segmentos de maior representação do movimento sindical no Brasil. Nesses documentos³² foi possível perceber a partir de que pressupostos os sindicatos passam a implementar os cursos de qualificação/requalificação de trabalhadores. A pesquisa documental já bastaria para responder os objetivos gerais e específicos propostos.

A pesquisa empírica com os membros da estrutura diretiva dos sindicatos: presidentes e secretários de formação; com os professores/monitores dos cursos de formação profissional dos sindicatos e, com trabalhadores que freqüentaram os cursos, confirma os objetivos e propostas defendidas pelas centrais sindicais, confederações em seus programas de qualificação a serem implementados pelos seus filiados, os sindicatos de trabalhadores pesquisados. Antes de apresentar esses resultados, é importante explicitar os procedimentos metodológicos da pesquisa empírica.

A análise foi desenvolvida fazendo-se a interlocução das informações da pesquisa documental e da pesquisa empírica, sustentadas pela pesquisa bibliográfica.

³² A pesquisa foi feita em documentos publicados pela CUT e Força Sindical, listados na bibliografia. Tal leitura subsidiou a elaboração do texto do subitem 4.2 do Capítulo 4, apoiado por outras leituras conforme as fontes citadas.

4.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa realizada é um estudo qualitativo, tendo como foco de investigação a ação educativa de dois sindicatos de trabalhadores: um de Curitiba e outro de Ponta Grossa, diante das novas demandas de qualificação e requalificação profissional causadas pela reestruturação capitalista.

Justifica-se a escolha da abordagem qualitativa porque a coleta de dados é enriquecida pela possibilidade do contato direto com o objeto de pesquisa. O pesquisador percebe um maior número de elementos que compõe o ambiente facilitando a compreensão do objeto estudado. Questões aparentemente simples podem ser essenciais para melhor compreender o que está sendo estudado.

A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador, ao estudar um determinado problema, verificar como ele se manifesta cotidianamente nas atividades e procedimentos a que está afeto (LÜDKE e ANDRÉ, 1986). Na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de informações tem uma importância às vezes maior do que o produto que dela resulta. Ao considerar os diferentes ângulos e pontos de vista sobre o objeto pesquisado, pode-se captar como os informantes vêem o problema, a partir de uma perspectiva individual. A pesquisa qualitativa "ao considerar os diferentes pontos de vista dos informantes, permite iluminar o dinamismo interno das situações, geralmente inacessíveis ao observador externo".³³

As informações e dados foram coletados através de entrevistas gravadas face a face e escritas, ambas, com roteiro sem-estruturado, além de conversas informais. Optou-se pela gravação das entrevistas como forma de garantir uma maior autenticidade das falas, e evitar os possíveis vícios de interpretação na hora das anotações.

O trabalho desenvolveu-se inicialmente verificando se os sindicatos desenvolviam políticas de qualificação e/ou requalificação de trabalhadores; confirmada a existência dessas políticas no âmbito desses sindicatos,

³³ LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP, 1986, pg. 12

estabeleceu-se um primeiro contato via telefone, seguido de visita aos dirigentes sindicais e aos responsáveis pelas políticas de formação dos sindicatos e, em seguida, aos locais onde os cursos seriam ministrados. Após essa aproximação inicial, deu-se início às entrevistas, de quatro dirigentes sindicais (dois presidentes de sindicatos e dois secretários de formação), quatro monitores (dois de cada sindicato) e seis egressos dos cursos de qualificação (três de cada sindicato).

O que determinou a delimitação da pesquisa aos sindicatos pesquisados foi o fato de serem sindicatos que já há algum tempo haviam implementado políticas de qualificação/requalificação profissional, e por serem de um ramo de atividade que tem sofrido com mais intensidade o desemprego causado pelo processo de reestruturação produtiva.

Por terem confederações de representação nacional, rapidamente esses programas de qualificação foram sendo implementados em vários Estados e também nos sindicatos pesquisados. O acúmulo de experiência, na lógica em que se propunham fazer a qualificação/requalificação profissional, influenciou também a escolha, já que seria possível perceber de forma mais acabada, a concepção e resultados obtidos.

Outro critério definidor da escolha foi o fato de serem sindicatos do mesmo ramo de atividade, ligados a centrais Sindicais com projetos e concepções políticas diferentes. O sindicato **A**, filiado à Força Sindical e o sindicato **B**, filiado à Central Única dos Trabalhadores - CUT. Para a realidade estadual, o com sede em Curitiba, considerado grande e, o com sede em Ponta Grossa, médio; o que permite avaliar os pontos comuns e divergentes, e verificar com que objetivos esses sindicatos implementaram suas políticas de qualificação.

Além disso, estão localizados em cidades com características diferentes, um na capital e outro em cidade de porte médio, sendo também diferenciados o nível de desenvolvimento econômico, o mercado de trabalho e as demandas por mão-de-obra.

QUADRO 1 **CARACTERIZAÇÃO DOS SINDICATOS**

DESCRIÇÃO	SINDICATO A	SINDICATO B
Central Sindical	Força Sindical	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Trabalhadores na Base:	Há 10anos: 45.000 Há 5 anos: 30.000 Há 3 anos: 32.000 Há 1 ano: 36.000 Atualmente: 40.000	Há 10anos: não informado Há 5 anos: 5.500 Há 3 anos: 4.500 Há 1 ano: 4.300 Atualmente: 4.000
Grau de Escolaridade dos Trabalhadores da Base	1º. Grau: 75% 2º. Grau: 10% Curso Técnico: 5%	1º. Grau: 47% 2º. Grau: 20% Curso Técnico: 30% 3º. Grau: 2% Pós-Graduação: 1%
Trabalhadores da Base	Homens: 95% Mulheres: 5%	Homens: 95% Mulheres: 5%
Renda Média dos Trabalhadores da Base	R\$ 600,00	R\$ 350,00

FONTE: Pesquisa de Campo - dados de agosto de 1999

As entrevistas foram feitas a partir de roteiro estruturado (Anexo I), com questionários idênticos aplicados aos presidentes, secretários de formação e monitores; aos trabalhadores egressos dos cursos foi aplicado outro questionário (Anexo II). Os questionários da pesquisa contemplam informações que não foram tratadas na análise, porque serão tratadas no âmbito de uma pesquisa maior, coordenada pelo Núcleo de Pesquisas do Setor de Educação da UFPR. As entrevistas foram gravadas em áudio, com a permissão dos entrevistados, sendo identificados conforme as siglas no quadro abaixo:

QUADRO 2 **SIGLAS DE IDENTIFICAÇÃO DOS ENTREVISTADOS**

DESCRIÇÃO	SIGLAS DE IDENTIF.
Presidente do Sindicato A	Pres.A
Presidente do Sindicato B	Pres.B
Secretário de Formação do Sindicato A	SecF.A
Secretário de Formação do Sindicato B	SecF.B
Monitor 1 do Sindicato A	M1.A
Monitor 2 do Sindicato A	M2.A
Monitor 1 do Sindicato B	M1.B
Monitor 2 do Sindicato B	M2.B
Aluno 1 do Sindicato A	AL1A
Aluno 2 do Sindicato A	AL2A
Aluno 3 do Sindicato A	AL3A
Aluno 1 do Sindicato B	AL1B
Aluno 2 do Sindicato B	AL2B
Aluno 3 do Sindicato B	AL3B

4.2 REFERENCIAIS DOS SINDICATOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO E CURSOS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

É a partir das novas exigências impostas aos trabalhadores, no atual estágio de acumulação capitalista, que o movimento sindical passa a debater o seu papel em relação às políticas de formação profissional.

As políticas de qualificação da mão-de-obra se inserem no rol daquelas políticas que perderam o caráter universal, ao se tornarem específicas no atendimento de demandas pontuais do capital. O processo de globalização da economia tem provocado a flexibilização e a eliminação de direitos sociais conquistados na longa história de lutas dos trabalhadores. Novas dimensões foram acrescentadas ao conflito trabalho/capital, ao provocar o surgimento de novas categorias de excluídos, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho, gerando um grande e crescente contingente de desempregados, tanto nos países desenvolvidos, como nos países em desenvolvimento.

Com esse enorme rol de exigências impostas ao trabalhador, a atual fase do processo de acumulação precariza as condições de trabalho, apresentando uma nova realidade que foge da dimensão mais comum da sociedade capitalista, de classificar os trabalhadores em categorias gerais de incluídos ou excluídos do processo de produção. Na sua fase neoliberal, o capitalismo modifica a forma de inserção dos trabalhadores no processo produtivo. Essa inserção passa a ser definida de forma pontual e individualizada a partir das demandas e prioridades do grande capital financeiro internacional, que se sobrepôs ao chamado capital produtivo, na definição dos investimentos na sociedade capitalista (CASTEL1998).

A desigualdade é substituída pela exclusão social. As bandeiras da luta pelo fim das desigualdades econômicas e sociais foi substituída pela luta pela inclusão social, já que agora é preciso primeiro incluir os trabalhadores para depois lutar contra as desigualdades a que estão submetidos. As demandas pontuais do capital financeiro alteram a formulação das políticas públicas, e estas passam também a ser definidas para atender a demandas específicas de grupos e/ou segmentos como: trabalhadores que precisam ser qualificados

e/ou requalificados, trabalhadores qualificados em profissões específicas, negros e mulheres. As políticas públicas deixam de ter um caráter universal e passam a ser definidas para atender clientelas específicas, incorporando, como é característico das políticas neoliberais, um caráter de exclusão, já que, segundo os liberais, infelizmente alguns irão sobrar porque não se pode incluir a todos.

A implementação desse tipo de política é facilitada pela concordância das entidades organizadas da sociedade em compor os fóruns de gerenciamento dessas políticas, normalmente tripartites (governo, empresários e trabalhadores) através de suas representações de classe, nas quais começa a construção de consensos, que dão um caráter de legitimidade ao processo de exclusão, amortecendo as reações ao aprofundamento da exclusão.

A partir desse cenário, o movimento sindical passa a implementar políticas de qualificação/requalificação de mão-de-obra.

As principais centrais sindicais do Brasil, CUT (Central Única dos Trabalhadores) e FS (Força Sindical) e seus sindicatos filiados, cada um dos segmentos em seu campo ideológico, têm entendimento diferentes acerca do papel do movimento sindical em relação às políticas de qualificação e requalificação dos trabalhadores.

Concordam que ocorreu e está ocorrendo uma grande mudança nas relações entre trabalho e capital, mas só conseguem visualizar uma das dimensões, na forma do desemprego crescente, sem entretanto se dar conta da extensão e significado dessas mudanças (SecF.A) e (FS 1993).

"Nós começamos a trabalhar com qualificação e requalificação, desde 94 no nosso sindicato, pela necessidade do trabalhador que está empregado se manter na empresa e aquele que está desempregado com o desemprego crescente se habilitar para disputar um posto de trabalho. Nós aqui no sindicato, nós achava que formação profissional tinha que ser obrigação só da indústria, esse é um pensamento errado. Então nós achamos que hoje, formação profissional tem que ser de interesse de todo mundo, do próprio trabalhador para ele se qualificar e manter o emprego, da entidade sindical que representa o trabalhador, porque muitas entidades sindicais representam o trabalhador enquanto ele é sócio e é empregado. Isso nós achamos um erro, porque o trabalhador tem que ser representado também quando ele está desempregado, porque é uma hora em que ele necessita. Formação profissional tem que ser responsabilidade do patrão, do empresário, porque o trabalhador mais qualificado ele vai gerar mais qualidade, mais produtividade, enfim o empresário irá lucrar. Se o empresário irá lucrar não pode ficar apenas o estado, ou sindicato, ou trabalhador, eu acho que quando se fala de formação profissional qualificação e requalificação, toda a sociedade tem que

estar em comum acordo porque quanto mais qualificado nós formos melhor para a nação e para o país" (SecF.A).

A Força Sindical e seus sindicatos filiados concordam que o número de trabalhadores empregados está diminuindo e as condições de trabalho estão mais difíceis. Aceitam que isso está sendo motivado pela falta de qualificação do trabalhador brasileiro, e que é o momento de se qualificar e ir em busca das oportunidades. Concordam que se exija dos trabalhadores maior qualificação, porque isto aumenta a sua produtividade e os lucros dos patrões e, assim o patrão ganhando mais, vai poder pagar mais aos seus empregados (FS, 1993).

"A FS propõe que a política de formação deva ser construída como um espaço capaz de favorecer a colaboração entre as classes sociais, contribuindo, dessa forma, para a adaptação dos trabalhadores aos novos tempos. A formação profissional, segundo esta organização, deveria estimular o desenvolvimento das competências adequadas aos novos desafios do sistema produtivo. Para isto o sistema deve ser mais flexível e capaz de encurtar o tempo entre a identificação das necessidades de formação e a sua execução"³⁴.

A CUT e seus sindicatos entendem que a situação de desemprego é fruto de uma política econômica equivocada que aceita a lógica neoliberal, provoca a recessão e o não-crescimento econômico, mas também concordam que a saída se encontra na qualificação dos trabalhadores como forma de mantê-los empregados. Defendem que os cursos de qualificação e requalificação são um espaço privilegiado para politizar os trabalhadores, oferecendo a eles noções de cidadania e de seus direitos como cidadão (CUT, 1995).

"Veja bem nós tínhamos uma demanda muito forte já que hoje o mercado de trabalho mudou completamente. Nasceu em S. Paulo ... o programa de qualificação e requalificação profissional e educação profissional, já que nesse programa também consta o ensino fundamental, de 1º grau. ... Eu acho que (educação e qualificação) é uma função principal do Estado junto com a própria empresa, que a nível do ponto de vista social tem que estar formando os trabalhadores. Mas infelizmente nós estamos assumindo também essa responsabilidade, porque o Estado não está dando conta ou não quer fazer esse tipo de política de qualificação e requalificação profissional para o trabalhador, muito menos os nossos empresários, que são de uma forma conservadora, também não tem interesse, estão disputando o mercado de trabalho o mercado do capitalismo e esqueceram completamente, o trabalhador virou mero material

³⁴ FIDALGO, F. **A formação profissional negociada**: França e Brasil; anos 90. PUC- SP, 1999. Tese de doutorado. pg. 146.

descartável nesse processo. O Sindicato vem dando exemplo pro Estado e pro setor empresarial, como deve ser tratado essa questão e todos ganham com isso. Eu acho que tem uma discussão que eu sou favorável dentro da Central, dentro do Sindicato, mesmo a gente entendendo que ... Há uma diferenciação nesse Programa, que é a intervenção nas políticas públicas a disputa da hegemonia na sociedade, de transformação realmente. O trabalhador não vem aqui só, porque não é somente uma sala de aula, isso é um resgate da cidadania, é uma questão de criar um ser crítico, autônomo e não dependente, um interventor social que ele começa a perceber que ele é muito importante na sociedade e que ele pode mudar tudo isto que está aí" (SecF.B).

"A CUT propõe que a política de formação profissional deva ter caráter público, a fim de que possibilite a integração efetiva da educação geral com a educação técnico-profissional. Para a implementação dessa política, segundo esta organização, seria necessária a construção de Centros Públicos de Ensino Profissional, entendidos como espaços para a formação de trabalhadores competentes e politicamente comprometidos com a luta pela transformação da sociedade.

A proposta de criação de Centros Públicos de Ensino Profissional é assumida pelo conjunto das organizações sindicais... " ³⁵.

Nos dois casos, cada um, a partir da leitura que faz da situação, não percebe o problema como sendo de natureza estrutural, intrínseco ao modo de produção capitalista. Ao defenderem a criação dos Centros Públicos de Ensino Profissional, reforçam as políticas de natureza conjuntural. A pressão provocada pelas demandas conjunturais, da necessidade de melhorar o nível de educação e de qualificação dos trabalhadores, fez com que as organizações de trabalhadores assumissem a responsabilidade por uma tarefa que não é sua, ao oferecerem cursos de ensino de 1º grau e de qualificação para os trabalhadores, contribuindo para uma formação fragmentada destes, permitindo que estejam à disposição do capital, cada vez mais qualificados e produtivos (FS, 1998) (FIDALGO, 1999).

A partir dessa leitura, esses dois setores de maior representação no movimento sindical brasileiro orientam suas ações, sempre dentro da ordem capitalista, objetivando fazer valer seus pontos de vista, mas que, na realidade, não alteram os rumos, as conseqüências e o aprofundamento desse processo de exclusão, causados pelas novas formas de organização da produção (ANTUNES, 1995).

"A Central fez uma pesquisa no segundo semestre de 98 e no primeiro semestre de

³⁵ FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 146.

99, uma pesquisa no Estado, onde nós começamos a ver os nichos de mercado, o mercado de trabalho crescente, mesmo estando estagnado nós conseguimos fazer uma pesquisa, para ver que mercado de trabalho é crescente, nós temos cidade por exemplo aonde não tem curso para metalúrgico, Guarapuava só tem curso de informática, S.J. dos Pinhais está fazendo curso de informática, matemática básica, medição e desenho nós detectamos qual é a formação da cidade" (Pres.A).

O Sindicato A orienta suas ações numa atitude de conformismo passivo. Define sua estratégia de formação a partir de pressupostos puramente mercantilistas, na lógica imposta pelo capital. Pelo comentário se percebe facilmente que o que define da oferta dos cursos não são estratégias de organização dos trabalhadores na busca de mudanças do modelo de Estado que aí está. O que define sua ação são as demandas do capital, o que aceitam e tentam tirar resultados mesmo que sejam imediatos (FS, 1998).

O Sindicato B tem uma ação mais crítica da situação, denunciando as conseqüências da reestruturação produtiva, buscando negociações de alternativas para o problema (CUT, 1995).

Essas ações e o modo de intervenção dos sindicatos, frente a essa situação na maioria das vezes não consegue ir além disso, ou seja, de serem instrumentos de conformação ao atendimento das novas demandas da reestruturação produtiva, processo que intensifica a exploração do trabalho. A FS acredita que a demanda por trabalhadores mais qualificados tem sido acompanhada por uma elevação no nível médio dos salários; portanto, elevar o nível de qualificação dos trabalhadores é fundamental como forma de garantir a sua empregabilidade (FIDALGO, 1999).

"a tônica do discurso é o da adaptação do trabalhador aos novos tempos. A formação profissional deveria oferecer a estes os requerimentos operacionais e cognitivos capazes de lhes garantir o desenvolvimento de suas capacidades de criatividade, iniciativa e cooperação"³⁶

Para a CUT, as transformações no mundo do trabalho exigem um trabalhador com maiores conhecimentos e que seja capaz de executar várias tarefas, mas isso não significa necessariamente uma melhoria nas condições de trabalho e renda, e o que ocorre na realidade é uma intensificação da

³⁶ FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 149

exploração do trabalho. Na verdade, trabalhadores mais qualificados na ótica empresarial seriam aqueles com um perfil mais dócil, confiáveis, motivados e integrados às metas e valores da empresa (FIDALGO 1999).

Ao incentivar a participação dos trabalhadores através de seus sindicatos, no que passou a se chamar de gestão paritária de fundos públicos, o governo na verdade estaria seguindo uma tendência "orquestrada pelos organismos internacionais"³⁷ de revestir esses fóruns colegiados de um viés democrático, como forma de buscar consensos, que serviriam como amortecedores para os conflitos históricos, existentes numa sociedade de classes.

Segundo Fidalgo ao participar de gestões paritárias de fundos públicos que financiam as políticas de qualificação dos trabalhadores, os sindicatos passam a legitimar, indiretamente, o processo de intensificação da exploração do trabalho, característica indissociável da atual fase do desenvolvimento capitalista, já que a implementação dessas políticas foi negociada com os sindicatos e/ou suas centrais sindicais.

Mesmo com ações diferentes frente ao processo de desemprego, os sindicatos acabam por coincidir em outros aspectos ao buscar e negociar a participação nos fóruns com gestões paritárias - entre Estado, empresários e trabalhadores - das políticas de formação de trabalhadores, o que tem produzido uma série de consensos entre estes e mesmo entre as centrais às quais estão filiados. Um desses consensos é o de que a maior qualificação dos trabalhadores é necessária para atender às novas demandas do mundo do trabalho; outro é o de que essa gestão paritária seria um elemento capaz de garantir o desenvolvimento de uma nova institucionalidade para a qualificação dos trabalhadores. Mesmo convergindo nesses consensos, permanecem as divergências políticas e ideológicas (FIDALGO 1999).

Percebem porém que a qualificação não é suficiente para garantir emprego aos egressos dos cursos.

"...o que irá garantir a manutenção do emprego é política de geração de postos de trabalho, porque só a formação profissional não vai garantir, porque senão nós não

³⁷ FIDALGO, F. *Op. cit.*, p. 148

teríamos engenheiro, advogados ou médicos desempregados, eu acho que qualificação profissional ela ajuda você a se manter no emprego e a disputar um posto de trabalho, mas só a qualificação não garante o trabalhador no mercado de trabalho..." (Pres.A).

Com o abandono da luta de classes, os representantes dos trabalhadores passam a buscar soluções para os problemas de desemprego e perdas de direito no âmbito do aparelho do Estado (ANTUNES, 1995).

"... o governo está se entregando totalmente, subsidiando empresas multinacionais, quer dizer abriu o mercado e não preparou o empresário, vamos supor o capitalista nacional o autêntico daqui, não formou e não qualificou os trabalhadores, por isso o desemprego, a falência da média, da micro e da pequena empresa, que gerava um grande percentual de empregos no nosso país..." (Pres.B)

A CUT, central do sindicato B, cobra do governo políticas que minimizem as conseqüências dessa situação com adoção de políticas compensatórias, de cunho social e até mesmo com políticas protecionistas a favor dos capitalistas brasileiros (CUT, 1998).

Para a Força Sindical é justamente o contrário, o Estado deve privatizar as empresas estatais, como forma de reduzir o déficit público e assim poder reduzir os impostos, desonerando a produção, para que as empresas vendam mais e empreguem mais trabalhadores (FS, 1993).

Por não conseguirem perceber que é justamente o aparelho de Estado que, aceitando as pressões do capital, legitima, regulamenta e viabiliza esse processo de precarização e flexibilização dos direitos dos trabalhadores, as centrais e os sindicatos passam a participar de fóruns tripartites, onde conseguem, a partir de negociações com as bancadas patronal e do governo, redefinir a alocação de alguns recursos para algumas políticas de interesse dos sindicatos, sendo que o programa que mais tem recebido aporte de recursos, é o de qualificação de mão-de-obra (CUT, 1996) (FS, 1993).

Essa política de participação institucional não dá conta de minimamente estancar o processo de desemprego, quanto mais modificá-lo, serve mais como legitimador das políticas e das reformas que são implementadas (NETO, 1998), porque são políticas emergenciais, patrocinadas pelo governo a partir de orientações de organismos internacionais, determinadas por demandas

conjunturais, e que orientam as disputas e os consensos nos fóruns tripartites, tendo um caráter

" neocorporativo, porque tem no seu cerne a mesma configuração de regulação social presente no corporativismo, ou seja, o entendimento de que são os representantes da relação capital e trabalho mais o Estado que devem e que têm a prerrogativa de definir os rumos das políticas públicas e sociais. Então neste aspecto não se difere muito do corporativismo tradicional que tem por objetivo central - o corporativismo puro - buscar construir espaços onde se possam remover ou neutralizar os conflitos sociais no campo econômico, social e político."³⁸

Na verdade, são mecanismos de regulação social que, se de um lado estabelecem uma maior transparência para a política, de outro lado esses conselhos também servem, e tem como objetivo central, legitimar a construção de consensos, capazes de garantir a implementação de determinadas políticas.

"Só que estes consensos não são estabelecidos no interior dos conselhos. Os conselhos vão trabalhar e legitimar consensos já estabelecidos fora deles, porque os conselhos não teriam como estabelecer consensos que estão além de sua representatividade na sociedade. ... os dados apontam que 60% da população brasileira encontra-se no chamado mercado de trabalho informal. Verificando a constituição dos conselhos, dentro desta lógica neocorporativa, os conselhos não representam, pelo menos organicamente, 60% da população brasileira, 60% estão fora do processo de representação. Isto é um problema, porque são estes que representam teoricamente 40% dos trabalhadores brasileiros, do mercado formal, que vão formular políticas que atendam e busquem integrar os outros 60%."³⁹

Os consensos têm que ser estabelecidos na sociedade, para depois serem homologados nos próprios conselhos. Para não acontecer o que tem acontecido em alguns lugares, onde os conselhos acabam virando cartórios de captação de recursos, onde os que decidem as políticas são os mesmos que as executam e, portanto, acabam fazendo acordos para a divisão dos recursos entre as suas entidades com representação nos conselhos em detrimento do interesse coletivo. Isso tem acontecido muito no Brasil, e é bastante preocupante ver como se estabelece esse pacto de repartição.

Acontecendo dessa forma o pacto, o consenso, acabam sendo

³⁸ FIDALGO, F. Palestra proferida no Seminário **Tripartismo no Brasil**: alcances e limites. Curitiba - Pr. UFPR Dez/1999.

estabelecidos no interior dessas comissões, impedindo que se faça uma política diferente daquela da repartição pura e simples de recursos entre os próprios interlocutores.

"Eu participei de uma reunião da Comissão Estadual de Emprego de um estado, na qual eles estavam redefinindo a alocação dos recursos, depois do corte que o governo federal impôs ao CODEFAT de 60% dos recursos. O planejamento para 99 destinava em torno de 45 milhões de recursos para aquele estado, mas foi reduzido para 17 milhões. Nessa reunião foi discutido a redistribuição dos recursos em função do corte feito pelo governo. A definição anterior foi feita de acordo com as clientelas prioritárias, tanto por cento para empregados, tanto por cento para os desempregados e tanto por cento para autônomos, trabalhadores por conta própria. Na redistribuição os trabalhadores por conta própria foram os primeiros a serem cortados da clientela prioritária porque, efetivamente, era a categoria que não tinha representação dentro daquela comissão. Mesmo a bancada dos trabalhadores que é a que mais discute, defende a perspectiva de que tem que fazer políticas para o conjunto da população, não foi capaz de defender. E não foi capaz de defender porque manter a distribuição de recursos para os autônomos implicaria diminuir recursos, inclusive para as entidades dos trabalhadores e para formação profissional. Os conselheiros agiram naquele momento de forma bastante corporativa."⁴⁰

Isto pode trazer conseqüências bastante sérias para os trabalhadores e sua organização política. Ao organizar e implementar esses fóruns tripartites com essa tecnologia política, da consertação social, sendo apresentados como instrumentos de construção de um bem coletivo, de estabelecimento de políticas de interesse geral, com vícios de representatividade na sua composição, o governo busca na verdade, e tem conseguido, um significativo recuo nas demandas e movimentos reivindicatórios das organizações de representação dos trabalhadores, tanto dos sindicatos, como das centrais sindicais. No plano ideológico, há também uma "trégua" na disputa dos projetos políticos, ou seja, os conselhos também permitem à estrutura política vigente garantir um certo arrefecimento, um amortecimento das contradições políticas e ideológicas. E é nesse vácuo que os consensos acabam sendo construídos. Isso é preocupante do ponto de vista de organização dos trabalhadores.

"O aparente amortecimento das contradições é visto como positivo porque

³⁹ FILDAGO, F. **Tripartismo no Brasil: alcances e limites. Op. cit.,**

⁴⁰ FILDAGO, F. **Tripartismo no Brasil: alcances e limites. Op. cit.,**

este “colchão”, amortecedor serve para pelo menos, em alguns momentos, estabelecer uma série de consensos. O problema desta lógica é que ela também traz consigo a perspectiva de que os consensos são sempre conjunturais. Não é possível, nesta situação, buscar consensos estruturantes, os consensos são sempre pontuais, porque não é possível eliminar a disputa ideológica, a disputa por projetos alternativos de sociedade. Não é possível, por mais que a doutrina neoliberal tente eliminar a chamada “disputa ideológica” e, é impossível na sociedade que nós vivemos, eliminar a disputa ideológica. Portanto a possibilidade de construção dos consensos, a única possibilidade, é a construção de consensos conjunturais e não a possibilidade de construção de consensos estruturantes que pudessem estruturar uma política de longo prazo. Como a Sefor/Mtb define como temporárias as políticas implementadas pelo Planfor, como políticas emergenciais, esses consensos são perfeitamente viáveis. Mas esses consensos não são suficientes para pensar uma política de educação profissional efetivamente não-emergencial, de longo prazo. Neste processo de consertação social, de políticas emergenciais, os papéis sociais dos interlocutores políticos - Estado, trabalhadores e empresários - têm sido modificados, como forma de trabalhar os consensos, decorrência do limite da sua representatividade”⁴¹.

O governo acaba transferindo a esta estrutura paritária parte de sua responsabilidade na execução das políticas sociais, ou seja, o Estado acaba renunciando a uma fatia de suas prerrogativas, de seu papel constitucional de atender às políticas de caráter social, num processo de privatização das políticas públicas.

Nesse quadro, os sindicatos confundem intervenção na elaboração de políticas públicas com assumir tarefas do Estado, partindo do pressuposto de que a responsabilidade pela educação não é só do Estado, mas também dos trabalhadores e dos empresários. Ao assumirem com o Estado a parceria de qualificar os trabalhadores, os sindicatos e centrais intervêm em uma área de responsabilidade do Estado, assumindo o papel de educador, desobrigam o Estado de uma de suas responsabilidades clássicas, dando argumentos aos que defendem as reformas e a privatização do ensino.

A Força Sindical e seus sindicatos assumem esse papel de educadores sem questionamentos. Para eles o que interessa é melhorar a qualificação profissional dos trabalhadores, porque só assim se poderá atender às exigências de modernização dos processos de produção e, por conseqüência, garantir emprego para os trabalhadores (FS, 1997). Assumem o discurso

⁴¹ FIDALGO, F. *id.*, *ibid.*,

neoliberal da empregabilidade, de que só a qualificação permanente será capaz de garantir o emprego aos trabalhadores. Reproduzem o discurso de que a precarização do trabalho e o aumento do trabalho informal são causados pela baixa qualificação profissional dos trabalhadores brasileiros, que não conseguem emprego porque não têm a qualificação exigida. Aceitam que é verdadeira a afirmação feita pelos representantes do governo, de que existem vagas, mas não são preenchidas por falta de qualificação dos trabalhadores (FS, 1997).

"...nós hoje sabemos que os nossos cursos de qualificação profissional eles não vão dar emprego diretamente mas ele vai, se o trabalhador está numa fila por exemplo que tem 1000 trabalhador na frente dele, quando ele começa a se qualificar, ele vai ficar mais apto e vai chegar mais perto da porta de emprego" (SecF.A).

Não percebem que o problema do desemprego é estrutural, inerente ao modo de produção capitalista, situação que se agrava em decorrências das transformações causadas pelo atual estágio de acumulação do capitalismo, denominado acumulação flexível.

Acreditam que os cursos de qualificação e requalificação dos trabalhadores serão capazes de garantir emprego para os trabalhadores, desde que o governo adote políticas de incentivo à geração de empregos.

"... mas nós sabemos que para os cursos darem 100% certo, também tem que existir da parte governamental uma política de geração de empregos, geração de postos de trabalho, se não nós vamos começar a qualificar trabalhador e a única coisa que nós vamos ter na mão são desempregados mais qualificados e não desempregados trabalhando" (Pres.A).

Contraditoriamente, a Força Sindical que defende a desregulamentação das relações de trabalho e a negociação direta entre trabalhadores e patrões, a redução da participação do Estado na economia, as privatizações, inclusive da educação superior; chama o Estado na hora de gerar empregos, para dar ocupação aos egressos de seus cursos, pede que o governo intervenha, financiando a geração de empregos, subsidiando os donos do capital (Pres. A).

A CUT e seus sindicatos adotam uma linha de atuação crítica ao assumir o papel de educadores, aceitando que o fazem como forma de intervir de

alguma maneira nesse processo, para evitar que a qualificação dos trabalhadores seja feita sob encomenda para atender às demandas neoliberais do mercado de trabalho (CUT, 1996). Não percebem que, ao assumir o papel de educador, atendem um a dos pressupostos neoliberais, de desonerar o capital do custo de qualificação dos trabalhadores.

"...primeiro que ele resgata a questão da cidadania, valores que às vezes com essa competitividade que está aí, com essa política que está aí, com o desemprego aumentando a cada dia que passa, com essa política do governo do nosso país, a gente vê que os cursos estimulam e recuperam a auto estima desses trabalhadores. Nós achamos muito positivo e já temos alternativa, já temos uma discussão dentro das oficinas pedagógicas de cooperativas e novas frentes de trabalho, isso é um dos fatores que a gente vê que é um incentivo muito positivo... participamos de sessões na câmara municipal, onde esses alunos ajudaram a aprovar um Projeto de Tribuna Livre, onde eles, e mesmo uma associação de moradores, poderia utilizar essa tribuna para fazer intervenções nas políticas públicas. Isso é muito importante porque esse trabalhador está descobrindo o espaço que tem em volta dele e que todo esse espaço ele pode ocupar como seu direito e sua cidadania" (SecF.B).

Acreditam que sua ação como educador será capaz de agregar conhecimentos de cidadania ao processo de qualificação, fazendo com que passem a ter uma conduta mais crítica frente à realidade que sofrem, facilitando assim a organização de movimentos reivindicatórios que busquem melhorias nas condições de vida dos trabalhadores e que pressionem o governo a adotar políticas de geração de empregos (CUT, 1995).

Tanto CUT como Força Sindical não sinalizam com a possibilidade de que o processo educacional em que estão intervindo sirva como instrumento possibilitador da construção de um processo de educação na busca de um movimento de emancipação de classe. Quando muito poderá melhorar um pouco a situação dos trabalhadores que conseguirem se manter empregados. Nas aulas de cidadania, a Força Sindical esclarece os trabalhadores sobre que é a LER (Lesões por Esforço Repetitivo), o que é uma Carteira Profissional, como ele pode buscar na justiça os seus direitos, no caso do patrão descumprir as leis (SecF.A).

Para a CUT, o ensino de noções de cidadania serve para que os trabalhadores conhecedores de seus direitos os exerçam, cobrando o atendimento de direitos básicos, entre outros, de ter acesso a melhores

condições de segurança no trabalho, a atuar em movimentos comunitários, e a organizar movimentos reivindicatórios. Mas essas ações ficam no limite do institucional, nos marcos da ordem estabelecida, sem sinalizar a busca e construção da sociedade socialista, fraterna e igualitária (SecF.B).

4.3 POR QUE OS SINDICATOS OFERECEM OS CURSOS

O entendimento do porquê esses cursos são oferecidos pelos sindicatos é bastante diferenciado entre os entrevistados, como pode ser percebido na resposta à pergunta - Com que finalidade o sindicato oferece esses cursos?

"Esses cursos que hoje nós estamos fazendo, o curso de informática, por exemplo, com 96 horas, curso de línguas por exemplo são 152 horas, lembrando que todos os cursos da FS nós temos no mínimo 12 horas de cidadania, que é um programa diferente, porque não adianta você formar por formar, você tem que formar o trabalhador e dizer porque que você está formando ele ... e com o desemprego crescente ele possa se habilitar para disputar um posto de trabalho" (SecF.A).

"... os cursos são abertos a toda a comunidade inclusive nós temos trabalhadores que não são filiados a sindicatos que são filiados a nossa central, ... hoje nós trabalhamos e atendemos a toda a comunidade em geral, é aberto para quem quiser, é só fazer a inscrição. Nós fazemos uma seleção depois, para poder instalar, que é a questão de escolaridade aquilo que eu falei da questão de línguas (ter primeiro grau) para você ter todos os trabalhadores num nível pelo menos parecido dentro da sala de aula"(Pres.A).

"Bom nós temos um convênio com verbas do FAT, relação que passa na discussão nos Conselhos Estaduais e Municipais e essa verba do FAT no nosso ponto de vista é a melhor forma de retornar esse dinheiro, que já é do trabalhador, para retornar novamente para os trabalhadores da melhor forma possível ... há uma diferenciação nesse programa que é a intervenção nas políticas públicas, a disputa da hegemonia na sociedade de transformação realmente ... (SecF.B).

"Basicamente foi a própria necessidade que o sindicato viu, já que grande parte da base não tem nem o 1º grau e nem o primário, isto fez com que o sindicato ao saber que a Confederação estava oferecendo o curso, foi em busca para qualificar o pessoal da área." (M1.A)

"... na minha opinião não é papel do sindicato, do movimento sindical dar formação de 1º grau, 2º grau ou seja qualquer formação, mas haja vista a exigência do mercado de trabalho, que os governantes colocam da qualificação de 1º grau principalmente, que é o que mais estão exigindo, e hoje já de 2º grau estão exigindo muito, isto é uma preocupação do movimento sindical e através do FAT, conseguido pela Central, hoje o movimento sindical está qualificando os trabalhadores não só do ramo, porque é aberto para a comunidade o curso de escolaridade de 1º grau e também o curso de informática" (M2.B).

"Primeiro o sindicato tenta de todas as formas resgatar a cidadania perdida dos trabalhadores, porque a gente vê hoje num mundo tão complexo de desemprego, onde

o governo não tem uma política industrial, educacional e nem agrícola, é evidente que nós parte organizada da sociedade nos sentimos na responsabilidade de organizar um projeto alternativo ao trabalhadores e esse projeto não visa apenas à qualificação/requalificação dos trabalhadores, ele visa também o resgate dessa cidadania, porque normalmente quando o trabalhador está desempregado ele é abandonado por todos e principalmente por muitos sindicatos que aí estão, então hoje nós visamos o intuito de reorganizar esse trabalhador desempregado. E esse programa da nossa Confederação, ele vem ao encontro dessa cidadania plena do trabalhador empregado, na eminência de perder o emprego e também daqueles que estão desempregados" (Pres.B).

As respostas dos entrevistados revelam a intenção de através dos cursos aumentar a conscientização dos trabalhadores sobre as causas e efeitos do porquê de ele estar sofrendo a atual situação. É possível perceber que os projetos de educação dos sindicatos não são projetos autônomos na busca da emancipação dos trabalhadores, o que fazem, quando fazem, é aproveitar esse espaço para, de alguma forma, fazer algum tipo de intervenção que sinalize no sentido de uma maior organização dos trabalhadores. Fica evidente, pelo conteúdo das respostas, que os sindicatos oferecem esses cursos a partir de demandas impostas pelo processo de reestruturação produtiva. Reconhecem que o Estado e os empresários se desresponsabilizam dessa tarefa, ao mesmo tempo em que os empresários aumentam as exigências de qualificação e escolaridade dos trabalhadores.

Devido à crise financeira por que passam, em grande parte provocada pelo desemprego causado pela reestruturação dos processos de produção, os sindicatos de trabalhadores e suas centrais, certamente não ofertariam esses cursos, caso não tivessem acesso aos recursos do FAT.

Oferecer os cursos de qualificação/requalificação tem significados diferentes para os sindicatos. Nos casos pesquisados, um entendimento equivocado sobre as causas do desemprego, a não-percepção das conseqüências para os trabalhadores da atual fase do desenvolvimento capitalista tem levado os dirigentes sindicais a defender a participação dos sindicatos na tarefa de qualificar/requalificar os trabalhadores.

A ilusão de resolver o problema do desemprego a partir da qualificação dos trabalhadores reafirma a conclusão do professor Ricardo Antunes de que o movimento sindical no Brasil ainda não percebeu o alcance e as

conseqüências das mudanças que estão ocorrendo no mundo do trabalho (ANTUNES 1995).

O não-aprofundamento da análise dessas mudanças leva os sindicatos ao que se pode chamar de equívoco histórico. Para entender melhor o que está acontecendo com a educação dos trabalhadores, é importante conhecer um pouco do que tem pesquisado a Dr^a. Acácia Z. Kuenzer, da UFPR. O texto a seguir apresentado, embora longo, é elucidativo a respeito do que está em discussão.

"Uma análise superficial das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, certamente levaria à conclusão de que está em curso um processo de elevação generalizada da educação da população, ... Contudo, um debruçar mais cuidadoso sobre os resultados do modelo de desenvolvimento em curso, aponta para outro cenário, que compromete radicalmente a possibilidade histórica de concretização deste discurso: acirramento da dependência externa, predominância de investimentos de caráter especulativo, corrosão dos fundos públicos pela própria natureza da globalização, com os agravantes da sonegação e da renúncia fiscal, para não falar em mau uso e corrupção, tudo culminando com o fechamento de postos de trabalho e com o aumento da exclusão.

Não é por acaso que as pesquisas realizadas no Brasil apontam para a tendência à polarização das competências, através de um sistema educacional que articule formação e demanda, de tal modo que à grande maioria da população assegure-se no máximo acesso à educação básica, fundamental e média, e mesmo assim alongo prazo, para que possa exercer alguma tarefa produtiva na informalidade ou tarefas precarizadas no mercado formal. A oferta de educação científico-tecnológica mais avançada fica restrita a um pequeno número de trabalhadores, e assim mesmo, de forma hierarquizada através de níveis crescentes de complexidade que vão do pós- médio à pós-graduação. Mesmo entre os trabalhadores incluídos vêm se construindo diferenciações, criando-se novas categorias de profissionais qualificados em processo permanente de competição, definindo-se a nova concepção de empregabilidade como resultante do esforço individual e fundada na "flexibilidade" enquanto capacidade para adequar-se a mudanças, mesmo quando significam perda de direitos e de qualidade de vida, como por exemplo, ocorre com a intensificação do trabalho. ...O resultado tem sido a manutenção de uma grande massa de excluídos do sistema de educação regular e profissional, que tende a crescer, caso não haja políticas públicas mais incisivas, com relação ao acesso e à permanência, particularmente de jovens e adultos.

Em virtude do elevado investimento que seria necessário para universalizar pelo menos o ensino médio nos países periféricos, o Banco Mundial tem recomendado que se priorize o ensino fundamental, deixando de investir em educação profissional especializada e de elevado custo como estratégia de racionalização financeira com vistas ao atingimento das metas de ajuste fiscal. Esta recomendação vem respaldada em pesquisa encomendada pelo próprio Banco, que conclui ser o nível fundamental o de maior retorno econômico e ser

irracional o investimento em um tipo de formação profissional cara e prolongada em face da crescente extinção de postos e da mudança do paradigma técnico para o tecnológico.

Ao mesmo tempo, a pesquisa aponta a irracionalidade do investimento em educação acadêmica e prolongada para aqueles que, segundo seus resultados, são a maioria e não nascem competentes para o exercício de atividades intelectuais: os pobres, os negros, as minorias étnicas e as mulheres. Para estes, mais racional seria oferecer educação fundamental, padrão mínimo exigido para participar da vida social e produtiva nos atuais níveis de desenvolvimento científico e tecnológico, complementado por qualificação profissional de curta duração e baixo custo.

As políticas de educação profissional no Brasil, articuladas às de educação geral a partir de 1996 adotam esta lógica, justificadas pela racionalidade econômica que prevê inclusive o repasse progressivo das ações do Estado para a esfera privada.

Assim é que a prioridade tem sido a universalização do ensino fundamental para a faixa etária correspondente, acompanhada por programas de correção que pretendem regularizar o fluxo idade - série daqui em diante, como forma de não mais se produzir déficit de escolaridade.

A partir deste nível, o Estado se descompromete com a universalização, prevista na Constituição para ser atingida progressivamente, e passa a trabalhar com o conceito de equidade, no sentido de dar a cada um segundo sua diferença, para que assim o permaneça. Assim concebida, a equidade toma a diferença não como desigualdade, mas como atributo natural, próprio do ser humano. Em seus documentos para os países pobres, o Banco Mundial adota este conceito, justificando a inadequação do conceito de universalização, posto que as diferentes competências resultam de atributos "naturais", que não se alteram significativamente através da permanência no sistema educacional. Desta ótica, a universalização significa desperdício, e, portanto, sofisticação imprópria para países em crise, que devem priorizar investimentos com maior possibilidade de retorno (BANCO MUNDIAL, 1995).

Desta forma, para a PEA são oferecidos cursos de qualificação e reconversão profissional, que passam a substituir na prática, a educação básica, embora não seja esta a compreensão do Ministério do Trabalho e do Emprego. Estes cursos obedecem à regulamentação do Decreto 2208/97, que institui o Sistema Nacional de Educação Profissional em paralelo ao Sistema Nacional de Educação. No âmbito destes dois Sistemas, e de forma orgânica, realizam-se as reformas do ensino técnico e médio, com o que foram extintas as escolas técnicas de nível médio. Restabelecem-se as duas trajetórias, sem equivalência, negando-se a construção da integração entre educação geral e educação para o trabalho que vinha historicamente se processando nas instituições responsáveis pela educação profissional, certamente mais orgânica à nova realidade da vida social e produtiva"⁴².

A pesquisa de Kuenzer evidencia a subordinação da educação aos interesses do capital, acirrada sobremaneira na atual fase de desenvolvimento. Mostra também que a educação, a qualificação e o trabalho, sob o capital, são

⁴² KUENZER, A.Z. - **Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho.** in: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999. p.22

regidos por leis determinadas pelas demandas econômicas, por variáveis políticas, pela forma como se organiza a sociedade e pelo modelo de Estado que dá conformação a essa organização social.

Por não aprofundarem sua avaliação da situação, os sindicatos passam a acreditar que qualificar vai significar o fim do desemprego.

Isto é ingenuidade, afirma o Professor FERRETTI, ao analisar o alcance da política de qualificação profissional implementada no Brasil,

"... não faz sentido cultivar ingenuamente a idéia de que basta as pessoas fazerem cursos de qualificação, que seu espaço no mercado estará de alguma forma acertado. É também importante considerar que uma das conseqüências em termos de emprego e desemprego, ... está articulada com políticas de enxugamento das empresas, para de fato diminuir seus custos e aumentarem a sua produtividade, porque isto também faz parte do modelo que passa a ser utilizado. ... O enxugamento, a terceirização de empregos, ao reduzir drasticamente o número de trabalhadores, que podem trabalhar nos setores formais, produz algo que é a necessidade social de dar conta dessa enorme produção do desemprego, que é uma das decorrências do avanço da tecnologia. É com isto que se lida na educação profissional. A educação profissional e a educação geral, estão postas no país hoje de forma articulada para responder a estas duas pontas. Se responde a ponta da chamada alta tecnologia com investimento em educação profissional técnica e educação tecnológica e de nível universitário (3º grau), para atender às demandas de produção dos setores de ponta, automatizados, sofisticados. O que se observa mais recentemente é que há uma certa tendência, da formação profissional, com o objetivo não da reintegração dos sujeitos ao mercado formal, por que está cada vez mais claro que eles não se reintegrarão ao setor, mas numa perspectiva de fixá-los no chamado setor informal. Esses programas de formação profissional vão fortalecer o que? A formação para o artesanato, para constituição de micro e pequenas empresas, para trabalhar na forma de cooperativas e para que sejam capazes de gerir esses negócios, ou seja, cada vez mais se assegura para essa população excluída dos setor formal a fixação no chamado setor informal de trabalho. Esta é a perspectiva que está colocada para os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Com base na seguinte conclusão, a de que o setor formal, só conseguirá abrigar um número cada vez menor de pessoas e altamente qualificado. Portanto é preciso dar conta deste enorme contingente de trabalhadores que não está incluído. Como? Promovendo um processo de educação e de desenvolvimento de um conhecimento, na lógica da reestruturação produtiva com equidade. Numa perspectiva que todos encontrem de alguma forma a maneira de trabalhar, ainda que não seja no setor formal, e que encontrem alguma perspectiva de desenvolvimento, de ajuda mútua e de supostamente não exploração da mão de obra." ⁴³

⁴³ FERRETTI, C.J. Palestra no Seminário **Crise no mundo do trabalho e a educação profissional**: com ênfase no Planfor. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação. Dez/1999.

É nesse quadro descrito pelo Professor FERRETTI que os cursos de qualificação oferecidos pelos sindicatos são implementados.

4.4 PARA QUEM SÃO DESTINADOS OS CURSOS

Os cursos são destinados a trabalhadores empregados, em risco de perder o emprego, desempregados e para membros da comunidade. A oferta desses cursos é orientada pelas demandas do capital, e das novas formas de organizar a produção, seguindo orientação do Planfor/Mtb.

Ao serem indagados para quem são destinados os cursos, os representantes dos sindicatos responderam da seguinte maneira:

"Trabalhador empregado e para trabalhador desempregado, para o trabalhador empregado, e aquele trabalhador em risco de perder o emprego, por exemplo é aquela empresa onde a empresa está investindo e novas tecnologias e o trabalhador está em risco eminente de perder o emprego, e para aquele trabalhador desempregado hoje a gente está voltando para tentar redefinir mais, e partir agora de segunda-feira (16/08/99) vamos trabalhar com 13 cursos voltados para serviços, que é hoje o que mais cresce na nossa cidade" (SecF.A)

"Olha principalmente para a base, já que na mudança do mercado de trabalho, a gente prioriza e canalizou para o ramo" (SecF.B)

Os critérios adotados na organização e oferta dos cursos e para a escolha dos candidatos têm como determinantes as necessidades do capital e as demandas do mercado. Pelas respostas anteriores sobre qual a finalidade e com que finalidade os sindicatos oferecem os cursos, apesar das declarações no sentido de não ser esta a intenção, fica evidente que os sindicatos, talvez não por sua vontade deliberada, mas diante das circunstâncias, passam a substituir o Estado no papel de oferecer educação básica aos trabalhadores.

4.5 TEMPO DE DURAÇÃO DOS CURSOS

"Os cursos na verdade ele tem a duração de um ano, são 10 meses relacionados a questão do 1º grau e 2 meses de informática com quatro módulos, e informática não é o básico, é sim um curso aprofundado, onde esse trabalhador sai operador de micro computador, mais apto no seu curriculum para o mercado de trabalho"(SecF.B).

"Esses cursos que hoje nós estamos fazendo, o curso de informática por exemplo com 96 horas, curso de línguas por exemplo são 152 horas ... nós temos curso de inglês ..., os cursos de matemática, desenhos e medição..." (SecF.A).

O tempo de duração dos cursos é definido de acordo com o número de horas/aula que cada sindicato e/ou central sindical, seguindo orientação dos organizadores dos cursos, entendem com suficientes para transferir aos trabalhadores os conteúdos do curso. Não foi possível verificar a partir de que parâmetros esse número de horas/aula é definido.

Para o Professor Ferretti, o tempo de duração dos cursos nem sempre significa que o trabalhador estará mais qualificado. Analisar a carga horária pode ser um importante instrumento de análise da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores.

"... há autores que tomam a capacitação como apoio a produtividade, dizendo que ela pode melhorar as condições de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho, se houver condição de que estas pessoas sejam mais qualificadas. Então qual é o suposto básico que está por trás disto, as pessoas não encontram trabalho por que não são qualificadas e/ou não encontram formas de sobreviver porque não são qualificadas. E aí eu fico pensando nos vários cursos que são oferecidos, bordado, crochê, artesanato, alguns são mais sofisticados com 200, 300 horas, e eu fico me perguntado se a qualificação com que indivíduo sai depois 200, 300 horas, é muito diferente daquela que ele tinha antes de freqüentar o curso e, se isso de fato vai criar condições para a melhorar a sobrevivência. Esse suposto de que as pessoas não encontram espaço no mercado de trabalho, porque não são qualificadas me parece uma falácia, até por conta daquilo que eu falei antes, o fato de as pessoas terem mais escolaridade e a melhora depois de um cursos de 300 horas não está garantindo a elas espaço no mercado de trabalho. Portanto, essa é uma questão que precisa ser muito considerada, porque me parece que há uma falácia que é contraditada pelos fatos. Primeiro a expansão da cobertura do sistema educativo não foi acompanhada de incrementos concomitantes na qualidade da educação e que atinge o processo de segmentação da oferta e reproduz as diferenças sociais, ou seja, não basta dizer que é preciso investir mais na educação, abrir mais salas de aula, criar mais escolas. É preciso oferecer educação de qualidade e não me parece pelo que eu vejo em verbas investidas em educação, formação geral, no ensino público, que haja tanta aposta assim no sistema educacional, pelo mesmo governo que defende o aumento da escolaridade como forma de inserção no mercado. O aumento de escolaridade não implica no aumento de maior probabilidade inserção laboral, com eu já disse anteriormente. A formação profissional, em si, não aumenta a produtividade, nem opera como política de inserção social, a menos que implique num projeto integrado de trabalho e educação, que seja acompanhado por uma política estatal de distribuição de renda, e aí gente botou o dedo na ferida. O problema não está em qualificar de uma forma ou de outra e,

geralmente pelo PLANFOR rasteiramente, as pessoas, fazendo supor com isso, que elas encontrarão o seu espaço e sobreviverão. A questão está posta numa distribuição de renda absolutamente injusta e predatória, num país em que se fala cada vez mais em formação cidadã. Como conciliar formação cidadã, com tal forma de espoliação da população, através de um processo de concentração de renda tão brutal como nós observamos no Brasil" ⁴⁴.

4.6 A METODOLOGIA DE ENSINO

A metodologia de ensino e os conteúdos são definidos a partir de orientações das centrais sindicais à que estão filiados os sindicatos.

Complementando o que é definida nas chamadas equipes nacionais das centrais, os monitores regionalmente contribuem com suas experiências na elaboração de apostilas e do material que será utilizado como suporte das aulas.

"Nós temos uma equipe pedagógica nacional que discute junto com o nosso orientador pedagógico esses cadernos curriculares e a orientação pedagógica direcionada a questão do programa. Os instrutores/monitores também participam da elaboração dos conteúdos, além de ter as reuniões diárias aqui no sindicato, os instrutores como toda a equipe do programa participam de uma reunião do coletivo nacional, que é uma questão de formação, e discutem todos os encaminhamentos dentro de uma realidade de cada estado" (SecF.B).

"... os critérios de conteúdo do curso vêm de São Paulo, a partir de experiências de uma 1ª turma que foi realizada em S. Paulo, que é de 96/97, e o mentor desse programa é um cara de chão de fábrica também, que pensou esse programa, que foi trabalhado pelos técnicos da Confederação, com professores. Em S. Paulo tem uma equipe pedagógica nacional que fica pensando e remodelando, essa apostila de trabalho e tecnologia, ante se chamava reestruturação produtiva, e a reestruturação é o coração do programa ..." (M3.B)

"É política da central nós temos um corpo técnico com sociólogos e pedagogos, são eles juntos com a direção da Central que definem que tipo de curso, que tipo de orientação profissional nós vamos dar para aquela região do Estado. Quando eu falo em pedagogo, é aqui no Paraná. Hoje nós temos lotado lá, lotado na nossa central, nós temos lá médico do trabalho que nos ajuda na aula de cidadania a esclarecer a questão de LER. Nós temos lá pedagogos, aqui no Estado, para definição de todo o nosso material, que nós confeccionamos aqui, é material do Estado e não material da Nacional, 100% do material foi elaborado aqui no Estado. Todo o material que nós usávamos até o ano passado, era material pré adquirido com direito de reprodução. Após o término da etapa de 98 foi sentado com esses instrutores, todo o material de línguas foi confeccionado por essa equipe de professores que estão aqui, eles que

⁴⁴ FERRETTI, C.J. **Crise no mundo do trabalho e a educação profissional: com ênfase no Planfor.** Op. cit.,

montaram as apostilas que foi rodada pela Central, toda as apostilas do cursos de informática também foi confeccionada pelos instrutores de informática, como também todo o material que subsidia é todo montado pelo corpo técnico nosso aqui no Estado"(SecF.A).

Os critérios que orientam a escolha dos conteúdos e da metodologia, são sintomaticamente diferentes.

Para o sindicato ligado à FS, a escolha é feita a partir de pesquisa que mostra em qual cidade e os tipos de cursos demandados.

"A Central fez uma pesquisa no segundo semestre de 98 e no primeiro semestre de 99, uma pesquisa no Estado onde nós começamos a ver os nichos de mercado, o mercado de trabalho crescente, mesmo estando estagnado. Nós conseguimos fazer uma pesquisa para ver que mercado de trabalho é crescente. Nós temos cidade por exemplo, onde não tem curso para o ramo, Guarapuava só tem curso de informática, S.J. dos Pinhais está fazendo curso de informática, matemática básica, medição e desenho. Nós detectamos qual é a formação da cidade"(SecF.A).

No sindicato filiado a CUT, a escolha da metodologia e do conteúdo leva em consideração as experiências acumuladas em cada local onde os cursos são ministrados.

"Nós seguimos orientação nacional da Confederação, mas essas experiências ... aqui da sua realidade local, é claro que tem que adaptar a realidade local, inclusive nós temos discussões e a gente leva essas experiências nossas, para discussão nacional ... e essa equipe se reúne uma vez por mês, geralmente, para ver as experiência que estão sendo acumuladas. Nós levamos nossas experiências para essa discussão nacional, inclusive tem experiências nossas, que estão sendo adotadas, que é o caso do laboratório de informática" (SecF.B).

Há diferenciação nos conteúdos que são ensinados, enquanto no sindicato B o conteúdo do curso contempla as disciplinas normais do ensino de 1º grau, outras relativas à qualificação profissional, além de atividades extras que complementam o aprendizado; no sindicato A o conteúdo contempla somente aquelas disciplinas que são pré-requisitos necessários para o trabalhador poder compreender e exercer o ofício que está aprendendo e/ou aperfeiçoando.

"Além das disciplinas normais português, matemática e etc. nós temos a chamada reestruturação produtiva/globalização, mas chamada no nosso caderno curricular de Novas Tecnologias, esta é extra e é o que tem de novo no programa e discute a globalização as mudanças no mundo do trabalho e que está orientando e dando uma visão muita mais ampla para esse alunos..." (SecF.B).

"A gente trabalha além das disciplinas básicas matemática, português, inglês, química, física, biologia, a gente trabalha com aulas extras que seriam a questão da cidadania, visitas a câmara municipal mostrando como funcionam os poderes públicos, visita a museu, mostrando o lado bom da cidade trabalha muita esta questão da cidadania, o resgate da cidadania, trabalhamos intervenção em políticas públicas, como foi o caso da Vila Nova, a gente ainda está colhendo frutos de lá, então a gente abre um leque grande para que eles se sintam agentes de transformação da sociedade" (M1.B).

"Hoje nós temos os cursos de matemática básica, nós temos os cursos de medição e desenho que é voltado mais a área da indústria, que pega a indústria de transformação, nós temos cursos de línguas, inglês, que pega toda a categoria, e nós priorizamos o trabalhador no setor de serviço, nós temos os cursos de informática que pega toda a categoria e recente nós começamos com o curso de montagem e manutenção de computadores. Nós não trabalhamos com escolaridade formal nós trabalhamos apenas com cidadania e qualificação profissional" (SecF.A).

Mesmo tendo o controle dos critérios para a definição dos conteúdos, os sindicatos têm encontrado dificuldades para cumprir integralmente o programa dos cursos que oferece, isso se deve principalmente à heterogeneidade do grau de escolarização dos que freqüentam os cursos.

"Cumprir integralmente o programa de cada curso não foi possível por diversos fatores quando se faz o programa para trinta, quarenta alunos e de repente você não consegue atingir os 30, 40 alunos alguns faltam você tem que mudar alguma coisa. Agora a didática e a metodologia a gente tenta colocar do começo, meio e fim, o que você não consegue é atingir o número de trabalhadores, porque as vezes tem problemas, por exemplo, se ele arranja um emprego nós não vamos obriga-lo a não trabalhar para freqüentar o curso. Então a gente tem que adaptar o curso, de repente a gente faz um programa para 40 alunos e só tem 35, tem que mudar alguma coisa durante o curso. Um dos motivos de haver essas pequenas desistência de que eu falei, por exemplo, no curso de língua a gente exige o 1º grau, mas a vezes o trabalhador fez esse 1º grau há vinte anos atrás, esse é o trabalhador que está sendo o maior problema em se adaptar " (SecF.A).

"Integralmente, nós tivemos alguma dificuldade na questão do inglês, porque o aluno tem que ser alfabetizado, e o inglês nós ainda estamos discutindo com equipe nacional para achar uma forma de ver como a gente coloca a disciplina numa forma que permite o entendimento para esse aluno que freqüenta o programa" (SecF.B).

"Uma das dificuldades é que o pessoal vem com bases de escolaridade e informação diferentes, a gente tem pessoas da 5ª, da 4ª, só alfabetizados, etc., mas a gente conciliar tudo isso e fazer com que todos entendam e compreendam o que está sendo ensinado, o que não é tão difícil assim porque a gente trabalha basicamente com o saber do aluno" (M1.B).

"... alguns alunos mesmo passando nos teste, eles não conseguem se desenvolver como nós gostaríamos, mesmo assim eles acompanham até o final do último módulo e aprendem o que foi dado"(Pres.B).

4.7 A PROPOSTA PEDAGÓGICA

A pedagogia utilizada no ensino dos trabalhadores está em desacordo com as novas exigências de qualificação impostas pelo mercado de trabalho.

Os cursos formam os trabalhadores para tarefas específicas, sem conseguir formar o trabalhador multifuncional e polivalente requerido pelos processos de produção flexível. Isto ocorre porque, para aprender os fundamentos das novas tarefas que terão que executar, os trabalhadores precisam ter no mínimo a educação básica; caso contrário, os cursos não dão conta de qualificá-los, no máximo, conseguem treinar esse trabalhadores de maneira fragilizada.

"Na aula de informática nós temos laboratório onde o tempo é dividido em aula teórica e aula prática no laboratório. Os curso de matemática básica são todos acompanhados com instrumentos de medição, nós temos instrumentos individual para cada aluno. São na média de trinta a quarenta alunos, nós temos lá um micrômetro e um paquímetro para cada aluno" (SecF.A).

"No curso de manutenção e montagem de computador, também nós trabalhamos com transparência, retroprojeto enfim, nós tentamos colocar no curso, trabalhamos com vídeo em cada sala de aula temos televisão e vídeo, na aula de informática nós temos o computador ligado a televisão onde a tela é maior fica mais fácil para o aluno acompanhar aquilo que o instrutor está passando. Então nós procuramos dotar de toda a infra estrutura para que o curso sai com qualidade e para que mais trabalhador volte a fazer curso conosco" (M1.A)

"... o programa ensina no método de Paulo Freire" (SecF.B).

"A metodologia de ensino do programa é baseada em Paulo Freire, a gente trabalha a partir do saber acumulado do aluno, não é meramente uma transferência de conhecimento para o aluno, a gente trabalha com o saber do aluno, a gente tenta colocar tudo em questão, com muito trabalho em grupo, com dinâmicas que motivem a participação deles, fazendo com que eles participem ativamente do processo, seja na prática, seja teoricamente, os alunos estão sempre participando"(M1.B).

"Veja bem a maioria dos nossos trabalhadores, pessoas e até mesmo universitários, muitas delas não tem a questão da autonomia, elas não sabem andar, elas são dependentes de outras, principalmente as pessoas com quem nós trabalhamos, que são metalúrgicos desempregados ou na eminência de perder o emprego. São pessoas que são muito dependentes elas não sabem caminhar sozinhas, sempre estão na dependência de alguém, dentro do P nós fazemos esse resgate, o resgate da autonomia e mostramos o caminho pra ele mostramos que ele é um ser humano, que ele pode mudar e que não precisa de alguém para estar do lado dele. Ele pode ser auto suficiente, se ele tem problema não conhece alguma coisa ele pode ser um autodidata, pode ir em busca, não precisa ficar atrelado a ninguém, eu acho que isso é uma coisa muito boa do programa é fazer esse resgate, resgatar isso dele fazer com ele seja realmente um ser humano, porque muitos não se consideram, sempre estão ali atrelados ao patrão, com medo de pedir um emprego não sabem se portar. Eles entram com a cabeça baixa e saem com a cabeça erguida olhando os outros de frente, isso é uma grande virtude" (M2.B).

"Na minha formação acadêmica eu não tive nada igual ao que é o programa, nunca tive conhecimento de uma prática como essa que está sendo aplicada, pra mim foi um choque muito grande, não só pra mim como para o professor e para o instrutor, porque é um choque muito grande. Porque vai de um extremo que é o academismo, que é aquela questão das disciplinas básicas e de repente você se vê no outro lado que você desconhecia, e aí você tem que dominar e estudar e correr atrás para você conhecer e poder aplicar. Você tem que estudar muito e você tem que entender, para você colocar em prática, senão você acaba reproduzindo o ensino tradicional que está aí" (M1.B)

"... se você for analisar, dentro da Universidade todas as disciplinas no que tangem a parte de pedagogia, se fala muito, tem muita teoria, mas não se tem prática e aí faz com que você tenha o choque. Aqui não, aqui você tem realmente a teoria aliada a prática e você tem autonomia para ir mudando, porque cada turma cada aluno é um ser diferente, e dentro do academismo da Universidade eles enquadram o aluno dentro da sala de aula, não como aluno mas sim fazendo parte daqueles 40, por isso que hoje nós temos um índice muito grande de evasão escolar. Alunos que vão para a aula e não querem saber de estudar, porque eles não se identificam com a aula. Dentro do nosso programa a evasão é muito pequena, é mínima, e você encontra todos os dias, se você visitar vai encontrar turmas lotadas e pessoas que se formaram agora, vem pra cá ainda porque gostam. Porque a gente trabalha indivíduo por indivíduo e não a turma, esse é um dos diferenciadores que faz esse programa ser diferente do ensino tradicional. Valoriza o aluno como sendo um agente de mudança e, não ele sendo um mero espectador como nós temos no ensino tradicional, chega um professor na sala de aula fala um monte da matéria e não está nem aí se o aluno aprendeu ou não, ou não respeita o saber acumulado do aluno, acha que o aluno só porque tem 14 ou 15 anos não tem conhecimento nenhum. Aqui não, aqui nós respeitamos esse conhecimento, tanto é que a gente espera muito dos alunos, que eles falem, e partir daí a gente reelabora a sua fala e vai discutindo. Isso faz com que o aluno sintam-se respeitado, e realmente fazendo parte das mudanças dentro e fora da sala de aula" (M1.B).

4.8 AVALIAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A forma de avaliar os trabalhadores que frequentam os cursos segue mecanismos diferenciados. Enquanto o sindicato A adota a forma tradicional de avaliação, com nota, preocupando-se em qualificar para o trabalho, dentro do gasto previsto na relação custo benefício tão cara ao Banco Mundial, e seguindo as orientações das cartilhas do Planfor; o sindicato B faz a avaliação levando em consideração um conjunto do que poderia ser chamado de conjunto de indicadores de aproveitamento, tanto do aprendizado na sala de aula como também das outras atividades que compõem o processo de formação do trabalhador.

"Nós temos todos os tipos de acompanhamento. Existe uma média nacional onde o FAT exige para ter a certificação, é uma média 7 de aproveitamento e 75% de frequência" (M2.A).

" nós temos aqui, por exemplo, aquele aluno que não conseguiu se qualificar, nós ainda tentamos fazendo uma segunda etapa, por que a nossa idéia é que o trabalhador se qualifique nem que seja preciso gastar um pouco mais daquilo que é previsto. A nossa idéia é qualificar o trabalhador"(M1.A).

"A avaliação é feita, não existe nota, não existe prova. É feita uma avaliação no dia a dia, do que o aluno está correspondendo na sala de aula e porque isso é uma forma de tratar diferente. Nós tivemos uma evasão de 4%, então para segurar esses trabalhadores na sala de aula tem que ter uma metodologia e uma concepção diferente realmente"(M1.B)

"Aqui nós temos muito trabalho, porque cada aluno tem uma pasta, tudo o que ele produz vai para esta pasta, e isto é analisado. Nós sabemos em que nível o aluno está e, como nós vamos poder interagir aluno por aluno, e nessa interação nós fazemos com que o aluno possa ir melhorando dia após dia, tanto na área de português e matemática, como nas outras disciplinas. Isso faz com que a gente tenha uma prática diferente do ensino tradicional, porque nós trabalhamos aqui aluno por aluno, essa é a diferença. A avaliação que nós fazemos não é por nota, eles não tem prova, e não existe nota, porque a gente encara a nota como sendo algo pejorativo, porque o aluno pode não estar bem no dia pode ir mal na prova e ser reprovado, então nós fazemos um acompanhamento, que é por letras, O - ótimo, B - bom, E - excelente, e no final disso, no certificado dele vai isso, frequência e essa questão de avaliação. Por exemplo se o aluno não esta indo bem, você não vai dar um zero pro aluno, você vai chamar ele, vai dizer, você não está indo bem nessa área, o que está acontecendo? Aí você vai descobrir, porque você tem uma relação de amizade, descobre que está com problemas em casa, ou na fábrica, ou porque está desempregado, então você entra na vida do cidadão e começa a trabalhar com ele e logo ele está de volta, é trabalhado nesse aspecto a avaliação. A avaliação é do aproveitamento geral do curso, se ele atingiu as metas propostas, se ele não atingiu ele não é um aluno descartável, se ele não está atingindo, a gente vai lá buscar ele, e faz com que ele acompanhe os outros se utilizando de mecanismos diferenciados para cada um"(SecF.B).

A certificação dos cursos do sindicato A é feita pela Central Sindical em parceria com o Secretaria Estadual do Trabalho; no sindicato B por uma instituição de ensino federal conveniada.

"Os certificados nossos são emitidos pela central em parceria com a SERT e quem assina os certificados é o presidente da Central e o Secretário Estadual do Trabalho, até 98 quem assinava os certificados conosco em parceria era o Delegado Regional da DRT." (SecF.A)

"Quem assina e faz a certificação é só o CEFET" (SecF. B).

4.9 QUEM SÃO OS MONITORES DOS CURSOS

As aulas são ministradas por monitores contratados pelos sindicatos e/ou pelas centrais sindicais que estão vinculados os sindicatos pesquisados. É possível perceber critérios diferenciados gritantes para a escolha desses monitores. Enquanto o sindicato A, para contratar os monitores de disciplinas de cunho técnico-profissional, leva em consideração apenas experiência sobre a especialidade, não exigindo uma maior escolaridade e efetivando inclusive como monitores trabalhadores egressos de seus cursos, nos quais o pré-requisito de escolaridade é o primeiro grau para receber uma remuneração de um salário mínimo mensal, por um período diário de 4 horas; o sindicato B exige curso superior e licenciatura plena dos professores, oferece remuneração de R\$ 700,00 por uma jornada de 8 horas diárias, 4 horas em sala de aula e 4 horas de estudos e preparação das aulas. Chama bastante atenção a diferença na qualificação exigida em cada um dos casos.

"Todos os monitores e instrutores são contratados e são funcionários da Força Sindical, tem que ter experiência comprovada. Vamos pegar, por exemplo, os instrutores de informática, nós fizemos o primeiro projeto de informática em 97 na empresa X, hoje todos os instrutores de informática nossos, são ex-funcionários da empresa X, os monitores nossos lá são todos ex-alunos nossos que fizeram o curso e se destacaram, nós reaproveitamos eles e contratamos e já damos empregos àqueles alunos. Hoje nós já temos dez alunos que são monitores e instrutores dos cursos" (Pres. A).

"Para você ter uma idéia os professores de línguas nós temos sete professores de línguas, os sete são formados em inglês na Federal, se formaram agora em Fevereiro, os sete professores, os professores de informática são todos tem uma formação técnica" (SecF. A).

"... os monitores eles são remunerados mas eles trabalham conosco meio período, isso é uma exigência nossa, para que no outro período eles estudem, então nós temos lá 5 monitores, os 5 monitores estudam, trabalham no outro período e por esse período que eles trabalham conosco eles recebem um salário mínimo, o pagamento é mensal..." (SecF.A).

"Nós temos um professor que trabalha as interdisciplinas, e temos dois instrutores, um é trabalhador que é uma exigência nossa dentro do nosso convênio, que era um trabalhador da base e desempregado, com 2º grau, que conhece da reestruturação produtiva, tecnológica e globalização e com conhecimento de chão de fábrica. ...o professor tem que ser formado e com licenciatura plena ... eles são contratados hoje ainda pela Confederação ... nós temos o salário do orientador pedagógico que é de R\$ 1.000,00, e os instrutores e professores tem um salário de R\$ 700,00 mensais, com

jornada diária de 8 horas, 4hs. em sala de aula e 4hs. em estudos e na preparação das aulas"(SecF.B)

4.10 AS CONDIÇÕES MATERIAIS PARA REALIZAÇÃO DOS CURSOS

Em relação ao local, infra-estrutura e material didático é necessária uma avaliação melhor por especialistas da área, fugindo do objeto desta pesquisa.

O espaço físico, principal, onde são ministradas as aulas, pertencem aos sindicatos. A disponibilização do local, pelo sindicato para a realização das aulas é uma contrapartida exigida pelo Planfor na assinatura do convênio. O sindicato A faz parcerias com outras entidades, para a utilização de espaço para ministrar alguns cursos como pode ser percebido nas respostas.

"Hoje nós temos uma parceria com vários Sindicatos por exemplo nós temos cursos de inglês que são dados no sindicato e no sindicato do comércio, os cursos de matemática, desenhos e medição são dados no sindicato, os cursos de línguas eles são dados num espaço cedido pelo vereador X e os cursos de manutenção de computadores é numa escola que nós temos... o sindicato não paga aluguel a única coisa que nós pagamos é despesa de água, luz telefone, que é a despesa normal, nós não temos custos com local, todos os locais são parceira com entidades sindicais filiadas a FS" (Pres.A).

"O local é do sindicato, na sua sede própria e não há despesas com custo de local." (SecF.B)

O convênio com o Mtb/Planfor custeia o fornecimento do material didático, além de dois vales-transporte nos dias de aula e um lanche para os trabalhadores durante o período do curso. Fica por conta dos sindicatos o fornecimento da infra-estrutura, como telefone, secretária, pagamento de contas de luz e água.

"... o trabalhador que frequenta os cursos tem todo o material didático fornecido gratuitamente e é formulado pela nossa equipe pedagógica nacional (Pres.A).

"A infra-estrutura é do sindicato e o material didático é tudo feito com o dinheiro do FAT(Pres.B).

"... nós temos um laboratório de informática que é aberto para a comunidade, que é a contrapartida do sindicato no convênio. Desde os computadores e toda a mobília foi custeado pelo sindicato e não há cobrança de qualquer taxa das pessoas da comunidade. Temos dois instrutores no laboratório de informática e temos quatro turmas diariamente com cento e vinte alunos que são da comunidade e de outras entidades e sindicatos. Hoje nós temos alunos soldados da PM, principalmente para os

jovens e trabalhadores desempregados é totalmente gratuito. Não é cobrado nada dos trabalhadores, inclusive o curso é inteiramente gratuito, além de ser gratuito eles recebem também o material, inteiramente gratuito, vale transporte, 2 vales por dia, ida e volta e ainda tem um lanche no intervalo de aula(M1.B).

"O material didático é fornecido pelo sindicato, como também a infra-estrutura, toda a infra como computador, divisórias, água, luz, telefone, tudo é fornecido pelo sindicato..." (Pres.B).

"O material didático de todos os cursos é fornecido pela FS tanto o material didático, para ressaltar todos os nossos cursos os trabalhadores recebem o vale transporte e recebem lanche, agora a estrutura as entidades colocam a disposição, com uma pessoa para atender os cursos, para administrar, é uma parceria com os filiados a Central no Estado (SecF.A).

Não há cobrança de taxas e/ou mensalidades dos trabalhadores que frequentam os cursos.

"Não, os cursos para eles é totalmente gratuito, lembrando que além do curso ser gratuito todo o material didático, vale transporte e lanche é gratuito, a única coisa que nós colocamos para eles que é gratuito é não é, porque aquilo ali ou ele paga ou o pai dele paga, quem está pagando imposto já está pagando aquele curso, aquele curso está voltando para ele de alguma coisa que os seus familiares ou nós enquanto cidadão já estamos pagando pra o governo é só um retorno para ele"(SecF.A).

"Não, é absolutamente tudo gratuito sem custo nenhum" (SecF.B).

"Não é cobrado nada, é totalmente gratuito, desde o P em sala de aula até o que se estende para a comunidade, como as aulas de informática, com 3 turmas, tudo é gratuito" (M2.B).

"Não, nem podemos cobrar por termos essa parceria e, os recursos vindos do FAT visa exatamente o trabalhador ter a sua requalificação/qualificação sem cobrança nenhum de qualquer taxa"(Pres.B)

4.11 ORIGEM DOS RECURSOS PARA CUSTEAR OS CURSOS

Os cursos são totalmente custeados com recursos do FAT, exceto a contrapartida exigida dos sindicatos, como o local e a infra-estrutura e são repassados aos sindicatos diretamente, ou através de suas centrais sindicais. Esses recursos inclusive custeiam a formação dos monitores e viagens de aprimoramento.

"Hoje, os nossos cursos, eles são todos em convênio com o FAT, todos eles, e novos cursos aqui no Estado pela primeira vez vai ser numa parceria com o Estado, com a Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho, mas com recursos também oriundos do FAT. Todos os cursos que nós fazemos aqui no estado hoje são oriundos do FAT (SecF.A).

"Além do convênio com o FAT, não temos outra fonte de recursos, para custear os cursos ..." (SecF.B).

No caso do sindicato A filiado á CUT, há convênios da CUT, em nível nacional, com instituições de ensino superior (USP, UFRJ, etc.) para a elaboração e estruturação do curso. Nos dois sindicatos há convênio para a certificação, mas não para a realização dos mesmos, no que se refere a ministrar aulas. Os convênios são pontuais sobre assuntos específicos, como, por exemplo, com o DIEESE sobre assuntos e dados econômicos.

"O convênio mesmo é feito com a Secretaria de Estado de Empregos e Relações do Trabalho, com verbas do FAT. Os nossos parceiros que é assim que chamamos, um deles é o CEFET, que certifica, estamos buscando parceria com a Universidade de P. Grossa e temos a CUT e as Escolas Sindicais da CUT que são nossos parceiros nesse Programa "(SecF.B).

"... não seria um convênio, nós chamamos de parceiros; parceria nós temos com o CEFET "(M1.B).

"Não o único convênio nosso é com o FAT, esses cursos nosso que nós iremos começar agora no dia 16/08/99, nós vamos ter um convênio com o DIEESE que vai entrar para falar sobre políticas de emprego, falar sobre situação atual do mercado de trabalho ... e nós temos uma parceria também com o IDEHA (Inst. Defesa Direito Humanos) é este Instituto que dá para nós as aulas de cidadania é um parceiro nosso desde 98 (SecF.A).

Os sindicatos desconhecem quem deve, legalmente, fazer a fiscalização e acompanhamento dos cursos. Para o SecF. A, do sindicato A, segundo informação não oficial, quem teria que fazer a fiscalização seria a UFPR; na verdade essa responsabilidade é das universidades Estaduais; no caso do sindicato B, segundo o SecF.B, é o CEFET quem faz o acompanhamento, havendo nesse caso um equívoco, porque o CEFET faz o acompanhamento pedagógico e não de fiscalização.

"A instituição de ensino que faz todas as avaliações dos cursos de qualificação aqui de Curitiba é a UFPR, era ela para fazer a avaliação mas nós ainda não sofremos nenhum tipo de avaliação dentro desse ano de 99 e muito menos 98 é uma coisa em que a Universidade peca ela falha nós temos esse programa a três anos e até agora em nenhum momento a universidade veio falar conosco até agora SecF.A).

"Aqui quem acompanha é uma pedagoga do CEFET, que é o nosso parceiro e quem certifica os cursos, o acompanhamento de sala de aula das disciplinas é feito por uma equipe do CEFET (SecF.B).

No que se refere à fiscalização e acompanhamento dos cursos, é evidente o completo desconhecimento dos sindicatos sobre o Projeto de Avaliação do PEQ - Plano Estadual de Qualificação, no qual consta como de responsabilidade das Universidades Estaduais esta tarefa.

4.12 A AVALIAÇÃO QUE OS SINDICATOS FAZEM SOBRE OS RESULTADOS DOS CURSOS

As avaliações dos sindicatos sobre os resultados dos cursos são as mais otimistas possíveis. Cada um, a partir da avaliação e do entendimento de qual seja a finalidade dos cursos que oferecem, acreditam que cumprem e cumpriram os objetivos de qualificação/requalificação, e os entendem como suficientes para dar aos trabalhadores condições de se manter no emprego e/ou buscar um emprego.

No caso do sindicato da CUT, entendem que, além da qualificação, o curso conseguiu formar uma consciência de classe naqueles trabalhadores que freqüentaram os cursos, e com isto torná-los agente de transformação social.

"Olha a nossa maior avaliação, é que nós não fazemos uma avaliação para o sindicato e para a central, a avaliação que nós fazemos é para o trabalhador. Nós hoje sabemos que os nossos cursos de qualificação profissional eles não vão dar emprego diretamente, mas ele vai se o trabalhador está numa fila por exemplo que tem 1000 trabalhador na frente dele, quando ele começa a se qualificar ele vai ficar mais apto e vai chegar mais perto da porta de emprego..."(SecF.A)

"Olha a nossa avaliação é a mais otimista possível, nós percebemos que esses trabalhadores que freqüentaram, de uma forma ou de outra, não só na sala de aula, como nos laboratórios das oficinas pedagógicas que é uma extensão, extra sala de aula e também no laboratório de informática que aberto a toda a comunidade nós sentimos que a nossa vida mudou. Sentimos a relação positiva que tem esse programa, primeiro que ele resgata a questão da cidadania, valores que as vezes com

essa competitividade que está aí, com essa política que está aí, com o desemprego aumentando a cada dia que passa, com essa política do governo do nosso país, a gente vê que os cursos estimulam e recuperam a auto estima desses trabalhadores. Nós achamos muito positivo e já temos alternativa, já temos uma discussão dentro das oficinas pedagógicas, de cooperativas e novas frentes de trabalho. Isso é um dos fatores que a gente vê, que é um incentivo muito positivo desse programa, que vem dando resultado, que vem realmente ajudando os trabalhadores; nessa nova forma de política hoje que trata totalmente da exclusão social e, nós estamos recuperando isso de volta" (SecF.A).

"... a gente faz com que ele perceba que ele é agente de mudanças, e se ele quer mudar alguma coisa dentro da sociedade junto com o coletivo, ele pode mudar. Um exemplo muito bom que nós temos é o da Vila Nova, é uma vila onde havia problemas com o lixo, olhos de água poluídos, água contaminada, água cortada, inclusive a Sanepar que foi privatizada, ia cortar a tarifa social no Paraná inteiro. Nós formulamos um questionário para os alunos, levamos eles até lá, eles conheceram a realidade da favela, nós pegamos o resultado dessa análise e levamos para a Sanepar em Curitiba e aí conseguimos com que a Sanepar voltasse com a tarifa social, não só em P Grossa, como em todo o PR.. Não foi uma conquista local da favela, extrapolou o município, se ampliando para o Estado. A partir disto o pessoal se mobilizou e pressionou a prefeitura, agora está sendo construído o asfalto na favela. Ao lado dessa favela tinha um parque que recebe ICMS ecológico, e estava sendo destruído pelos moradores da favela porque não tinham dinheiro para comprar gás, então adentravam o parque para cortar árvore para fazer lenha, é um parque de 4 alqueires, e nós entramos com uma solicitação no IAP e na Prefeitura exigindo, e agora estão fazendo um alambrado em volta do parque inteiro e vão colocar guaritas e vigilantes lá para cuidar, então tudo isso são conquistas que o curso conseguiu, e nós ainda estamos colhendo conquistas, o trabalho não parou."(M1.B).

"Essa 1ª turma que a gente formou, no dia 02 de Julho/99, eles saíram daqui, não vou dizer que eles saíram crânicos em português e matemática, até porque é 10 meses e não dá para trabalhar essa questão, mas a gente tentou resgatar, principalmente no desempregado a auto estima, que foi resgatada. Trabalhamos muito a questão da cidadania deles, porque esse pessoal vem para cá sem um conhecimento do que é ser cidadão. Incentivamos a participação na Câmara de Vereadores, na qual ele jamais tinham pisado, onde puderam participar, inclusive com intervenção social nas políticas públicas. A gente tem uma atividade aqui do programa que é extra classe, que é o laboratório pedagógico, ... isso só foi possível a partir das aulas de cidadania, isso a nosso ver é uma intervenção nas políticas públicas"(M2.B).

"os resultados são surpreendentes, é importante frisar que nem Sindicato e nem a confederação são escolas, nós não queremos de maneira nenhuma estar no lugar da escola ou mudar o ensino convencional pelo nosso ensino. O que nós estamos tentando fazer, e com isso até mudando um pouco a metodologia do ensino convencional, porque o ensino convencional ele não serve mais para trabalhador e para crianças, tem que ser repensado. A gente vê isso no momento em que os alunos vislumbram um amadurecimento, um aperfeiçoamento em sala de aula, que ele nunca iria ter lá fora, porque aqui o que nós trabalhamos é o saber acumulado do trabalhador, então toda aquela experiência de vida, ele vem para a sala de aula tanto para aprender como para ensinar, talvez mais ensina do que aprende. No momento que ele vislumbra trazer uma nova forma de experiência, aprendendo a experiência com o outro companheiro, ensinando a experiência que ele tem ao outro companheiro, ele passa a sair daqui com uma visão totalmente diferente que ele tinha antes, e nessa visão diferente ele sai como um ator crítico da sociedade, para coisas que ele não via antes.

Esse programa é tão audacioso, porque ele mostra ao cidadão aquilo tudo que estava escondido dele, tanto as questões políticas partidárias, quanto a cultura de um povo, país ou cidade, como também os lugares históricos. Um exemplo aqui em P. Grossa, a maioria dos nossos trabalhadores, e nós formamos 53, apenas 5 haviam ido uma única vez numa câmara municipal, os restantes passaram a perceber que eles eram agentes fundamentais naquele processo que se passa em sua volta. Eles passaram hoje a integralizar esse novo conceito de cidadania, de política e pedagógico que ele tem em sala de aula. Tem lugares turísticos em nossa cidade que o trabalhador nasceu aqui, alguns com 50 anos, que eles nunca tinham ido visitar qualquer lugar turístico da cidade, então ele passou a resgatar aqueles momentos históricos e culturais da cidade. Conhecer uma peça de teatro, fazer a peça de teatro, organizar pesquisas, a fundamentar condições do próprio trabalho, da metodologia de ensino. O curso, é difícil até a gente falar dele, porque ele é tão complexo e ao mesmo tempo é tão audacioso, que cada dia ele tem coisas novas e diferentes. Haja visto que a evasão de sala de aula, que dos 60 que começaram apenas 3 desistiram, então a evasão é muito baixa de 3% a 4%, isso quando se dá (Pres.B) .

4.13 QUANTOS TRABALHADORES JÁ FREQUENTARAM OS CURSOS

Essa questão chama a atenção pela falta de controle sobre o número de trabalhadores que freqüentaram os cursos. As respostas são inconclusas porque não respondem objetivamente à pergunta. Era de se esperar que houvesse algum tipo de controle, até como forma de se comprovar junto ao Mtb a realização efetiva dos cursos que foram organizados e implementados com os recursos públicos liberados com essa finalidade.

"Com esse programa nosso que começou em 1997, foram 1500 alunos em 97, 4600 alunos em 98, esse ano(99) agora até o final de setembro vão ser 3600 alunos e a nossa meta até final de dezembro vão ser 6000 alunos em 99. Se nós somamos esse três anos vai dar de 14000 a 15000 trabalhadores nesses três anos de trabalho. ... os cursos de telemarketing, aperfeiçoamento para secretárias, ... todos esses cursos vão gerar no Estado 3070 novas vagas pra os cursos de qualificação, sendo que aqui em Curitiba são 910 alunos " (Pres.A).

"Olhe nós temos estimativas de que no ano passado até dezembro, são 60 os alunos formados, mas nós temos oficinas pedagógicas que discute com a comunidade e os números exatos eu não tenho..." (SecF.B).

Não há controle também sobre a situação dos egressos dos cursos, quanto a sua permanência no emprego ou na conquista de um novo emprego. As informações são de que levantamentos estão sendo feitos, mas não há informações documentadas e possíveis de serem verificadas, sobre o resultado efetivo dos cursos na vida dos trabalhadores.

"Olha a nossa maior avaliação é o trabalhador que consegue se manter no emprego. Nós começamos a fazer uma pesquisa agora em 98 e 99. Essa pesquisa deve estar concluída até o final de 99 ou começo do ano 2000, mas nós sabemos que a manutenção nos postos de trabalho tem sido muito grande. Em percentual nós só vamos ter no término dessa pesquisa que nós temos na categoria hoje" (SecF.A).

"Nós temos um dado estatístico na sala de aula. Na primeira turma que teve na questão do ensino fundamental nós tínhamos 50% de alunos que eram empregados, ou que a gente dentro do programa chama em risco de perder o emprego. Nós estamos levantando esses dados, esta clara estatística nós não temos. Nós estamos acompanhando, já que eles saíram recentemente da sala de aula, e nós estamos acompanhando e aguardando o retorno desses trabalhadores. Estamos discutindo com eles uma forma de cooperativa ou novas frentes de trabalho e renda (SecF.B).

A preocupação com a qualificação é sempre colocada como sendo de grande importância para os trabalhadores e para os sindicatos. Mas não basta apenas qualificar, é importante algum tipo de acompanhamento após o término do curso de qualificação, para que se possa ter conhecimento do que aconteceu com esses trabalhadores: se continuam empregados, se houve melhora na sua condição de trabalho; os que estavam desempregados, se conseguiram empregos, etc. É possível perceber, pelas respostas que os sindicatos não tem, pelo menos por ora e prontos, instrumentos que dêem conta de medir e quantificar efetivamente o impacto e resultados de seus cursos para na dos trabalhadores.

"Nós estamos com uma pesquisa em campo. Estamos em contato com o trabalhador, mandando carta pedindo para nos devolver. Nós estamos até contente com o número de correspondências que está voltando, é maior daquilo que a gente esperava e está voltando com resultados. Aquele cara que estava desempregado, está dizendo que já arranhou emprego, mesmo que não seja com carteira assinada, mas o emprego já está começando a aparecer"(SecF.A).

"Não temos quantificado, estamos pesquisando, mas nós fazemos um encontro mensal com todos os alunos que já se formaram, independente de estar no mercado de trabalho ou já saiu. Pra a gente ter concretamente, uma análise desses trabalhadores, para ver se eles têm alguma forma de trabalho e renda e se estão no mercado de trabalho ou não, então é um encontro mensal com esses alunos, que é chamado aqui no sindicato todo mês " (SecF.B).

"Nós temos um acompanhamento da seguinte forma, nós temos alunos, por exemplo, que estavam empregados e pediram a sua demissão para trabalhar com outra atividade, caso do S., caso do N.F., que saiu da fábrica para trabalhar com apicultura,

saiu de um extremo e foi lá pro outro, porque não agüentava. Tivemos pessoas que estavam desempregadas e através do curso concluiu o 1º grau e tudo mais, conseguiu ter o seu emprego, o seu posto de trabalho. Esses alunos que foram certificados agora nós montamos um programa que todo mês eles vão se reunir com a gente, dia 26/08/99 nós vamos ter uma confraternização entre os ex e o novos alunos. Os ex vão falar para os novos, o que mudou na vida deles depois que saíram do curso. Qual é objetivo do curso e o que está acontecendo na vida deles. Então eles é que vão dar uma mini palestra para os novos, contando a experiência que eles tiveram e o que mudou na vida deles, então a gente faz um acompanhamento mensal deles. Uma grande parte vêm sempre no sindicato, porque a nossa relação não é de professor aluno, a nossa relação é de uma família mesmo, de amizade" (M1.B).

4.14 QUEM SÃO OS ALUNOS QUE FREQUENTAM E POR QUE FIZERAM OS CURSOS

TABELA 3 PERFIL DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

ALUNO	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	GRAU ESCOL. Antes do curso.
AL1A	28	Masc.	Casado	1º Grau incomp.
AL2A	36	Masc.	Casado	Alfabetizado
AL3A	52	Masc.	Casado	Alfabetizado.
AL1B	37	Masc.	Casado	7ª série 1º grau
AL2B	44	Masc.	Casado	Alfabetizado
AL3B	39	Masc.	Casado	Alfabetizado

FONTE: Pesquisa de campo. Ago/99.

Os trabalhadores que frequentam e frequentaram os cursos, deles tomaram conhecimento das mais diversas formas: via boletins dos sindicatos, através de colegas, diretores dos sindicatos e vereadores; mas, pelas respostas, é possível perceber que, de uma maneira geral, todos tinham algum grau de proximidade com pessoas ligadas aos sindicatos. Há nesse caso um processo de exclusão de trabalhadores que possam ter uma necessidade mais imediata de fazer os cursos, pelo fato de não serem próximos a alguém com o controle dessas informações.

"Eu sou sócio do sindicato e trabalho no ramo, os meus amigos estavam fazendo esse curso e me informaram, daí eu vim fazer"(AL1A).

"Esse curso eu fiquei sabendo através do..., que é vereador, ele conhece a minha esposa e avisou ela desse curso. Daí eu vim aqui no sindicato e falei com eles e daí eles arrumaram esse curso pra mim" (AL2A).

"Porque eu trabalhava em uma empresa na época e eu tinha conhecimento com o sindicato e era sindicalista, então se ajeitou essa oportunidade graças a Deus, então a gente aproveitou essa ocasião e tentou poder estudar, porque eu não tinha nem o 1º ano." (AL3A)

"Foi através do sindicato mesmo, na porta de fábrica, eles levaram folhetos divulgando o curso. Daí vim aqui me informar bem certo a respeito e acabei entrando no curso, aderindo as vantagens." (AL1B)

"Eu fazia parte da Diretoria do Sindicato e já sabia que o curso viria para cá, e tomei conhecimento da época através dos colegas, e sem dúvidas vim fazer esse curso." (AL2B)

"O pessoal do sindicato me informou do curso, aí eu vim fazer o curso apesar de estar há muito tempo sem estudar, aí surgiu essa oportunidade para estudar e eu acabei fazendo o 1º grau completo." (AL3B)

Em suas respostas os trabalhadores revelam que o motivador para que fizessem o curso foi a busca da escolaridade de 1º grau, em momento algum eles se referem à questão da qualificação/requalificação profissional, buscam na verdade a escolaridade.

"O que motivou é que hoje a pessoa precisa de estudo, hoje com estudo já é difícil, agora sem estudo é muito mais difícil, e isso me incentivou a procurar e estudar" (AL1A).

"Eu tinha que fazer o curso porque eu não tinha o 1º grau, e hoje em dia estão pedindo o 1º e o 2º graus completos, como eu não tinha então pela oportunidade que eles me deram aqui, eu fiz esse curso" (AL2A).

"Porque eu era analfabeto, então eu entrei na empresa e na época não exigia que a pessoa tivesse estudo, como eu fiz um teste lá e eles acharam que eu devia ter a terceira série, por aí, então me passaram, e como o serviço na época era de máquinas mais simples, manual a maioria então eu podia trabalhar, agora como hoje é moderno, se fosse para mim entrar hoje, mesmo agora com o primeiro grau completo, já seria difícil"(AL3A).

"Foi a necessidade de fazer o 1º grau pelo menos, que por mais que você tenha conhecimento, experiência do trabalho no dia a dia, falta algo mais"(AL1B).

"Sem dúvida nenhuma foi por causa de escolaridade, porque eu não tinha o 1º grau ainda e com a idade que a gente tem mesmo estando trabalhando a gente não sabe o dia de amanhã, por isso a gente tem que buscar mais escolaridade mais aperfeiçoamento para o dia de amanhã"(AL2B).

"Só o 1º grau já é pouco, eu não tinha nem o 1º grau, eu tinha que ter algum estudo, mais conhecimento"(AL3B).

Os trabalhadores esperam que os cursos facilitem a sua permanência no emprego e os que estão desempregados, alimentam uma expectativa muito grande de que os cursos os auxiliem na busca de um novo emprego.

"Atualmente eu trabalho, mas se não estivesse trabalhando, eu acho que o curso ajudaria eu arrumar outro emprego. Melhorou bastante a minha chance de arrumar emprego"(AL1A)

"Sim em parte sim, eu vou ter mais qualificação vou ter mais um grau de estudo, espero que me ajude, se não fosse esse curso eu não poderia estar fazendo mecânica hoje, que é no CEFET. Se não tivesse feito o curso no sindicato não poderia estar fazendo o curso de mecânica. - Para fazer o Curso de Mecânica você tem que ter o 1º grau ? Exatamente"(AL2A).

"Eu me aposentei, e acho que se fosse procurar outro emprego ajudaria muito, porque eu trabalho por conta agora, ajudou bastante, porque me ajuda aperfeiçoar como o curso de informática que eu fiz, hoje eu posso comprar um computador e ter ele em casa e que me ajudaria. ... Então se eu tivesse que arrumar um novo emprego o curso certamente ser um caminho melhor, porque com idade que eu estava, com 52 anos, seria difícil arrumar emprego e também de estudar"(AL3A).

"... atualmente e eu estou desempregado por causa da falência da empresa, mas esse curso está me ajudando muito, porque a gente está montando uma cooperativa, e a gente precisava muito de estudo, e esse curso está ajudando muito, muito mesmo, então eu acho que é um passo e bom caminho andado com esse curso, se não tivesse esse curso já se tornaria bem mais difícil, porque nesse curso a gente apreendeu muitas coisas, foi o que mais a gente aprendeu, foi um curso ótimo"(AL1B).

"Eu estou trabalhando, mas se estivesse desempregado eu acho que ia me ajudar a arrumar um emprego"(AL2B).

4.15 DO QUE FOI ENSINADO, O QUE FOI MAIS IMPORTANTE PARA OS TRABALHADORES.

Além do aprendizado dos conteúdos do 1º grau, os trabalhadores consideraram muito importante o aprendizado de noções de cidadania, o aprendizado de informática e noções de política.

Um dos entrevistados fez um relato importante sobre a metodologia de ensino utilizada que trabalha com o saber e as experiências dos alunos.

"Para mim a coisa mais importante no curso foi a maneira como eles ensinaram a gente, cada vez que tinha uma pergunta a gente era provocado para dizer o que a gente sabia sobre aquilo e como tinha aprendido. A gente descobriu que apesar de ser peão, conhecemos muitas coisas, então eu notei a diferença deles ensinar e como os professores ensinam os meus filhos. Eu tenho 3 crianças na escola, então eu vejo, eles chegam para mim e pedem para que eu ajude a fazer as tarefas, então vem 4,5,6 folhas de caderno cheias de tarefas e eles não entendem nada, quer dizer, o professor chega despeja matéria, matéria, e não quer nem saber se o aluno aprendeu ou não, o dele é dar matéria. O curso aqui a gente tem bastante participação, então eu acho que a educação no Brasil teria que ser mudada, teria que ser mexido, que o aluno pudesse participar mais, falar mais, então tem que ser mudado" (AL1B).

No aprendizado de noções de cidadania, no sindicato A, isto se limitou a ensinamentos sobre os direitos dos trabalhadores, relacionados e com o emprego e dele decorrente; como o direito à carteira assinada, doenças ocupacionais e direitos trabalhistas que os patrões têm que respeitar. No sindicato B, além dessas noções básicas, os trabalhadores relatam que aprenderam sobre a organização política, como conhecer e entender os candidatos a cargos eletivos, que interesses os candidatos defendem, etc.

"O importante é que eu aprendi mais, aprendi sobre globalização, mercado, e até mesmo para arrumar emprego, na hora do teste vai ser bem mais fácil" (AL1A).

"Eu aprendi muita coisa boa nas aulas, agora sei fazer conta direito, também aprendi que o patrão tem que assinar a minha carteira e pagar tudo direito, se não fizer isso eu boto ele na justiça"(AL2A).

"O curso ensinou muito sobre as novas tecnologias que estão surgindo no mercado, a gente trabalhou muito sobre isso, e também o curso de informática, e a gente tem que ter um pouco conhecimento de informática senão ficaria muito difícil. ... a única coisa que a gente torcia para que acontecesse é que continuasse com o 2º grau, ... aqui e gente teve uma visão grande do que é cidadania e isso está sendo muito importante para a gente. Na política agente abriu a cabeça e está entendendo não suficiente, mas já está entendendo bastante do que está ocorrendo, isso foi uma boa não só para mim mas como para todos os colegas, a gente conversa e vê que a visão é totalmente diferente do que era antes" (AL3A).

"Foi a parte de cidadania, aprendi muita coisa aqui que a gente não dá valor, com relação as matérias, porque eu fiz antes até a 7ª série no escola regular, por isso eu já conhecia muito, fui só lembrando, então a parte que eu mais gostei foi a parte de cidadania" (AL1B).

"Eu acho que tudo foi importante, até pessoalmente, hoje eu sei respeitar mais as pessoas, vejo o país de outra forma, antes eu só ficava naquilo que o povo contava, que a televisão dizia, o rádio falava, então achava que aquilo era verdade, hoje a gente já vê tem a forma sabe o que é verdade e o que não é, então é muito bom saber o que é e o que não é verdade." (AL2B)

"Sem dúvida o que aprendi sobre cidadania, antes eu era um cara mais sossegado não questionava nada, então eu aprendi a questionar, bastante coisa, e o nível de

educação e política no Brasil é bastante baixo, então eu aprendi bastante isso, o que foi muito importante para mim politicamente ...ver o que está errado. Eu acho que a gente não deve ficar quieto, tem que questionar mesmo e lutar por aquilo que a gente almeja."(AL3B)

4.16 QUAL É A CAUSA DO DESEMPREGO PARA OS TRABALHADORES

Pelas respostas, é possível perceber que os trabalhadores assimilaram e reproduzem, as justificativas dos governantes, de que a causa do desemprego é a falta de qualificação da mão-de-obra. Ao responderem a pergunta sobre qual a causa do desemprego, respondiam de pronto que era por falta de qualificação. Alguns percebem que a política econômica tem reflexos sobre o número de desempregados. Mas têm a ilusão de que, a qualificação dos trabalhadores acabará com o desemprego.

"Eu acho que está acontecendo o desemprego por falta de qualificações do trabalhador" (AL1A).

"O que causa o desemprego é a falta de qualificação do pessoal é falta de incentivo do governo que não incentiva as micros, pequenas e médias empresas, o governo só incentiva as multinacionais, deixa quieto o das outras, então é isso que vem acarretando, impostos e encargos muito altos é por aí então"(AL2A).

"... por causa da modernização das fábricas, que estão se atualizando e está sobrando gente no mercado, no Brasil tem muito analfabetismo, então as pessoas não estão qualificadas para acompanhar esses avanço que teve na indústria, ... não tem estudo e competência para trabalhar. A questão econômica, muitas empresas tiveram dificuldades, algumas faliram não agüentaram os juros, então elas por exemplo ganhavam 3% de juros e pagavam 20%, então como ia manter a empresa pagando empregado e comprando matéria prima, então foi por isso que muitas empresas foram a falência, acho eu" (AL3A).

"Primeiramente eu acho que é por causa da política do governo, traz muita multinacional, o dinheiro brasileiro do que produz aqui vai tudo para fora, e o Brasil está ficando cada vez mais pobre. Não tem chance para o pessoal que não tem estudo, a educação no Brasil é muito fraca"(AL1B).

"Eu acho que uma coisa puxa a outra, a política governamental nem é culpada, e a escolaridade e educação no Brasil é muito precária, e as pessoas ficarem quietas, tem que lutar, não pode esperar que vai cair do céu, que não vai cair"(AL2B).

"O desemprego é por falta de qualificações do trabalhador, eu acho que os governantes não estão muito preocupados com esse problema, estão vendo mais o lado deles e esquecendo o lado da população brasileira que esta sendo desvalorizada nisso aí, mas eu acho que a hora que o governo pensar e trabalhar um pouco mais sério eu acho que deve mudar isso " (AL3B).

Ao responderem sobre a causa do desemprego, os alunos dos dois sindicatos, já tendo concluído os cursos, agora com um pouco mais de informações, responderam o que o senso comum percebe. Isto é um indicador de que, por diferentes que possam ser em alguns aspectos os projetos dos sindicatos, o resultado, se não é igual, é próximo no que se refere à formação dos trabalhadores, tanto do ponto de vista da qualificação quanto do ponto de vista da formação política. Ressalte-se o diferencial, no caso do sindicato B, de uma efetividade maior de ações por parte dos trabalhadores após o curso numa das comunidades. Mas é preocupante, para não dizer angustiante, o fato de que, de maneira geral, todos reproduzem nas respostas os fundamentos do modelo de sociedade capitalista.

Os sindicatos deveriam ter-lhes ensinado e revelado os fundamentos da sociedade capitalista e a impossibilidade de solução sob esta sociedade, dos seus problemas mais imediatos, como o desemprego.

CAPITULO V

CONCLUSÃO

A ILUSÃO DA QUALIFICAÇÃO, UMA FALÁCIA ASSUMIDA PELOS SINDICATOS.

5.1 DESEMPREGO, MUITAS PROPOSTAS, NENHUMA SOLUÇÃO SOB O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA.

As propostas e as alternativas de como resolver o problema do desemprego crescente são muitas. É possível perceber nessas propostas uma certa confusão, porque algumas defendem que a crise do desemprego significaria o fim do trabalho. A redução do emprego, dos postos de trabalho, como consequência do desenvolvimento de novas tecnologias, que aumentam a produtividade do trabalho e máquinas que substituem o trabalho do homem, é real e essa substituição do homem pela máquina faz parte do processo civilizatório, na medida em que o homem, pela sua capacidade criadora, vai modificando e desenvolvendo seus instrumentos de trabalho como forma de facilitar sua vida. O que não é natural é o que ocorre no modo de produção capitalista, em que o controle e a apropriação privada dessas tecnologias e instrumentos e os resultados de sua aplicação servem aos propósitos da acumulação e da exclusão dos trabalhadores de seus postos de trabalho, condenando-os à miséria, impedindo-os de usufruir coletivamente os benefícios proporcionados pelos avanços científicos e tecnológicos que esses mesmos trabalhadores foram capazes de desenvolver.

O trabalho, para Marx, é a ação autônoma e transformadora do homem sobre a natureza com o objetivo de produzir aquilo que é necessário para atender às suas necessidades imediatas, sem o propósito de gerar excedente. Nesta perspectiva, o trabalho é constituinte da natureza humana e das relações sociais e sempre haverá a necessidade da ação do homem no sentido de transformar os recursos naturais de que dispõe com o objetivo de atender às

suas necessidades. Por mais desenvolvida que possa ser a tecnologia utilizada, sempre haverá a necessidade de o homem comandar, através de seu trabalho, o processo de transformação dos bens disponíveis em produtos que satisfaçam às suas necessidades. Não se pode, portanto, confundir a redução drástica dos empregos, em consequência do desenvolvimento científico e tecnológico alcançado pelo homem, como sendo o fim do trabalho. Trabalho é uma coisa e emprego é outra. O emprego é a forma de subordinação do homem pelo homem, na utilização da força de trabalho, como insumo de produção, como mercadoria necessária ao processo de produção capitalista. Assim, o desemprego é condição e consequência para que o modo de produção capitalista se reproduza e facilite a acumulação privada dos resultados produzidos pelo próprio homem, na condição de trabalho subordinado. O desemprego é condição na medida em que a sua existência é fator de pressão sobre os trabalhadores que estão empregados, pela ameaça de perderem seu emprego para os que estão na fila do desemprego. É consequência porque a propriedade privada das máquinas, que foram produzidas e criadas pelo homem, substitui o trabalho do homem na produção de excedentes, que permite a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que exclui o próprio homem dos benefícios da produtividade alcançada por essas máquinas.

A produção capitalista é organizada para produzir excedente, uma quantidade maior do que a necessária para satisfazer as necessidades imediatas do coletivo, com o objetivo de obter lucro. Com o desenvolvimento da tecnologia, as máquinas conseguem produzir uma quantidade muitas vezes maior e mais rapidamente do que o homem e, portanto, é cada vez menor a necessidade da utilização do trabalho humano para produzir as mercadorias. A produtividade alcançada pelas máquinas e pelas novas tecnologias deveria ser utilizada para a produção de mercadorias necessárias e na quantidade que atendesse às necessidades do coletivo. Mas não é isso o que acontece; como o controle dessas tecnologias se dá de forma privada, estas são utilizadas para produzir mercadorias que se destinam ao mercado com o objetivo de gerar lucros, sem a preocupação de atender às necessidades do coletivo.

Em sendo assim, os avanços científicos e as novas tecnologias, sob o capitalismo, acentuarão o processo de desemprego na medida em que, devido a esse controle privado, serão desenvolvidos sempre com o objetivo de gerar lucros e acumulação em detrimento do atendimento das necessidades coletivas. Esse processo de exclusão é condição de sobrevivência no modo de produção capitalista, a despeito de todo desenvolvimento que o homem seja capaz de alcançar, sob esse modo de produção. É possível reduzir mais ainda o número de trabalhadores empregados, como consequência do grau de desenvolvimento de máquinas e novas tecnologias que substituam o homem no processo de produção. Mas o trabalho sempre existirá; se de forma autônoma ou subordinada, dependerá de como o homem se organiza socialmente.

A crise do emprego, portanto, tem sido causada pelo modo de produção capitalista que, de forma hegemônica, tem ditado as condições de acumulação e da exclusão que caracterizam a atual fase de desenvolvimento da sociedade capitalista.

O homem não se coloca problemas que não possa resolver. Quando o homem decidiu que alcançaria a Lua, já conhecia de que forma chegaria lá. A humanidade conhece a forma de resolver os problemas que ora se colocam, como o desemprego, a fome, etc., e estes não tem sido equacionados porque o modo como a sociedade está organizada, não permite que isso aconteça. A sociedade capitalista é excludente, porque precisa buscar o lucro e acumular a qualquer custo. Então, sob esse modo de organização social não se conseguirá resolver problemas tão simples como o desemprego e a fome.

Com sua capacidade criadora o ser humano conseguiu até agora um grau de desenvolvimento científico capaz de suprir e atender a todas as necessidades imediatas da população. O atendimento só não se efetiva porque a exclusão, a fome e o desemprego são condições necessárias a manutenção do modo de produção capitalista. A produção mundial e anual de alimentos é suficiente para alimentar, não uma, mas três vezes toda a população que habita o planeta. Só que a oferta de todos esses alimentos no mercado reduziria a margem de lucro dos capitalistas a zero, ou seja, os

preços cairiam vertiginosamente. Então, em nome da garantia do modelo e da lucratividade, milhares de pessoas ao redor do mundo morrem de fome, enquanto produtores e governos preferem deixar que esses produtos apodreçam em armazéns a colocá-los à disposição das pessoas famintas. Muitas vezes esses produtos nem chegam a ser colhidos e estocados. No caso de supersafras, o preço alcançado no mercado não compensa, em termos capitalistas, nem a colheita e muito menos a estocagem dos produtos. São deixados a apodrecer na terra ou, então, enterrados e/ou queimados. Exemplos, aqui no Brasil: cebola, tomate, laranjas, café, ovos, batatinha, etc.

Várias têm sido as propostas de solução para o problema do desemprego no âmbito da sociedade capitalista, na atual fase denominada de acumulação flexível: redução da jornada de trabalho; trabalho comunitário, cooperativas de trabalho, etc. Em alguns países, a jornada de trabalho tem sido reduzida sem no entanto resolver o problema do desemprego. Na Alemanha e na França os trabalhadores já conquistaram a jornada semanal de trabalho de trinta horas, mas não tem sido suficiente para garantir emprego para todos. O desenvolvimento científico e o avanço tecnológico, com a conseqüente incorporação de novas tecnologias ao processo de produção, têm possibilitado aumentos cada vez maiores da produtividade do trabalho e, por conseqüência, o desemprego, porque onde trabalhavam três pessoas, agora trabalha uma.

Os índices de desemprego continuam com curva ascendente em todos os países; nos desenvolvidos, em desenvolvimento e nos subdesenvolvidos. Nos países desenvolvidos os efeitos dessa situação para os trabalhadores e suas famílias são minimizados por um leque de proteções e garantias sociais, conquistados a partir da implementação do Estado, do Bem Estar Social, de orientação social democrata. Entre outros benefícios, o Estado garante assistência médico-hospitalar, educação pública e gratuita e um salário desemprego com valor suficiente para custear condições básicas de sobrevivência, dentro do que se convencionou chamar do mínimo necessário, como casa, alimentação e agasalho. Este leque de proteções sociais está ameaçado, no atual estágio de desenvolvimento capitalista, pela necessidade

de uma redução drástica dos gastos dos governos, como forma de possibilitar a redução de impostos e, com isso, desonerar a produção, o que permitirá ao capital garantir sua margem de lucro, cada vez mais ameaçada pela crescente concentração do capital.

Os países desenvolvidos apresentados como modelos criam uma grande ilusão nas populações dos países em desenvolvimento e/ou dependentes, na medida em que se diz que nesses países a vida é melhor e mais fácil. O que ocorre é que, mesmo com o desemprego crescente, nesses países as proteções sociais por enquanto minimizam o sofrimento dos trabalhadores que perderam seu emprego.

A ilusão fica evidente quando, na França, por exemplo, só em duas regiões do país, sendo uma delas a região de Paris, a renda gerada pela produção é maior do que a renda distribuída em forma de subsídios e garantias sociais pelo governo, ou seja, em todas as outras regiões do país a renda coletiva só é positiva por conta de subsídios do governo. Não se pode negar que a França e a Alemanha são países capitalistas. Cabe perguntar então, de onde vêm os recursos que permitem ao governo francês, subsidiar o bem estar de sua população?

O modo de produção capitalista tem a necessidade permanente de geração de lucros como forma de remunerar o capital investido. Quando os lucros caem abaixo da taxa necessária para remunerar o capital, há uma migração desses capitais para onde as taxas de lucros sejam atrativas. Esses locais são países em desenvolvimento, ou subdesenvolvidos, com mão-de-obra barata, leis trabalhistas menos rígidas, pouca ou nenhuma regulamentação sobre as relações de trabalho, legislação ambiental precária, subsídios governamentais, etc. Um metalúrgico na França ganha, em termos reais, o dobro do salário do metalúrgico brasileiro, acontecendo a mesma coisa com os trabalhadores do ramo químico da Alemanha em relação aos brasileiros.

A possibilidade de obtenção de taxas maiores de lucro em países como o Brasil, pelos motivos citados acima, faz com que as empresas se instalem nesses locais. Só que os lucros obtidos não são reinvestidos nos países onde

estão localizadas as empresas, sendo remetidos ao país de origem das empresas transnacionais. É essa remessa de lucro que tem permitido que países como a França, possam continuar garantindo aos seus cidadãos as proteções sociais que oferece. A ilusão está justamente aí: os países desenvolvidos, de forma imperialista e monopolista, controlam as fontes de financiamento, o desenvolvimento científico e tecnológico, e submetem os que deles dependem, desenvolvidos e/ou subdesenvolvidos, impondo-lhes exigências e adequação com reformas que facilitem e garantam às empresas transnacionais altas taxas de lucro que financiarão o bem-estar de suas populações, em detrimento dos outros povos. As exigências de reforma, como a trabalhista, fiscal, previdenciária e educacional, impostas pelos organismos internacionais (FMI, BID), como contrapartida a empréstimos, tem esse objetivo.

5.2 A QUALIFICAÇÃO/ REQUALIFICAÇÃO NÃO RESOLVE O PROBLEMA DO DESEMPREGO

O discurso ideológico dos capitalistas de que o problema do desemprego é causado pela baixa escolaridade e pela falta de qualificação esconde a lógica da acumulação acima descrita. Não fosse isso verdadeiro, como se explica a crescente taxa de desemprego geral na maioria dos países? Países como a Inglaterra, Espanha, França, Alemanha, Itália, Estados Unidos e Japão já universalizaram a educação até o equivalente ao segundo grau no Brasil e, nos Estados Unidos e Japão, 60% da população tem acesso ao nível superior. Esses dados confirmam que o desemprego não tem relação com nível de escolaridade e muito menos com qualificação profissional. A verdade é que o desenvolvimento tecnológico e científico tem aumentado a produtividade do trabalho possibilitando a geração de lucros, mesmo com a redução do número de trabalhadores empregados.

Ao transferir para o trabalhador desescolarizado e desqualificado a responsabilidade pelo seu desemprego, atribui-se a ele a culpa pelo fracasso.

Se a qualificação fosse uma necessidade para os capitalistas, certamente não deixariam essa tarefa sob a responsabilidade dos sindicatos de trabalhadores, seus inimigos de classe.

A verdade é que não há emprego para todos e essa situação vai se agravar mais ainda, porque o avanço científico disponibilizará novas tecnologias que serão incorporadas ao processo de produção permitindo um aumento continuado da força produtiva dos poucos trabalhadores que continuarem empregados.

Ou seja, sob o modo de produção capitalista, se os trabalhadores, cada qual em um determinado ramo de conhecimento, tornarem-se doutores, ainda assim a grande maioria ficará sem emprego. Porque no atual modelo de sociedade não é o grau de educação e muito menos o nível de qualificação profissional que determinará quem estará ou não empregado, pelo simples fato de que não é possível empregar a todos pelos motivos anteriormente expostos.

Os resultados alcançados pelos cursos de qualificação até agora implementados confirmam que o problema não é de educação nem de qualificação.

Resultados de pesquisa feita pela Secretaria de Emprego e Relações do Trabalho do Estado, divulgados pelo Jornal Folha de São Paulo no dia 20/02/2000, caderno 5 pg. 14, indicam que, dos trabalhadores que fizeram os cursos em 1998, seis meses após o término do curso, apenas 18% dos conseguiram um emprego.

Na verdade, a burguesia conseguiu transformar a luta de classes numa luta intraclasse. A impossibilidade de emprego para todos, pelos motivos já expostos, fez com os trabalhadores abandonassem a perspectiva da luta de classe a passassem a lutar individualmente por um emprego. Isto provocou uma nova situação, fazendo com que a luta, agora, se instalasse entre os trabalhadores, os quais, acirradamente, engalfinham-se na tentativa de conseguir um emprego.

Perceber a impossibilidade de solução do problema do desemprego sob o modo de produção capitalista fará com que trabalhadores e dirigentes

sindicais reorientem suas prioridades. A redefinição de prioridades permitirá que as políticas de formação implementadas pelos sindicatos tenham como objetivo educar os trabalhadores na perspectiva de revelar as contradições desse modelo de sociedade, tornando claros os seus fundamentos para que os trabalhadores, sob o capital, ao exigir sempre maiores salários e mais empregos, evidenciem as contradições desse modo de produção.

Somente a mudança de objetivos na busca da construção de um processo educacional, sob a lógica de um projeto contra-hegemônico dos trabalhadores, justificará a continuação da utilização dos recursos públicos, até agora utilizados para criar a ilusão nos trabalhadores de que com os cursos de qualificação/requalificação conseguirão empregos, quando não existem e não existirão novos empregos.

A continuação da política em curso, além de iludir e adestrar os trabalhadores, confirmará o que em alguns casos já se evidencia: que centrais sindicais e sindicatos adotaram o sindicalismo de Estado em detrimento dos interesses e necessidades do trabalhador.

Para o Professor Fernando Fidalgo, Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação, da Universidade Federal de Minas Gerais, a participação em fóruns tripartites é contraditória e não serve aos trabalhadores:

" ... as políticas tripartites geram contradições. O sindicalismo assume funções de 'funcionários do Estado'. O neocorporativismo é muito eficiente no arrefecimento dos conflitos de classe. Tem um papel ideológico forte. No geral, os sindicalistas não percebem e adotam uma postura adesista. O risco maior é o de ser absorvido pelo sistema. Se a participação nos Conselhos é considerada a principal estratégia de ação, entram em um beco sem saída. A lógica é a do consenso. Nesse sentido, cria um novo sindicalismo de Estado.... A experiência mundial mostra que os recursos públicos para formação favorecem mais o sindicato, do que os seus representados os trabalhadores"⁴⁵

5.3 O QUE A PESQUISA MOSTROU

⁴⁵ in: BORGES, Altemiro. **FAT: formação ou atrelamento ao estado ? Op. Cit.**, p. 32

Os sindicatos, através de seus cursos de qualificação, reproduzem a lógica do capital de constituir um trabalhador parcializado.

Enquanto o sindicato B adota uma linha de atuação crítica, aproveitando os cursos para minimamente alertar os trabalhadores sobre as causas do desemprego; o sindicato A tem uma ação mais pragmática, forma para o mercado. Nos dois casos, essa atuação fica no limite do capital. Tais ações não sinalizam com a possibilidade de serem instrumentos possibilitadores de uma educação que tenha por objetivo a emancipação dos trabalhadores ou no mínimo seja reveladora dos fundamentos desse modo de produção que é excludente.

Os sindicatos têm a intenção de aumentar a consciência dos trabalhadores, mas não conseguem fazer isto de uma maneira desejável, porque na suas políticas de qualificação não conseguem romper a lógica sob a qual esses cursos estão sendo oferecidos. Os cursos reproduzem a lógica de qualificação do taylorismo/fordismo e no que essa lógica tem de mais frágil.

No sindicato B foi possível perceber que há uma ação um pouco mais efetiva no sentido de promover a organização dos trabalhadores, com práticas que revelam, pelo menos em parte, mesmo que sob o capital, que há espaços, como Câmara de Vereadores, onde é possível intervir nas políticas adotadas, cumprindo uma das tarefas dos sindicatos que é a de denunciar e criticar a exclusão que caracteriza esse modelo de sociedade.

Os cursos, pelos critérios do Ministério do Trabalho, deveriam ser destinados a trabalhadores desempregados e em risco de perder o emprego. Mas, na realidade, este não é o critério prioritário adotado.

Não há critérios claros para a escolha dos que vão fazer os cursos; nas respostas das entrevistas é possível perceber que a maioria dos alunos tomou conhecimento dos cursos por algum tipo de proximidade com dirigentes sindicais, grau de parentesco e através de vereadores. Este certamente não será o melhor critério para a definição de quem participará dos cursos custeados com recursos públicos. Por não ser possível num primeiro momento, ofertar os cursos a todos, a não-existência de critérios claros e bem

definidos, reproduz práticas fisiológicas, clientelistas e excludentes, características da burguesia.

A falta de critérios na escolha dos alunos prejudica a efetividade para a organização dos trabalhadores na continuação e prática do aprendizado de conteúdo político. Uma experiência implementada pelo sindicato B, numa região de periferia da cidade, demonstra que a exploração das contradições visíveis do sistema podem resultar em ganhos para a organização dos trabalhadores.

"... a gente faz com que ele perceba que ele é agente de mudanças, e se ele quer mudar alguma coisa dentro da sociedade junto com o coletivo, ele pode mudar. Um exemplo muito bom que nós temos é o da Vila Nova, é uma vila onde havia problemas com o lixo, olhos de água poluídos, água contaminada, água cortada, inclusive a Sanepar que foi privatizada, ia cortar a tarifa social no Paraná inteiro. Nós formulamos um questionário para os alunos, levamos eles até lá, eles conheceram a realidade da favela, nós pegamos o resultado dessa análise e levamos para a Sanepar em Curitiba e aí conseguimos com que a Sanepar voltasse com a tarifa social, não só em P Grossa, como em todo o PR.... (SecF.B)

A experiência relatada demonstra que mesmo sob o capital é possível avançar de alguma forma. O que não é possível é aceitar que os sindicatos de trabalhadores sejam instrumentos de reprodução desse modelo de sociedade atual, que é excludente e alienante.

O tempo de duração dos cursos é outro fator que chama a atenção. No sindicato B, o tempo de duração é mais longo, mas com um projeto pedagógico pouco definido, no que se refere à emancipação dos trabalhadores. Por outro lado, cursos de pequena duração para desescolarizados, caso da maioria dos alunos do sindicato B, são ineficazes porque a demanda é por trabalhadores que tenham habilidades cognitivas, o que exige escolarização básica. Esses cursos de baixa duração poderiam ser utilizados para treinar novas habilidades, mas para isso é necessário que os trabalhadores tenham escolarização básica e já estejam profissionalizados. Nos dois sindicatos o perfil dos alunos mostra que a maioria não tem nem a escolarização básica, nesse caso os cursos não têm resultado efetivo, evidenciam desperdício de recursos. Segundo Kuenzer,

"o elenco de cursos, ainda voltados para ocupações formais e bem definidas que tem predominado nas ofertas da PLANFOR, reveste-se de anacronismo.

Mesmo considerando o caráter desigual e desequilibrado do desenvolvimento do processo produtivo no Brasil, onde ainda convivem todas as formas de trabalho, inclusive as mais primitivas, a manutenção desta estratégia não se sustenta. As instituições de educação profissional, sob o risco de anacronismo, devem assumir uma proposta pedagógica que aponte para o futuro; ademais, o desenvolvimento das capacidades cognitivas superiores aliado ao domínio do método de conhecer e à prática do trabalho permitem, com treinamentos específicos demandados pelo processo produtivo, a rápida aquisição das competências necessárias.

...as formas metodológicas historicamente constituídas pelo taylorismo/fordismo que privilegiam a multiplicação de cursos de treinamento fragmentados, dirigidos para ocupações bem definidas, oferecidos de forma desordenada de tal modo que o trabalhador, vai colecionando certificados que não chegam a construir uma qualificação orgânica e consistente, e que privilegiam a memorização de regras básicas e procedimentos técnicos, estão completamente superados".⁴⁶

Nas entrevistas com os responsáveis pelas políticas de qualificação e na pesquisa dos documentos, foi possível perceber que falta clareza à questão pedagógica. No caso do sindicato B, há um esforço no sentido de garantir a educação básica aliada à qualificação profissional. No sindicato A não existe essa preocupação. É positivo esse esforço do sindicato B na perspectiva de garantir pelo menos a escolarização, apesar de estar substituindo a escola e a discussão da pedagogia por uma coisa mais aligeirada. Isso traz prejuízo para os trabalhadores, porque os sindicatos abandonam o seu papel de organizador dos trabalhadores, onde têm acúmulo e assumem um papel que não é seu: educar e qualificar. Acabam não fazendo bem nenhuma das duas tarefas.

Ao avaliar os alunos, os sindicatos têm mecanismos diferenciados. O sindicato B se utiliza de um conjunto de indicadores para medir o grau de aproveitamento do alunos. Essa forma de avaliação leva em consideração a participação do aluno nas discussões, seus limites, em função da heterogeneidade do grau de escolaridade. No sindicato A, a avaliação é feita pela forma tradicional, com prova de avaliação, tendo a preocupação de tentar fazer com que o aluno consiga vencer as dificuldades, quando considera, como no caso do sindicato B, as limitações de cada aluno no que se refere ao seu grau de escolaridade.

⁴⁶ KUENZER, A.Z. - **Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho.** Op. cit., p. 19

As exigências requeridas para o trabalhador multifuncional requerem instrutores e/ou monitores com uma qualificação que, no mínimo, lhes dê condições de perceber o que são essas exigências e como dar conta de ensiná-las ao alunos. No sindicato A, a exigência é que o instrutor/monitor tenha algum conhecimento sobre a disciplina ou profissão que vai ensinar e, no caso do ensino de língua estrangeira, é preciso que tenha licenciatura. As exigências feitas aos instrutores, exceto aos professores de língua, indica que o resultado do aprendizado está muito aquém daquilo que o mercado de trabalho exige do trabalhador multifuncional. Há casos de serem contratados, como monitores, alunos egressos dos mesmos cursos, nos quais passam a ser instrutores. A exigência para acesso é unicamente o 1º grau. Pode-se imaginar a qualidade do que se vai ensinar. Recebem por quatro horas diárias de trabalho um salário mínimo por mês. No sindicato B é exigida a licenciatura plena dos instrutores que vão dar aulas das disciplinas do 1º grau; no caso do instrutor de reestruturação produtiva, a exigência é que seja um trabalhador do ramo industrial, desempregado, por conhecer as modificações que estão ocorrendo nas empresas. Com a exigência de licenciatura plena, é esperado um diferencial na qualidade do ensino ministrado por esses professores. Recebem por oito horas diárias de trabalho, quatro horas em sala de aula e quatro horas em estudos e preparação das aulas, um salário de R\$ 700,00.

Em relação às condições e locais onde são realizados os cursos e a qualidade do material didático utilizado, é necessária uma análise mais aprofundada por especialistas da área.

A pesquisa mostra que não há nenhum tipo de acompanhamento da efetividade dos cursos para a vida dos trabalhadores. Os entrevistados responsáveis pelas políticas de qualificação dos sindicatos relatam que estão fazendo este ou aquele tipo de acompanhamento que está em andamento, mas não se tem nenhum instrumento capaz de responder quais os resultados efetivos desses cursos para a vida dos trabalhadores.

Isto evidencia pouco caso com a efetividade dos resultados dos cursos e com o processo de construção do projeto de sociedade que interessa aos trabalhadores.

No que se refere ao acompanhamento dos cursos, é evidente o completo desconhecimento dos sindicatos sobre o Projeto de Avaliação do PEQ - Plano Estadual de Qualificação, de responsabilidade e desenvolvido pelas Universidades Estaduais.

É desejável que algum tipo de controle e acompanhamento seja feito para que se possa quantificar e mensurar que resultados esses cursos têm alcançado.

Os cursos são financiados com recursos públicos, então é esperado que algum tipo de auditoria e verificação profissionalizada seja feita. Caso contrário corre-se o risco de os recursos públicos serem mal utilizados ou de estarem sendo utilizados de forma inadequada, já que não se conhece efetivamente os resultados de sua utilização para o fim que está sendo destinado.

Os sindicatos estão se transformando em escolas de formação profissional. E, talvez não por vontade deliberada, estão sendo instrumentos da burguesia no processo de iludir os trabalhadores de que estão desempregados por falta de qualificação, quando na verdade isto acontece porque, sob o capital, não é possível garantir emprego para todos.

Os trabalhadores, ao responderem sobre as causas do desemprego reproduzem o discurso de que falta qualificação para os trabalhadores. Esse é o discurso dos capitalistas. Ao não perceberem a lógica do sistema, denunciam em suas palavras que os cursos não cumpriram minimamente a tarefa de revelar: os fundamentos do modo capitalista de produção.

É necessário e urgente que os sindicatos retomem sua tarefa histórica de organizar os trabalhadores e denunciar a perversidade do capitalismo, que é excludente e concentrador de riquezas.

Se precisassem verdadeiramente de mais trabalhadores qualificados, os capitalistas assumiriam essa tarefa, como historicamente fizeram e, não a deixariam sob a responsabilidade dos sindicatos de trabalhadores, seus inimigos de classe.

E por não perceberem essas evidências que os sindicatos acabam fazendo o papel de colaboradores do capital na exclusão dos trabalhadores dos resultados de seu trabalho.

Os sindicatos são instrumentos de luta e resistência dos trabalhadores contra o capital, e não agentes de facilitação para o capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Perry. O balanço do Neoliberalismo. In: SADE, E. e GENTILI, P. (org). **O Pós Neoliberalismo e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho ?** São Paulo: Cortez, 1995.
- BANCO Mundial. **Educacion Técnica y Formacion Profesional**. Washington: 1992.
- BORGES, Altamiro. FAT: formação ou atrelamento ao estado? **Debate Sindical**, São Paulo,, ano 13, n. 32, dez/99/jan/fev/2000.
- BUISSON, Ferdinand. **Reformateurs Sociaux. Collection de Textes**. Paris. Librairie Félix Alcan , 1929. Capítulo III, Condorcet Membre de L' Assemblée Legeislative(1er octobre 1791 - 21 Septembre 1792). Rapport VII, p. 441, VII p. 520-574.Tradução de Maria Auxiliadora Cavazotti, Professora Assistente do Departamento de Ciências Humanas do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.
- CUT. **Contribuição para a definição de uma política de formação profissional da CUT**. São Paulo, SP. dez. 1992. *mimeo*.
- _____. **Contribuição para a definição de uma política de formação profissional**. São Paulo, SP, set. 1993, *mimeo*.
- _____. **Diretrizes para uma política de formação profissional da CUT**. São Paulo, SP, maio 1993.
- _____. **Formação profissional**. In: **Resoluções 5º CONCUT**. São Paulo, SP, 1994.
- _____. **Plataforma da CUT**. In: **Resoluções 5º CONCUT**. São Paulo, SP, 1994.
- _____. **Informacut**, São Paulo, SP, n. 259, dez. 1995.
- _____. **Informacut**. São Paulo, SP, n. 257, set. 1995.
- _____. **Contribuição para a formulação de políticas da CUT no campo da formação profissional**. São Paulo, SP, 1995, *mimeo*.

- _____. **Rumo à construção de um projeto educacional para o país.** abr. 1995, *mimeo*.
- _____. **7ª plenária nacional.** Resoluções sobre formação profissional. São Paulo, SP, set. 1995.
- _____. **Transformações do mundo do trabalho e perspectivas de emprego:** formação básica multiplicadora. Florianópolis, SC, Escola Sul, 1996.
- _____. Proposta - síntese para a constituição de Centros Públicos de Educação para Cidadãos Trabalhadores. *In: A formação e os desafios da CUT.* São Paulo, SP, 1996, *mimeo*.
- _____. Relatório do Seminário Nacional sobre Formação Profissional. *In: A formação e os desafios da CUT.* São Paulo, SP, 1996, *mimeo*.
- _____. **A formação e os desafios da CUT:** formação profissional. São Paulo, SP, 1996.
- _____. CGT.FS. Documento base para discussão no Seminário Nacional sobre Formação Profissional: **Questões Críticas da Educação Brasileira.** São Paulo, SP, maio/1997.
- _____. **CNM - Revista dos Metalúrgicos.** São Paulo, SP, ed. dez./1997.
- _____. **6º CONCURT - Resoluções.** São Paulo, SP, 1997
- _____. **Manual de apoio para os cutistas:** participantes dos Cursos de Longa Duração sobre Reestruturação Produtiva dentro do Programa de Capacitação de Dirigentes e Assessores - PCDA. 1º sem./1998. São Paulo, SP, 1998.
- _____. **Plano nacional de formação - 1998.** São Paulo, SP, 1998.
- _____. **Ação sindical frente à reestruturação produtiva e à reforma do estado.** São Paulo, SP, 1998.
- _____. **Ação sindical frente às mudanças tecnológicas e organizacionais.** São Paulo, SP, 1998.
- _____. **Programa integrar:** formação e qualificação para o trabalho. São Paulo, SP, jun. 1998.
- _____. **Formação integral:** educação e sindicalismo - caderno de apoio às atividades de formação do Programa Nacional de Formação de Formadores e Capacitação de Conselheiros - Caderno 2, São Paulo, SP, 1998.

- _____. **Formação integral**: manual dos conselheiros das comissões estaduais e municipais de trabalho e emprego. Convênio 011/97-Mtb/Sefor/Codefat - CUT. São Paulo, SP, 2º sem/1998.
- _____. **Curso de Formação de Dirigentes de Base** - Projeto Alicerce. Florianópolis, SC.: Escola Sul, 1999
- _____. **Diretrizes e estratégias da política nacional de formação 1999/2000**. São Paulo, SP, maio 1999.
- _____. **9ª Plenária nacional da CUT**: texto base. São Paulo, SP. ago. 1999.
- _____. **1ª Conferência da Política Nacional de Formação**: propostas. B. Horizonte, MG, nov. 1999.
- DIEESE. **Tecnologia emprego e educação**. São Paulo, 1999.
- FERRETTI, J.C. Palestra proferida no Seminário **Crise no mundo do trabalho e a educação profissional**: com ênfase no Planfor. Curitiba - PR. UFPR - Setor de Educação. Dez/1999.
- FIDALGO, F. **A formação profissional negociada**: França e Brasil, anos 90. PUC - São Paulo, 1999. Tese de doutorado.
- FIDALGO, F. Palestra proferida no Seminário **Tripartismo no Brasil**: alcances e limites. Curitiba- PR. UFPR Dez/1999.
- FORÇA SINDICAL. **Um projeto para o Brasil**: a proposta da Força Sindical. 2. ed. São Paulo, SP: Geração Editorial, 1993.
- _____. **Secretaria Nacional de Formação**. São Paulo, SP, 1996 *mimeo*.
- _____. 3.º Congresso Nacional da Força Sindical. **Os novos mercados de trabalho**: a educação e a requalificação profissional. São Paulo, SP, 1997. *mimeo*.
- _____. **Perspectivas e alternativas para uma nova ação sindical em uma nova ordem política, econômica e social**. São Paulo, SP, out. 1998.
- _____. **Boletim Força Jovem**. São Paulo, SP, nov. 1998.
- _____. **A formação profissional na política de emprego**: coletânea de convenções e resoluções da OIT. São Paulo, SP, 1998.
- _____. **Recursos humanos e formação profissional**. São Paulo, SP, mar. 1992.

- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- HUGON, Paul. **História das Doutrinas Econômicas.** São Paulo: Editora Atlas, 1995.
- KUENZER, Acácia Z. **As relações de produção e a Educação do Trabalhador:** da distribuição desigual do saber à veiculação da concepção de mundo. PUC - SP, 1984. Tese de Doutorado.
- KUENZER, Acácia Z. **Ensino Médio e Profissional:** as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, Acácia Z. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. In: **Revista Universidade e Sociedade / Andes**, São Paulo, n. 12, fev. 1997.
- KUENZER, Acácia Z. Educação Profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. in: **Boletim Técnico do SENAC**, Rio de Janeiro, n. 2, v. 25, maio/ago. 1999.
- LÜDKE, M. e ANDRÉ, M.E. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo, SP, 1986.
- MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **La Sagrada Família.** México, Editora Grijalbo, 1962.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**, Lisboa: Estampa, 1973.
- MARX, Karl. Crítica do programa de Gotha, in: MANACORDA, Mário Alighiero. **Marx e a Pedagogia Moderna**, Trad. de Newton Ramos de Oliveira. 1 ed. São Paulo: Cortez Editora/Autores Associados, 1991.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** 3 ed. São Paulo: s/ed. 1982.
- MARX, Karl. **Salário, preço e lucro.** São Paulo: Victor Civita, 1982.
- MARX, Karl. **O Capital.** São Paulo: Victor Civita, v I, 1983.

- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Victor Civita, 1983. t. I, v. 1.
- NETO, Sebastião Lopes. **As experiências atuais de educação e formação profissional da CUT**. São Paulo, SP. 1998 *mimeo*.
- NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre, RS: Editora Artes Médicas Sul, 1992.
- POCHMANN, Márcio. Os desafios do sindicalismo brasileiro neste final de século. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, PR n. 10/11, GEES - Deptº. de Ciências Sociais - UFPR. 1998.
- RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. Trad. Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Victor Civita, 1982.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. São Paulo: Victor Civita, v. I, 1983.
- SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista na Educação**. São Paulo, SP, Martins Fontes, 1976.

ANEXO I

ROTEIRO DE ENTREVISTA

**PRESIDENTES E SECRETÁRIOS
DE FORMAÇÃO DOS SINDICATOS E
PROFESSORES/MONITORES
DOS CURSOS DE QUALIFICAÇÃO**

Identificação

Nome completo _____

Idade: () 14 a 18 () 19 a 21 () 22 a 29 () 30 a 39 () 40 a 49 () 50 ou +

Endereço _____

Município _____

CEP _____

Tel _____ Recados c/ _____

Há quanto tempo mora em Curitiba ou Região Metropolitana? _____

Município de domicílio anterior: _____ UF

Local de Nascimento: _____

UF: _____

Sexo (F / M) _____

Estado Civil: casado () solteiro () divorciado () concubinato () outros

Número de filhos com idade inferior a 14 anos: _____

Membros da família: _____ trabalhando atualmente:

Cor: () branca () negra () parda () indígena () amarela () outra, não informado

Deficiência () visual () auditiva () orol () locomotora () motora () mental
() outra

Observações: _____

Perfil Escolar

Escolarização

- | | | |
|--|---|---|
| <input type="checkbox"/> analfabeto | <input type="checkbox"/> primeiro grau incompleto | <input type="checkbox"/> terceiro grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> alfabetizado | <input type="checkbox"/> primeiro grau completo | <input type="checkbox"/> terceiro grau completo |
| <input type="checkbox"/> até 4ª série Incomp. | <input type="checkbox"/> segundo grau incompleto | <input type="checkbox"/> supletivo 1º grau |
| <input type="checkbox"/> até 4ª série completa | <input type="checkbox"/> segundo grau completo | <input type="checkbox"/> supletivo 2º grau |

Atualmente estuda? (s / n) _____ Série que está cursando _____

Formação Profissional

Cursos	Área	Duração	Instit./empresa	Ano
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Caso não tenha tido formação profissional formal:

Aprendeu algum ofício? (s/n) _____

Qual

Como aprendeu o seu ofício?

Que outras habilidades considera ter para oferecer no mercado de trabalho ? Como desenvolveu essas habilidades?

Trajetória

Função	Local	Período	Ramo atividade	Carteira Assinada
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____
_____	_____	_____	_____	_____

Obs.:

Situação atual

- 1) Há quanto tempo é dirigente sindical? _____
- 2) Atualmente você está:
 empregado desempregado aposentado demitido suspenso
- 3) Você é liberado para o sindicato? (s/n) _____ Há quanto tempo?

- 4) Sua liberação é com ônus para: Sindicato Empresa
- 5) Qual o valor do seu salário e/ou ajuda de custo? R\$ _____

O Sindicato

- 1) Data de fundação _____
- 2) É filiado em alguma central sindical? (s/n) _____ Qual ?

- 3) Ramos de atividade que representa ?

- 4) Quantos trabalhadores tem na base ? _____
- 5) Quantos são sócios ? _____
- 6) Quantidade de trabalhadores na base há:
10 anos _____ 5 anos _____ 3 anos _____
1 ano _____ atualmente _____
- 7) Grau de escolaridade de trabalhadores da base :
_____ % 1° grau _____ % 2° grau _____ % Curso técnico
_____ % 3° grau _____ % pós-graduação
- 8) Dos trabalhadores da base do Sindicato:
_____ % mulheres _____ % homens
- 9) Renda média trabalhadores da base R\$ _____

Políticas de qualificação e/ou requalificação do Sindicato

1) Porque o Sindicato oferece cursos de qualificação e/ou requalificação?

2) Esse cursos seguem ou são definidos pela política de formação da central sindical, confederação, federação ou são políticas autônomas do sindicato ?

3) Com que finalidade o sindicato oferece esses cursos ?

4) Há quanto tempo são oferecidos os cursos ? _____

5) Para quem se destina ?

6) Que critérios são adotados para a escolha dos que vão fazer os cursos ?

7) Qual o tempo de duração dos cursos ?

8) Quem são os monitores dos cursos ?

9) Que critérios são adotados para a escolha dos monitores dos cursos ?

10) Qual a qualificação e/ou habilitação exigida para os monitores?

11) Os monitores são remunerados ? (s/n) _____ Quanto recebem ?
_____ Por curso, por hora, são funcionários do sindicato ? _____

12) O local onde são realizados os cursos pertence ao sindicato ? (s/n) _____ Se
não tem algum custo de aluguel algum tipo de taxa ? Qual o custo ? _____

13) O material didático e de infra estrutura é fornecido pelo Sindicato ?

14) São cobradas taxas de matrículas e/ou mensalidades dos que freqüentam os cursos ?

15) Os recursos financeiros para custear material, monitor, etc. são do sindicato ? Há
algum tipo de subsídio e/ou financiamento ? Se houver, de onde provêm os recursos,
são na forma de empréstimos, a fundo perdido, outra modalidade ?

16) Há algum tipo de convênio para a realização desses cursos ? (s/n) _____ Se sim,
com quem: Universidades, Faculdades, Fundações, Senai, Sesc, Senac, Senar, Dieese,
Deser, etc. ?

17) Os cursos são abertos à todos os trabalhadores ? Só da base do sindicato ? Só para
sócios ? Para empregados e desempregados ?

18) Você sabe quantos trabalhadores já freqüentaram os cursos oferecidos pelo
sindicato ?

19) Qual a avaliação que você tem sobre os resultados do cursos ?

20) Você saberia dizer quantos conseguiram emprego ou se mantiveram no emprego
após ter freqüentado os cursos?

21) Qual o conteúdo dos cursos (matérias) ?

22) Qual a metodologia utilizada durante o aprendizado dos trabalhadores ? (exposição, etc).

23) Que critérios orientaram a escolha do conteúdo e da metodologia de ensino do curso?

24) Quem define esses conteúdos e metodologia ? Há alguma orientação pedagógica ?

25) Os monitores participam da definição dos conteúdos e da metodologia ?

26) Os monitores recebem algum tipo de treinamento para ministrar os cursos ? (s/n)____ Se sim, quem faz esse treinamento ?

27) O programa do curso tem sido cumprido integralmente ?

28) Os monitores têm encontrado alguma dificuldade (de qualquer ordem) para ministrar os cursos?

29) Há algum tipo de acompanhamento por parte de alguma instituição de ensino durante a aplicação do curso ? Qual _____

30) Como é feita a avaliação dos frequentadores dos cursos, no que se refere ao aprendizado e aproveitamento do que foi ensinado?

31) Há certificação dos cursos ? Quem emite o certificado ?

32) Há algum tipo de acompanhamento dos egressos, no que se refere a sua absorção pelo mercado de trabalho, após terem feito os cursos ? E para os que estavam empregados houve alguma melhoria salarial e/ou de promoção ?

33) Você conhece a LDB ? (s/n) _____ Se sim o que conhece?

34) Sabe qual o impacto das recentes modificações feitas na LDB para a educação dos trabalhadores ?

35) A formação profissional dos trabalhadores é responsabilidade de quem ? Do Estado, dos patrões, dos sindicatos ou do próprio trabalhador?

36) Você acha que a qualificação e/ou requalificação dos trabalhadores tem garantido a manutenção dos empregos ?

Obs.:

ANEXO II

**ROTEIRO DE ENTREVISTAS
EGRESSOS DOS CURSOS**

Identificação

Nome completo _____

Idade: () 14 a 18 () 19 a 21 () 22 a 29 () 30 a 39 () 40 a 49 () 50 ou +

Endereço _____

Município _____
CEP _____ Tel _____ Recados c/ _____

Há quanto tempo mora no município? _____

Município de domicílio anterior: _____ UF _____

Local de Nascimento: _____ UF _____

Sexo (F / M) _____

Estado Civil: casado () solteiro () divorciado () concubinato () outros

Número de filhos com idade inferior a 14 anos: _____

Membros da família: _____ trabalhando atualmente: _____

Cor: () branca () negra () parda () indígena () amarela () outra, não inform.

Deficiência: () visual () auditiva () oral () locomotora () motora () mental
() outra

Observações: _____

Perfil Escolar

Escolarização

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> analfabeto | <input type="checkbox"/> segundo grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> alfabetizado | <input type="checkbox"/> segundo grau completo |
| <input type="checkbox"/> até a 4ª série incompleta | <input type="checkbox"/> terceiro grau incompleto |
| <input type="checkbox"/> até a 4ª série completa | <input type="checkbox"/> terceiro grau completo |
| <input type="checkbox"/> primeiro grau incompleto | <input type="checkbox"/> supletivo 1º grau |
| <input type="checkbox"/> primeiro grau completo | <input type="checkbox"/> supletivo 2º grau |

Atualmente estuda ? (s / n) _____ Série que está cursando _____

Obs.:

Formação Profissional

Cursos	Área	Duração	Instit./empresa	Ano

Caso não tenha tido formação profissional formal:

Aprendeu algum ofício ? (s/n) _____

Qual

Como aprendeu o seu ofício ?

Que outras habilidades considera ter para oferecer no mercado de trabalho ? Como desenvolveu essas habilidades ?

Obs.:

Experiência de trabalho e situação atual

1) Está procurando emprego pela primeira vez ? (s/n) _____

2) Trajetória

Função	Local	Período	Ramo atividade	Carteira Assinada

3) Quanto tempo ficou ou está desempregado ? _____

4) Procurou emprego desde que ficou desempregado ?

() não () sim, continuamente () sim, de vez em quando

5) Como tem procurado emprego ?

() anúncio de jornal () anúncios em locais de trabalho (na rua)

() agências de emprego () indo até os locais e deixando currículo

() através de amigos e parentes () outras formas _____

Onde procurou emprego ?

() empresas privadas () empresas públicas / estatais

6) Ramo de atividade onde procurou emprego ?

() agropecuária, silvicultura, agricultura

() imobiliárias

() pesca

() prestação de serviços qual _____

() indústria extrativa

() administração pública

() indústria de transformação

() defesa

() energia elétrica, gás e água

() seguridade

() construção civil

() educação

() comércio que tipo _____

() saúde e serviços sociais

() alojamento

() serviços domésticos

() alimentação

() organismos e inst. Internac.

() atividades financeiras

() comunicação

() transporte

() outros _____

8) Que tipo de ocupação está procurando?

9) Qual a origem da renda que atualmente atende ao seu sustento ?

Dificuldades de ingresso no mercado de trabalho

1) Porque você acha que não consegue uma colocação ?

- não tem escolaridade suficiente
- não tem qualificação
- idade
- sexo
- aparência
- experiência
- não foi bem no teste psicotécnico
- não passou na entrevista com o psicólogo
- outros (política econ.) _____
- não sabe

2) O que você acha que está faltando para poder ingressar no mercado de trabalho ?

- saber ler e escrever
- cursar o primeiro grau
- cursar o segundo grau
- cursar o terceiro grau

Obs.:

Efetividade da qualificação oferecida pelo Sindicato

1) Como você tomou conhecimento do curso ?

2) Por que você fez o curso ?

3) Do que foi ensinado no curso, o que foi mais importante para você ?

4) Você está trabalhando atualmente ? (s/n) _____ Se sim, você acha que conseguiu este emprego por ter feito o curso ?

5) O curso oferecido pelo sindicato ?

ajudou a conseguir um novo emprego. De que tipo. Em que atividade. Na mesma em que trabalhava ?

não melhorou a possibilidade de conseguir um novo emprego

está na mesma situação anterior ao curso

outros _____

6) Você acha que o curso cumpriu seus objetivos? (s/n) _____ Se não, o que você acha que faltou, em que poderia ser melhorado.

7) Para você qual é a causa do desemprego ?

Expectativas

1) Em que você gostaria de trabalhar?

2) O que você acha que precisa fazer para conseguir isto ?

3) Você acha que pode conseguir?

Obs.:
